

Adimanto — Por certo.

Sócrates — Sem nos afastarmos do caminho que escolhemos, descobriremos, creio eu, o que convém responder. Diremos que não haveria nada de extraordinário no fato de os nossos guerreiros serem felicíssimos assim, que, aliás, ao fundarmos a cidade, não tínhamos em vista tornar uma única classe eminentemente feliz, mas, tanto quanto possível, toda a cidade. De fato, pensávamos que só numa cidade assim encontraríamos a justiça e na cidade pior constituída, a injustiça: examinando uma e outra, poderíamos pronunciar-nos sobre o que procuramos há muito tempo. Agora julgamos modelar a cidade feliz, não pondo à parte um pequeno número dos seus habitantes para torná-los felizes, mas considerando-a como um todo; imediatamente depois examinaremos a cidade oposta. Se estivéssemos ocupados a pintar uma estátua e alguém viesse censurar-nos por não aplicarmos as mais belas cores nas partes mais belas do corpo — com efeito, os olhos, que são o que há de mais belo no corpo, teriam sido revestidos não de púrpura, mas de negro —, defender-nos-íamos com este discurso: “O espantosa personagem, não imagines que devíamos pintar olhos tão belos que deixassem de parecer olhos e fazer a mesma coisa para as outras partes do corpo, mas considera se, dando a cada parte a cor que lhe convém, criamos um belo conjunto. E, no caso presente, não nos forces a acrescentar à condição dos guardas uma felicidade que fará deles tudo menos guardas. Pois poderíamos cobrir os nossos lavradores de roupas suntuosas, coroa-los de ouro e não os obrigar a trabalhar a terra, exceto para o seu prazer; poderíamos deitar os oleiros em fila junto do lume, fazer que, bebendo e banquetecendo-se, não fizessem girar a roda

senão quando desejassem ocupar-se da sua obra e, da mesma forma, tomar felizes todos os outros cidadãos, a fim de que a cidade inteira vivesse em alegria. Mas não nos dê esse conselho, porque, se te escutássemos, o lavrador deixaria de ser lavrador, o oleiro de ser oleiro e todas as profissões, cujo conjunto forma a cidade, desapareceriam. Além de que a importância destas profissões é menor: que sapateiros se tornem medíocres e se desacreditem, que se façam passar por aquilo que não são, nada acarreta de terrível para a cidade. Contudo, quando os guardiães das leis e da cidade são guardiães apenas na aparência, vês que a arruinam de alto a baixo, enquanto, por outro lado, são os únicos a ter o poder de administrá-la bem e torná-la feliz”. Portanto, se somos nós que formamos verdadeiros guardiães, absolutamente incapazes de prejudicarem a cidade, quem faz deles lavradores e como que convivas felizes num panegírico fala de algo diferente de uma cidade. De sorte que precisamos examinar se, ao instalarmos os nossos guardas, nos propomos torná-los tão felizes quanto possível ou se consideramos a felicidade de toda a cidade, caso em que devemos obrigar os auxiliares e os guardas a assegurá-la e convencê-los, assim como a todos os outros cidadãos, a desentpenai. ~r~o melhor possível as funções de que são incumbidos; e, quando a cidade se tiver desenvolvido e estiver bem organizada, deixaremos que cada classe participe, de acordo com a sua natureza, da felicidade

Adimanto — Parece-me que tens razão.

Sócrates — Acreditas ser sensato comparar a seguinte observação com as precedentes?

Adimanto — Qual?

Sócrates — Pensa nos outros artesãos e vê se não é isso

que os desacredita e corrompe também.

Adin7tanto — Que é que OS desacredita e corrompe?

Sócrates — A riqueza e a pobreza.

Adimanto — De que maneira?

Sócrates — Ouve. Achas que o oleiro, tendo enriquecido, irá querer continuar a ocupar-se do seu ofício?

Adrmanto — Acho que não.

Sócrates — Não se tornará, dia após dia, mais Preguiçoso e negligente?

Adimanto Sem dúvida.

Sócrates — E, por conseguinte, pior oleiro?

Adinianto — Com certeza.

Sócrates — Se a pobreza impede de arranjar ferramentas, ou qualquer outro dos objetos necessários à sua arte, o seu trabalho não sofrerá com isso? Não fará dos seus filhos e aprendizes maus Operários?

Adimanto — É inevitável

Sócrates — Assim sendo, tanto a pobreza quanto a riqueza prejudicam as artes e os artesãos

Adimanto — Parece que sint

Soaates — São, pois, duas outras coisas sobre as quais os guardas devem velar muito atentamente a fim de não penetrarem na cidade sem o seu conhecimento

Adimanto — Quais são?

Sócrates — A riqueza e a pobreza, pois uma engendra o luxo, a preguiça e o gosto pelas novidades; a outra, a baixeza e a maldade e, da mesma forma, o gosto pelas novidades.

Adimanto — Sem dúvida. Contudo, Sócrates, considera isto: como é que a nossa cidade, não possuindo riquezas, estará

em condições de fazer a guerra, mormente se for obrigada a lutar contra uma cidade rica e poderosa?

Sócrates — Claro que a luta contra uma cidade assim é difícil, mas é mais fácil contra duas de igual força.

Adimanto — Que queres dizer com isso? — perguntou.

Sócrates — Em primeiro lugar, se houver luta corporal, os nossos atletas guerreiros não terão de combater homens ricos?

Adimanto — Sim.

Sócrates — Mas, Adimanto, não crês que um lutador treinado da melhor maneira possível é capaz de enfrentar facilmente dois lutadores ricos e demasiadamente alimentados?

Adimanto — Talvez não, se tiver de lutar contra os dois ao mesmo tempo.

Sócrates — Nem mesmo se ele conseguisse fugir do primeiro, e depois, virando-se, atacar o que o persegue e repetir muitas vezes esta manobra, debaixo de sol e grande calor? Um homem assim não venceria até mais de dois adversários?

Adimanto — Não seria muito de admirar se o fizesse.

Sócrates — E não crês que os ricos conhecem melhor a ciência e a prática da luta do que as da guerra?

Adimanto — Não duvido.

Sócrates — Logo, acredito que os nossos atletas lutarão facilmente contra homens duas e três vezes mais numerosos.

Adimanto — Parece-me que tens razão.

Sócrates — Imagina agora que mandassem uma embaixada a outra cidade para dizer, o que seria verdade: “O ouro e a prata não são usados entre nós; não temos o direito de possuí-los, mas vós tendes esse direito. Combatei conosco e tereis os bens do inimigo”. Acreditas que haveria pessoas que, depois

de ouvirem estas palavras, preferissem fazer a guerra a cães sólidos e vigorosos, em vez de a fazerem, aliando-se a esses cães, a ovelhas gordas e delicadas?

Adimanto — Penso que não. Mas, se numa única cidade se acumulam as riquezas das outras, é de temer que isso constitua um perigo para a cidade que não é rica.

Sócrates — Que ingênuo que és em acreditar que outra cidade diferente da que fundamos merece tal nome!

Adimanto — E por que não?

Sócrates — Às outras cidades é necessário dar nomes e significação mais amplas, porque cada uma delas é múltipla, e não uma. Cada cidade encerra, pelo menos, duas cidades inimigas uma da outra: a dos pobres e a dos ricos, e cada uma delas subdivide-se em várias outras. Se as considerares como formando uma só, ficarás decepcionado mas se as tratares como múltiplas, dando a umas as riquezas, os poderes ou mesmo as pessoas das outras, terás sempre muitos aliados e poucos inimigos. E, enquanto a tua cidade for sabiamente administrada, como acabamos de estabelecer, será a maior de todas, não digo em fama, mas a maior na realidade, ainda que composta apenas por mil guerreiros; pois não encontrarás facilmente uma cidade tão grande nem entre os gregos nem entre os bárbaros, embora existam muitas que parecem ultrapassá-la várias vezes em tamanho. Pensas o contrário?

Adimanto — Certo que não!

Sócrates — Porventura, não seria este o limite que os nossos magistrados podem dar ao desenvolvimento da cidade, além do qual não deveria estender-se?

Adimanto — Qual é esse limite?

Sócrates — A meu ver, é este: até o ponto em que, aumentada, conserva a sua unidade, a cidade pode estender-se, mas não para além disso.

Adimanto — Muito bem.

Sócrates — Assim, recomendaremos também aos guardas que zelem com o maior cuidado para que a cidade não seja nem pequena nem grande, mas para que seja de proporções suficientes, conservando ao mesmo tempo a sua unidade.

Adiznanto — E com isto não lhes recomendar~os nada muito difícil.

Sócrates — Menos difícil ainda é a recomendação que mencionamos há pouco, quando dissemos que era preciso relegar para as outras classes a criança medíocre nascida dos guardas e elevar à condição de guarda a criança bem-dotada nascida nas outras classes. Isto tinha o propósito de mostrar que também se deve confiar aos outros cidadãos a função para a qual estão naturalmente aptos, e só essa, a fim de que cada um, ocupando-se da sua tarefa própria, seja uno e não múltiplo, e assim a cidade se desenvolva, permanecendo una, e não tornando-se múltipla.

Adimanto — Com efeito, trata-se de uma questão menos importar~ que aquela!

Sócktes — As nossas prescrições, caro Adimanto, não são, Como poderia julgar, numerosas e importantes; são todas simples com a condição de se observar apenas um ponto, único e importância ou, melhor, o único suficiente.

Adimanto — Qual é?

Sócrates — A educação da infância e da juventude. Porque, se os jovens forem convenientemente educados e se tornarem homens esclarecidos, compreenderão facilmente tudo

isto e o que de momento deixamos de lado, a propriedade das mulheres os casamentos e a procriação dos filhos, coisas que, segundo o provérbio, devem ser tão comuns quanto possível entre•

~4manto — Será ótimo.

5~krates — Logo que a nossa cidade se tenha desenvolvido, inaun~ntando como um círculo. Um bom sistema de educação

e ii ção, quando preservados de toda e qualquer alteração, cria b% caracteres e, por outro lado, os caracteres honestos que r%beram essa educação tomam-se melhores do que aqueles qu~ os precederam, sob diversos aspectos e, entre outros, sob o tia procriação, como se verifica com os outros animais.

Adimanto — E lógico.

Sócrates — Finalmente, resumindo, faz-se necessário que os responsáveis pela cidade se esforcem por que a educação não se ~em seu conhecimento, que velem por ela a todo o momento e, corr~ todo o cuidado possível, evitem que nada de novo, no que diz respeito à ginástica e à música, se introduza contra as regras estabebrlcidas com receio de que, se alguém disser

os homens apreciam mais

os cantos mais novos,

Vá Se imaginar talvez que o poeta se refere não a árias novas, mas a uma nova maneira de cantar, e que disso se faça o elogio. Ora, hão se deve nem louvar nem admitir semelhante interpretação porque é de recear que a passagem a um novo gênero

musical ponha tudo em perigo. Com efeito, nunca se atacam as formas da música sem abalar as maiores leis das cidades, como diz Damon, e eu concordo com ele.

Adimanto — Inclui-me também entre os que assim pensam.

Sócrates — Pois é nela, na música, segundo parece, que OS magistrados devem edificar o seu corpo de guarda.

Adimanto —. Sem dúvida, o desprezo das leis insinua-se aí facilmente sem que se dê conta.

Sócrates — Sim, sob a forma de jogo e como se não causasse nenhum mal.

Adimanto — A princípio, não faz senão introduzir ~ pouco a pouco e infiltrar-se suavemente nos usos e costumes, daí, sai mais forte e passa às relações sociais; em seguida, das relações sociais marcha sobre as leis e as constituições com muita insolência, Sócrates, até que, finalmente, haja consumado a ruína total dos cidadãos e do Estado.

Sócrates .— É realmente assim?

Adimanto — É o que me parece.

Sócrates — Mais uma razão, pois, como dizíamos no começo, para que os nossos jovens devam participar de jogos mais legítimos? Se os seus jogos são desregrados eles também serão e não poderão tornar-se quando adultos, homens obedientes às leis e virtuosos.

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — Ao passo que, quando as crianças jogam honestamente desde o começo, a ordem, por meio da música, penetra nelas e, ao contrário do que acontece no caso que citavas, acompanhados por toda a parte, aumenta-lhes a força e revigora na cidade o que nela estiver em declínio.

Adimanto — É a pura verdade.

Sócrates — E também descobrem essas regras que parecem de pouca importância e que os seus predecessores deixaram cair em desuso.

Adimanto — Quais são elas?

Sócrates — Por exemplo, as que ordenam aos jovens que respeitem o silêncio, quando convém, em presença dos anciãos; que os ajudem a sentar-se, que se levanten para lhes cederem o lugar, que rodeiem os pais de cuidados — e as que respeitam ao corte dos cabelos, às roupas, ao calçado, ao aspecto exterior do corpo e outras coisas semelhantes. Não a-és que descobrirão estas regras?

Adimanto — Creio que sim.

Sáaates — Tolice seria, pois, legislar sobre estas matérias, dado que os decretos promulgados, orais ou escritos, não teriam efeito e não poderiam ser cumpridos.

Adimanto — E como o poderiam ser, então?

Sócrates — O impulso dado pela educação, Adimanto, determina tudo o que se segue. Por isso, o semelhante não apela sempre para o seu semelhante?

Adimanto — Sim.

Sócrates — Poderíamos dizer que, no fim, este impulso conduz a um grande e perfeito resultado, seja para o bem ou para o mal.

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — Tal a razão pela qual não irei mais longe e não empreenderei legislar acerca disso.

Adinianto — Tens razão.

Sócrates — Mas agora, em nome dos deuses, que faremos

no que concerne aos negócios da ágora, aos contratos que os cidadãos das diversas classes aí celebram entre si e, se quiseres, aos contratos de mão-de-obra? Que faremos no que concerne às injúrias, às violências, à apresentação das solicitações, à organização dos juízes, à instituição e ao pagamento das taxas que poderiam ser necessárias sobre os mercados e nos portos e, em geral, à regulamentação do mercado, da cidade, do porto e do resto? Ousaremos legislar sobre tudo isto?

Adimanto — Não convém fazer tais prescrições a pessoas honradas; elas mesmas descobrirão facilmente a maior parte das regras que é preciso estabelecer nessas matérias.

Sócrates — Sim, meu amigo, se Deus lhes conceder manter intactas as leis que enumeramos mais acima.

Adimanto — Do contrário, todos passarão a vida a fazer um grande número de tais regras e a reformá-las, na suposição de que chegarão à melhor.

Sócrates — Equivale a dizer que viverão como esses doentes que a intemperança impede de abandonar um mau regime.

Adimanto — Exatamente.

Sócrates — Essas pessoas passam o tempo de forma encantadora: tratando-se, não chegam a nada, exceto a complicar e a agravar as suas doenças; e esperam, sempre que se lhes aconselha um remédio, que graças a ele se tornarão saudáveis.

Adimanto — E a doença desses doentes.

Sócrates — E não é um traço engraçado deles o fato de considerarem seu pior inimigo aquele que lhes diz a verdade, isto é, que, enquanto não renunciarem a embriagar-se, a encher-se de comida, a entregar-se à libertinagem e à preguiça, nem remedios, nem cautérios, nem simpatias, nem amuletos,

nem outras coisas do mesmo gênero lhes servirão de nada?

Adimanto — Na verdade, esse traço não me parece nada engraçado, dado que não existe graça em irritar-se contra quem dá bons conselhos.

Sócrates — Pelo que vejo, não és um admirador de tais homens.

Adimanto — Juro que não, por Zeus!

Sócrates — Logo, nem tampouco aprovarás toda a cidade que se comporta como acabamos de dizer. Com efeito, não te parece que fazem a mesma coisa que esses doentes as cidades mal governadas que proibem os cidadãos, sob pena de morte, de tocar no conjunto da sua constituição, ao passo que aquele que serve esses cidadãos da maneira mais agradável e os lisonjeia, empenhado em antecipar-se, em prever os seus desejos, e hábil a satisfazê-los, é tratado como homem virtuoso, sábio profundo e honrado por elas?

Adimanto — Sim, elas fazem precisamente o mesmo e de modo algum as aprovo.

Sócrates — Que dizer, então, dos que consentem, que se apressam até a servir tais cidades? Não admira a sua coragem e complacência?

Adimanto — Sim, decerto, exceto os que se deixam enganar e se julgam políticos autênticos porque são louvados pela multidão.

Sócrates — Que me dizes? Não desculpas esses homens? Achas que uma pessoa que não sabe medir, a quem outras pessoas no mesmo caso diriam que tem quatro côvados, poderia evitar pensar que é essa a sua medida?

Adimanto — Não o creio.

Sócrates — Não te indignes pois, contra eles; com efeito,

esses homens são os mais encantadores do mundo! Fazem leis sobre os assuntos que enumeramos há pouco e reformam-nas, supondo que conseguirão pôr fim às fraudes que se cometem nos contratos e nos negócios de que ainda agora falávamos: não sabem que, na realidade, cortam as cabeças de uma hidra.

Adimanto — De fato, não fazem outra coisa.

Sócrates — Eu não creio que, numa cidade mal ou bem governada, o verdadeiro legislador devesse se preocupar com este tipo de leis: no primeiro caso, porque são inúteis e de nenhum efeito; no segundo, porque qualquer pessoa descobrirá uma parte e a outra derivará das instituições já estabelecidas.

Adimanto — Que outras leis, pois, nos falta estabelecer?

Sócrates — A mis, nenhuma. Mas a Apoio, ao deus de Delfos, falta fazer as maiores, as mais belas e as primeiras das leis.

Adimanto — Quais?

Sócrates — As que se referem à construção dos templos, aos sacrifícios dos deuses e heníis, ao enterro dos mortos e às cerimônias que nos tornam as suas almas propícias. Com efeito, não possuímos esta ciência; por isso, ao fundarmos a cidade, não devemos obedecer a mais ninguém, se formos prudentes, nem aceitar outro guia além da nossa pátria. Ora, este deus, em tais assuntos, é o guia nacional de todos os homens, pois distribui os seus oráculos assentado sobre a Onfale, no centro da Terra.

Adimanto — Dizes bem, e assim faremos.

Sócrates — Suportamos, pois, filho de Arfston, já fundada a tua cidade. Agora, arranja onde quiseres uma luz suficiente, chama o teu irmão, Polemairo, e os outros e considera se nos é possível ver onde reside nela a justiça, onde a injustiça, em que diferem uma da outra e qual das duas deve possuir quem quiser

ser feliz, quer escape ou não aos olhos dos deuses e dos homens.

Glauco — E como se não dissesses nada! Com efeito, prometeste-nos que serias tu a fazer essa pesquisa, pretendendo que seria ímpio para ti não ajudar a justiça por todos os meios ao teu alcance.

Sócrates — É verdade que fiz a promessa a que aludiste; portanto, devo cumpri-la, mas precisais me auxiliar.

Glauco — Assim o faremos.

Sócrates — Espero que deste modo encontremos o que procuramos. Se a nossa cidade foi bem fundada, creio que nosso Estado é perfeito.

Glauco — Necessariamente.

Sócrates — Claro, pois é evidente que é sábia, corajosa, ponderada e justa.

Glauco — Evidente.

Sócrates — Logo, qualquer que seja a virtude que encontrarmos nela, as virtudes restantes serão as que nos falta descobrir.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Se de quatro coisas procurássemos uma, seja em que assunto for, e esta se nos apresentasse no começo, saberíamos o suficiente acerca dela; mas, se tivéssemos primeiramente conhecimento das outras três, por isso mesmo conheceríamos a coisa procurada, porque é evidente que não seria senão a coisa restante.

Glauco — Tens razão.

Sócrates — Logo, visto que os objetos da nossa pesquisa são em número de quatro, não devemos adotar este método?

Glauco — De pleno acordo.

Sócrates — Evidentemente, no caso que nos ocupa, creio

que é a sabedoria a primeira que se vê; mas noto que a seu respeito surge um fato singular.

Glauco — Qual?

Sócrates — A cidade que fundamos parece-me de fato sábia, sendo que é prudente nas suas deliberações. Não achas?

Glauco — Sim.

Sócrates — E, evidentemente, a prudência nas deliberações é uma espécie de ciência; de fato, não é por ignorância, mas por ciência, que se delibera bem.

Glauco — Claro.

Sócrates — Mas há em nossa cidade ciência de toda espécie.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — É pela ciência dos carpinteiros que se pode dizer que a cidade é sábia e prudente nas suas deliberações?

Glauco — De modo algum. Tal ciência fará dizer que ela é hábil na arte da carpintaria.

Sócrates — Logo, não é porque delibera com sabedoria sobre a melhor maneira de realizar as obras de carpintaria que a cidade deve ser considerada sábia?

Glauco — Por certo que não!

Sócrates — Será pela sua ciência em obras de bronze ou outros metais?

Glauco — Por nenhuma dessas ciências.

Sócrates — E também não pela da produção dos frutos da terra, porque isto corresponde à agricultura?

Glauco — Assim também me parece.

Sócrates — Há, porventura, na cidade que acabamos de fundar, uma ciência que reside em certos cidadãos, pela qual essa cidade delibera não sobre uma das partes que a compõem,

mas sobre o seu próprio conjunto, para conhecer a melhor maneira de se comportar em relação a si mesma e às outras cidades?

Glauco — Sem dúvida que há.

Sócrates — Qual é a ciência? E em que cidadãos se encontra?

Glauco — É a que tem por objeto a conservação do Estado e encontra-se nos magistrados a que há pouco chamávamos de guardiães perfeitos.

Sócrates — E, em virtude dessa ciência, como consideras a cidade?

Glauco — Considero-a prudente nas suas deliberações e verdadeiramente sábia.

Sócrates — Mas quais são os que, na tua opinião, se encontram em maior número na cidade: os ferreiros ou os verdadeiros guardiães?

Glauco — Os ferreiros.

Sócrates — Logo, de todos os organismos que tiram o nome da profissão que exercem, o dos magistrados será o menos numeroso?

Glauco — Sim.

Sócrates — Por isso, é na classe menos numerosa e na ciência que nela reside, é naqueles que estão à cabeça e governam que toda a cidade, fundada segundo a natureza, deve ser sábia; e os homens desta raça são naturalmente muito raros e a eles compete participar na ciência que, única entre as ciências, merece o nome de sabedoria.

Glauco — Não há dúvida.

Sócrates — Descobrimos assim uma das quatro virtudes procuradas e a parte da cidade em que reside.

Glauco — A mim, pelo menos, parece que a descobrimos

de maneira satisfatória.

Sócrates — Quanto à coragem e à parte da cidade em que reside, parte por causa da qual a cidade é considerada corajosa, não é difícil vê-las.

Glauco — Como assim?

Sócrates — Há um meio de verificar se unia cidade é covarde ou corajosa levando em consideração outra coisa que não essa parte da cidade que faz a guerra e pega em armas por ela?

Glauco — Nenhum.

Sócrates — Por isso, não pensei que os outros cidadãos, covardes ou corajosos, tenham o poder de dar à cidade um outro desses caracteres.

Glauco — Com efeito, não o têm.

Sócrates — Portanto, nossa cidade será corajosa por uma parte dela própria e porque possui nessa parte a força de conservar constantemente intacta a sua opinião sobre as coisas a temer, isto é: as que, em número e natureza, o legislador designou na educação. Ou não é a isto que chamas coragem?

Glauco — Não compreendi muito bem o que disseste; explica-te melhor.

Sócrates — Eu disse que a coragem é uma espécie de salvaguarda.

Glauco — Que espécie de salvaguarda?

Sócrates — A da opinião que a lei fez nascer em nós, por intermédio da educação, a respeito das coisas a temer, o seu número e a sua natureza. E eu entendia por salvaguarda constante desta opinião o fato de alguém a manter a salvo no meio das dores e prazeres, dos desejos e temores, e de não abandoná-la. Vou-te explicar isto com uma comparação, se quiseres.

Glauco — Claro que quero.

Sócrates — Sabes que os tintureiros, quando querem tingir a lã de púrpura, começam por escolher uma só espécie de lã, a branca; em seguida, preparam-na, sujeitam-na a um longo tratamento, para que adquira o melhor possível o brilho da cor; por último, mergulham-na na tinta. E o que se tingem desta maneira é indelével: a lavagem, feita com ou sem dissolventes, não lhe desbota a cor; ao contrário, bem sabes o que acontece quando não se procede assim, quando se fingem lãs de outra cor ou mesmo lã branca sem prepará-la.

Glauco — Sei que a cor desbota e se torna feia.

Sócrates — Concorda, então, que procedemos, na medida das nossas forças, a uma operação semelhante, ao escolhermos os guerreiros e ao educá-los na música e na ginástica. Não penses que foi outra a nossa intenção: estávamos empenhados em que tivessem o melhor conhecimento possível das leis, a fim de que, graças à sua natureza e a uma educação apropriada, tivessem, sobre as coisas a temer e o resto, uma opinião indelével, que não pudesse ser apagada por esses dissolventes terríveis que são o prazer — mais poderoso na sua ação do que qualquer álcali ou lixívia —, a dor, o medo e o desejo — mais poderosos que qualquer dissolvente. E esta força que salvaguarda a opinião reta e legítima, no que diz respeito às coisas que são ou não são de rezear, que eu invoco, que eu considero coragem, se nada tens a objetar.

Glauco — Eu não sei o que dizer, pois me parece que, se a opinião sobre essas mesmas coisas não foro fruto da educação, se for selvagem ou servil, não a considerarás estável e dar-lhe-ás Outro nome.

Sócrates — Tens muita razão.

Glauco — Aceito, então, a tua definição da coragem.

Sócrates — Ao menos aceita-a como a da coragem política, e terás razão. Mas sobre este ponto, se quiseres, discutiremos melhor em outra oportunidade; agora, não é a coragem que procuramos, mas a justiça. Por isso, creio que não devemos falar sobre este assunto.

Glauco — Está certo.

Sócrates — Ainda nos falta descobrir duas virtudes na cidade, a temperança e o objeto de toda a nossa pesquisa, a justiça.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Que faríamos para encontrar a justiça sem nos ocuparmos da temperança?

Glauco — Não sei, mas gostaria que ela não se apresentasse antes de examinarmos a temperança. Se queres me agradar, começa por analisar esta última.

Sócrates — Seria um erro recusar te agradar.

Glauco — Examina, pois.

Sócrates — E o que passo a fazer. Em verdade, ela se assemelha, mais do que as virtudes precedentes, a um acordo e a uma harmonia.

Glauco — Como assim?

Sócrates — A temperança outra coisa não é que um domínio que se exerce sobre certos prazeres e paixões, como o indica — de uma forma que não considero exagerada — a expressão comum “senhor de si mesmo” e outras semelhantes, que são, por assim dizer, vestígios desta virtude. Não te parece?

Glauco — Certamente.

Sócrates — Mas a expressão ‘senhor de si mesmo’ não é

ridícula? Aquele que é senhor de si mesmo é também, acredito, escravo de si mesmo, e aquele que é escravo, é também senhor, porque ambas as expressões se referem à mesma pessoa.

Glauco — Não há dúvida.

Sócrates — Esta expressão parece-me querer dizer que existem duas partes na alma humana: uma superior em qualidade e outra inferior; quando a superior comanda a inferior, diz-se que é o homem senhor de si mesmo — o que é, sem dúvida, um elogio; mas quando, devido a uma má educação ou a uma má freqüência, a parte superior, que é menor, é dominada pela massa dos elementos que compõem a inferior, censura-se este domínio como vergonhoso e diz-se que o homem em semelhante estado é escravo de si mesmo e corrupto.

Glauco — Parece-me sensata essa explicação.

Sócrates — Atenta agora para a nossa jovem cidade; verás uma dessas condições realizada e dirás que é com razão que se lhe chama senhora de si mesma, admitindo que se deve chamar moderado e senhor de si mesmo a tudo aquilo em que a parte superior comanda a inferior.

Glauco — Atento e vejo que falas verdade.

Sócrates — É claro que também descobrirás nela, em grande número e feitio, paixões, prazeres e dores, sobretudo nas crianças, nas mulheres, nos escravos e na turba de homens de baixa condição que são considerados livres.

Glauco — Sim, sem dúvida.

Sócrates — Porém, quanto aos sentimentos simples e moderados que o raciocínio dirige e que acompanham a inteligência e a reta opinião, só os encontrarás em raras pessoas, aquelas que, dotadas de excelente caráter, foram formadas por urna ex-

celente educação.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Não percebes também que, na tua cidade, os desejos da turba dos homens de baixa condição são dominados pelos desejos e pela sabedoria do número menor dos homens virtuosos?

Glauco — Percebo.

Sócrates — Se é possível dizer de uma cidade que é senhora dos seus prazeres, das suas paixões e de si mesma, é desta que é preciso dizê-lo.

Glauco — Não há dúvida.

Sócrates — E, por isso mesmo, pode-se concluir que ela possui temperança, não?

Glauco — Com toda a certeza.

Sócrates — E se, em qualquer outra cidade, os governantes têm a mesma opinião a respeito dos que devem mandar, na nossa cidade também residirá esse acordo, não é assim?

Glauco — Claro.

Sócrates — Ótimo! E quando os cidadãos alojam tais disposições, em quem dirias que se encontra a moderação: nos governantes ou nos governados?

Glauco — Em uns e em outros.

Sócrates — Vês que era bem fundada nossa conjectura, quando dizíamos que a moderação se assemelha a uma harmonia.

Glauco — Por que razão?

Sócrates — Porque não se dá com ela o mesmo que com a coragem e a sabedoria, que, residindo respectivamente numa parte da cidade, tornam esta corajosa e sábia. A moderação não atua assim: espalhada no conjunto do Estado, põe em uníssono da oitava os mais fracos, os mais fortes e os intermédios, sob

a relação da sabedoria, se quiseses, da força, se também quiseses, do número, das riquezas ou de qualquer outra coisa semelhantes. De sorte que podemos dizer, com toda a razão, que a moderação consiste nessa concórdia, harmonia natural entre o superior e o inferior quanto à questão de saber quem deve mandar, tanto na cidade como no indivíduo.

Glauco — Estou de pleno acordo contigo.

Sócrates — Temos assim três virtudes que foram descobertas na nossa cidade: sabedoria, coragem e moderação para os chefes; coragem e moderação para os guardas; moderação para o povo. No que diz respeito à quarta, pela qual esta cidade também participa na virtude, que poderá ser? E evidente que é a justiça. -

Glauco — É evidente.

Sócrates — Agora, Glauco, como caçadores, precisamos nos colocar em círculo em volta do matagal e evitar que a justiça fuja e se esvaia diante dos nossos olhos. Não tem dúvida que ela está aqui, em qualquer parte. Portanto, olha, esforça-te por procurá-la; talvez sejas o primeiro a vê-la e então avise-me.

Glauco — Bem que gostaria! Mas, se me tomares como seguidor, capaz de descobrir o que se lhe assinala, poderás utilizar muito melhor as minhas forças.

Sócrates — Segue-me pois. Mas, antes, invoca comigo a ajuda dos deuses.

Glauco — E o que vou fazer. Só te peço que me sirvas de guia.

Sócrates — Claro que sim. O local está oculto e é de difícil acesso; é escuro e cheio de obstáculos, mas precisamos avançar.

Glauco — Sim, precisamos avançar.

Sócrates — Depois de ter observado por algum tempo, e provável que estejamos na boa pista, Glauco; creio que a caça não nos escapará.

Glauco — Boa notícia!

Sócrates — Na verdade, eu e tu somos bem pouco perspicazes!

Glauco — Por que o dizes?

Sócrates — Porque já faz muito tempo, desde o início desta conversa, que o objeto da nossa pesquisa parece rolar aos nossos pés e nós, grandes tolos, não o vimos! Como as pessoas que procuram às vezes o que têm nas mãos, em vez de olharmos para o que estava adiante de nós, examinávamos um ponto distante; foi talvez por isso que o nosso objeto fugiu de nós.

Glauco — Que queres dizer?

Sócrates — Digo que há muito que falamos da justiça sem disso nos darmos conta.

Glauco — Longo preâmbulo para quem anseia escutar!

Sócrates — Agora, pois, vê se tenho razão. O princípio que estabelecemos de início, ao fundarmos a cidade, e que devia ser sempre observado, esse princípio ou uma das suas formas

é, creio, a justiça. Nós estabelecemos, e repeti-mo-lo muitas vezes, que cada um deve ocupar-se na cidade apenas de uma tarefa, aquela para a qual é mais apto por natureza.

Glauco — Foi o que estabelecemos.

Sócrates — Mais ainda: que a justiça consiste em fazer o seu próprio trabalho e não interferir no dos outros. Muitos disseram isto e nós próprios o dissemos muitas vezes.

Glauco — Efetivamente, dissemos.

Sócrates — Assim, esse princípio que ordena a cada um que desempenhe a sua função própria poderia ser, de certo

modo, a justiça. Sabes o que me leva a pensar assim?

Glauco, — Dize-o.

Sócrates — Parece-me que, na cidade, o complemento das virtudes que examinamos, moderação, coragem e sabedoria, é esse elemento que deu a todas o poder de nascerem e, após o nascimento, as preserva na medida em que está presente. Ora, dissemos que a justiça seria o complemento das virtudes procuradas, se descobríssemos as outras três.

Glauco — Assim deve ser.

Sócrates — Se fosse necessário decidir qual dessas virtudes é a que, pela sua presença, contribui em maior dose para a perfeição da cidade, seria difícil dizer se é a conformidade de opinião entre os governantes e os governados; ou, nos guerreiros, a salvaguarda da opinião legítima a respeito das coisas que se devem ou não temer; ou a sabedoria e a vigilância entre os que governam ou se o que contribui, sobretudo, para essa perfeição é a presença, na criança, na mulher, no escravo, no homem livre, no artesão, no governante e no governado, dessa virtude pela qual cada um se ocupa da sua tarefa própria e não interfere na dos outros.

Glauco — Difícil, por certo, decidir tal questão.

Sócrates — Assim, ao que me parece, a virtude que mantém cada cidadão nos limites da sua própria tarefa concorre, para a virtude de uma cidade, com a sabedoria, a moderação e a coragem dessa cidade.

Glauco — Não há dúvida.

Sócrates — Mas não dirás que é a justiça essa força que concorre com as outras para a virtude de uma cidade?

Glauco — Sim, por certo.

Sócrates — Examina ainda a questão da seguinte maneira, para veres se a tua opinião continua a ser a mesma: encarregaras os magistrados de julgar os processos?

Glauco — Certamente.

Sócrates — E procurarão eles, ao fazê-lo, outra felicidade que não seja esta: impedir que cada parte fique com os bens da outra ou seja privada dos seus?

Glauco — Não, nenhuma outra finalidade.

Sócrates — E isso é justo?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Mais uma prova, pois, de que a justiça significa guardar apenas os bens que nos pertencem e em exercer unicamente a função que nos é própria.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Nesse caso, vejamos se pensas igual a mim. Se um carpinteiro resolver exercer o ofício de sapateiro ou um sapateiro o de carpinteiro e trocarem entre si as ferramentas ou os respectivos salários — ou se um mesmo homem exercesse a um só tempo estes dois ofícios e se todas as mudanças possíveis, exceto aquela que vou dizer, se produzirem —, crês que com isto possam advir muitos danos à cidade?

Glauco — Não, por certo.

Sócrates — Se, por outro lado, um homem que a natureza predispôs para ser artesão ou a exercer qualquer outra atividade lucrativa, orgulhoso de sua riqueza, do grande número das suas relações, da força ou de outra vantagem semelhante, tenta elevar-se à categoria de guerreiro, ou um guerreiro à categoria de magistrado, sem que ambos possuam aptidão para tal, ou se um mesmo homem procura desempenhar todas estas funções

ao mesmo tempo, crês, como eu, que estas mudanças e esta confusão provocam a ruína da cidade?

Glauco — Infalivelmente.

Sócrates — A confusão entre essas três classes acarreta para a cidade o máximo da deterioração e, com toda a razão, pode-se considerar esta desordem o maior dos malefícios.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Então, não é a injustiça o maior malefício que se pode cometer contra a cidade?

Glauco — Sim, é.

Sócrates — Logo, é nisso que consiste a injustiça. Ao contrário, quando a classe dos homens de negócios, a dos guerreiros e a dos magistrados exercem a sua função própria e só se ocupam dessa função, não é o inverso da injustiça e o que torna a cidade justa?

Glauco — Acredito que não pode ser de outra maneira.

Sócrates — Não o afirmemos ainda categoricamente; porém, se reconhecermos que esta concepção, se aplicada a cada homem em particular, é também a justiça, então receberá a nossa aprovação. Do contrário, dirigiremos a nossa análise para outra direção. Agora, completemos esta investigação que, conforme pensávamos, nos devia permitir divisar mais facilmente a justiça do homem, se tentássemos primeiramente descobri-la em algum modelo mais amplo que a contivesse. Pareceu-nos que esse indivíduo era a cidade; por isso, fundamos uma tão perfeita quanto possível, sabendo muito bem que a justiça se encontraria numa cidade bem governada. Vamos transladar agora para o indivíduo o que encontramos na cidade e, se concluirmos que a justiça é isso, tanto melhor. Contudo, se descobrirmos que a

justiça é outra coisa no indivíduo, voltaremos a atenção para a cidade. Pode ser que, comparando estas concepções e pondo-as em contato uma com a outra, façamos brotar a justiça como o fogo de uma pederneira; em seguida, quando ela se tiver tornado evidente, fixá-la-emos em nossas almas.

Glauco — É o que se denomina proceder com método. É assim que é preciso agir.

Sócrates — Quando duas coisas, uma maior, outra menor, possuem o mesmo nome, são elas diferentes, enquanto possuem o mesmo nome, ou semelhantes?

Glauco — Semelhantes.

Sócrates — Assim sendo, o homem justo, enquanto justo, não será diferente da cidade justa, mas semelhante a ela.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Ora, a cidade foi por nós considerada justa quando cada uma de suas classes se ocupava de sua tarefa específica; por outro lado, nós a consideramos moderada, corajosa e sábia pelas disposições e as qualidades dessas mesmas classes.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Portanto, meu amigo, consideraremos da mesma forma o indivíduo, quando a sua alma encerra essas mesmas partes que correspondem às três classes do Estado.

Glauco — E absolutamente necessano.

Sócrates — Estamos, então, meu amigo, às voltas com uma questão embaraçosa em relação à alma: saber se ela tem ou não em si mesma estas três partes.

Glauco — A mim não parece embaraçosa. Talvez, Sócrates, o provérbio tenha razão ao afirmar que as coisas belas são difíceis.

Sócrates — Sou do mesmo parecer. Mas quero que conhe-

ças perfeitamente, Glauco, a minha opinião: pelos métodos que empregamos nesta discussão nunca atingiríamos o objetivo da nossa pesquisa, pois o caminho é outro, mais longo e complicado. Contudo, talvez cheguemos a resultados a respeito do que dissemos e analisamos até agora.

Glauco — Não devemos contentar-nos com isso? Quanto a mim, é o que basta.

Sócrates — Também a mim basta.

Glauco — Não desanimes, então, e continua em tua análise.

Sócrates — E preciso convir que, em cada um de nós, se encontram as mesmas formas e os mesmos caracteres que na cidade. Pois é a partir daí que passam para ela. De fato, seria ridículo acreditar que o caráter irascível de certas cidades não se origina nos cidadãos com fama de o possuírem, como os trácios, os citas e quase todos os povos do norte; ou que não acontece a mesma coisa com o amor ao conhecimento, que se poderia atribuir especialmente aos habitantes do nosso país, ou com o amor às riquezas, que se atribui sobretudo aos fenícios e aos egípcios.

Glauco — Não há dúvida.

Sócrates — E assim que as coisas acontecem e não é difícil entender.

Glauco — Claro que não.

Sócrates — Difícil, sim, será decidir se é pelo mesmo elemento que realizamos cada uma das nossas ações ou determinada ação por um dos três elementos; se julgamos por um, nos irritamos por outro, desejamos por um terceiro os prazeres da comida, da reprodução e todos os da nossa família, ou então, se a alma inteira intervém em cada uma dessas operações, quan-

do somos chamados a realizá-las. Isto é que será difícil de determinar satisfatoriamente.

Glauco — Também creio.

Sócrates — Procuremos determinar desta maneira se esses elementos são idênticos entre si ou diferentes.

Glauco — De que maneira?

Sócrates — É evidente que o mesmo sujeito, ao mesmo tempo e a respeito do mesmo objeto, não é capaz de produzir ou experimentar efeitos contrários. De maneira que, se descobrirmos aqui contrários, saberemos que há, não um, mas vários elementos.

Glauco — Que seja.

Sócrates — Ouve, pois, o que vou dizer.

Glauco — Fala.

Sócrates — É possível que a mesma coisa esteja ao mesmo tempo imóvel e em movimento, na mesma das suas partes?

Glauco — De jeito nenhum.

Sócrates — Certifique-mos ainda mais, para que não surjam dúvidas à medida que avançamos. Se alguém afirmasse que um homem que só consegue mexer os braços e a cabeça está ao mesmo tempo imóvel e em movimento, julgo que diríamos que não devemos exprimir-nos assim, mas dizer que uma parte do seu corpo está imóvel e a outra em movimento. Não é assim?

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Mas, se o nosso interlocutor afirmasse que o pião está completamente imóvel e em movimento quando gira retido no mesmo lugar por sua ponta, ou que se dá o mesmo com qualquer outro objeto que se move em círculo em torno de um ponto fixo, por certo que não o admitiríamos. Diríamos que não é nas

mesmas partes que tais objetos estão em repouso e em movimento; diríamos que têm um eixo e uma circunferência, que em relação ao eixo estão imóveis — pois o eixo não se inclina para nenhum dos lados — e que relativamente à circunferência se movem circularmente; mas quando o corpo em movimento inclina com ele a linha de eixo para a direita ou para a esquerda, para a frente ou para trás, então não está absolutamente imóvel.

Glauco — Seria uma resposta perfeita.

Sócrates — Então, não nos deixaremos perturbar por tais objeções, assim como não deixaremos que nos convençam de que o mesmo sujeito, nas mesmas partes e relativamente ao mesmo objeto, experimenta ou produz ao mesmo tempo duas coisas opostas.

Glauco — Quanto a mim, sem dúvida que não me deixarei convencer.

Sócrates — Entretanto, para não sermos obrigados a perder tempo analisando todas as objeções semelhantes e certificando-nos da sua falsidade, consideremos o nosso princípio verdadeiro e sigamos em frente, depois de termos admitido que, se alguma vez ele se mostra falso, todas as conclusões a que tivermos chegado serão nulas.

Glauco — E isso mesmo o que devemos fazer.

Sócrates — Dize-me agora: aprovar e desaprovar, desejar uma coisa e recusá-la, chamar a si e repelir, são ações contrárias entre si, quer se trate de atos, quer de estados, já que isso não implica nenhuma diferença?

Glauco — Obviamente que são contrárias.

Sócrates — Colocarás a sede, a fome, os apetites em geral e também o desejo e a vontade na primeira classe desses con-

trários que acabamos de mencionar? Por exemplo, não dirás que a alma daquele que deseja busca o objeto desejado ou atrai a si o que gostaria de possuir, ou ainda, à medida que pretende que uma coisa lhe seja dada, responde a si mesma, como se alguém a interrogasse, que aprova essa coisa, devido ao desejo que tem de obtê-la?

Glauco — Direi.

Sócrates — Mas, não consentir, não querer, não desejar, não é o mesmo que repelir, afastar de si? E não são estes estados da alma contrários aos precedentes?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Então, não diremos que temos certos desejos, como a sede e a fome, que são os mais fortes de todos?

Glauco — Sim, diremos.

Sócrates — Um objetiva a bebida e o outro, a comida.

Glauco — Claro!

Sócrates — A sede, como tal, pode ser algo mais do que o mero desejo de beber? Por exemplo, é sede de bebida quente ou fria, em grande ou pequena quantidade, enfim, de um determinado tipo de bebida? Ou é o calor que, somado à sede, provoca o desejo de beber frio; ou o frio, o de beber quente. Mas a sede, em si mesma, é apenas o desejo do objeto natural, a bebida, como a fome é o desejo de comida?

Glauco — É verdade. Cada desejo considerado em si mesmo não é senão desejo do objeto natural, correspondendo aquilo que se lhe acrescenta a esta ou aquela qualidade desse objeto.

Sócrates — E que não venham, pois, a nos objetar dizendo que ninguém deseja a bebida, mas a boa bebida, nem a comida, mas a boa comida, sendo que todos os homens desejam as boas

coisas; e se a sede é desejo, tem por objetivo uma boa coisa, seja essa coisa qual for, bebida ou outra. O mesmo acontece com os outros desejos.

Glauco — Entretanto, essa objeção parece ter certa importância.

Sócrates — Porém, com certeza, todo objeto relacionado com outros, considerado numa das suas qualidades, está, julgo eu, relacionado com esse objeto; considerado em si mesmo, está relacionado somente consigo mesmo.

Glauco — Não te compreendo.

Sócrates — Não compreendes que o que é maior o é somente em relação a outra coisa menor?

Glauco — Isso eu compreendo.

Sócrates — E o que é muito maior o é somente em relação ao que é muito menor?

Glauco — Sim.

Sócrates — E que se é ou será maior, é porque tem relação com algo que foi menor ou que o será?

Glauco — Não há dúvida.

Sócrates — Da mesma maneira, quanto ao mais em relação ao menos, quanto ao dobro em relação à metade, ao mais pesado em relação ao mais leve, ao mais rápido em relação ao mais lento, ao quente em relação ao frio e quanto a todas as outras coisas semelhantes, não se dá o mesmo?

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — E o mesmo princípio não vale para as ciências? A ciência considerada em si mesma tem por objetivo o que é passível de ser conhecido; mas uma determinada ciência tem por objeto um conhecimento específico. Explico-me: quando nasceu a ciência de construir casas, não foi diferenciada das

outras com a denominação de arquitetura?

Glauco — É verdade.

Sócrates — Foi diferenciada porque não era parecida com nenhuma outra ciência?

Glauco — Sim.

Sócrates — E isso não aconteceu porque possui um objeto determinado? E não ocorre a mesma coisa com todas as outras artes e todas as outras ciências?

Glauco — Ocorre.

Sócrates — Se agora me compreendeste, reconhecerás que era isso o que eu queria dizer: todo objeto relacionado com outros, considerado em si mesmo, relaciona-se apenas consigo mesmo, considerado numa das suas qualidades em relação a esse objeto. Aliás, não afirmo que o que está relacionado com esse objeto seja semelhante a esse objeto, que, por exemplo, a ciência da saúde e da doença sejam sã ou malsã e a ciência do bem e do mal, boa ou má. Mas, quando a ciência deixa de ser ciência do conhecível em si mesma, porém de determinado objeto, adquire uma determinação e, por isso, já não é denominada simplesmente ciência, mas ciência médica, caracterizando-se pelo seu objeto particular.

Glauco — Compreendo o teu raciocínio e o considero exato.

Sócrates — E não situarás a sede, pela sua natureza, na classe das coisas relacionadas com outras?

Glauco — Eu a situarei relacionada com a bebida.

Sócrates — Assim, determinada sede relaciona-se com determinada bebida; mas a sede em si mesma não se relaciona com uma bebida em grande ou em pequena quantidade, boa ou má, numa palavra, com uma espécie particular de bebida. A sede em

si mesma relaciona-se, por natureza, com a própria bebida.

Glauco — Perfeito.

Sócrates — Logo, a alma daquele que tem sede não quer senão beber; é isso o que deseja e a que se predispõe.

Glauco — Evidentemente.

Sócrates — Quando, pois, alguém se predispõe a beber e algo o faz retroceder, trata-se de um princípio diferente do que provoca a sede e o impele cegamente a beber. Porque reconhecemos que o mesmo princípio não pode provocar ao mesmo tempo efeitos contrários.

Glauco — Certamente que não.

Sócrates — De maneira semelhante, creio que seria errado afirmar que as mãos do arqueiro esticam e largam o arco ao mesmo tempo; mas pode-se dizer que uma das mãos o estica e a outra o larga.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — E às vezes não se encontram pessoas que, embora tendo sede, se recusam a beber?

Glauco — Sim, amiúde e em grande número.

Sócrates — Que diremos de tais pessoas senão que existe em sua alma um princípio que as manda beber e outro que as proíbe, sendo este último mais forte que o primeiro?

Glauco — É o que penso.

Sócrates — O princípio que as inibe de beber se origina da razão? Aquele que o impele e lhe governa a alma é provocado por disposições doentias?

Glauco — Evidentemente.

Sócrates — Com razão, pois, não estaremos equivocados ao considerar que se trata de dois elementos diferentes entre

si e ao denominar aquele pelo qual a alma raciocina seu elemento racional e aquele por causa do qual ela ama, tem fome, tem sede e se atira com ímpeto a todos os outros desejos o seu elemento irracional, que desperta a concupiscência, amigo de cedas satisfações e de certos prazeres.

Glauco — Não estaremos equivocados ao pensar assim.

Sócrates — Admitamos então que distinguimos estes dois elementos na alma; mas a cólera, com o concurso da qual nos indignamos, constitui um terceiro elemento ou é da mesma natureza que um dos outros dois, e de qual deles?

Glauco — Creio que da mesma natureza que o segundo, o que desperta a concupiscência.

Sócrates — Também creio, porque aconteceu-me de ouvir contar que Leôncios, filho de Aglaion, ao voltar um dia do Pireu, seguia pela parte exterior da muralha setentrional quando viu cadáveres estendidos perto do carrasco; ao mesmo tempo que um grande desejo de observá-los, sentiu repugnância e afastou-se; durante alguns instantes lutou consigo e escondeu o rosto com as mãos; mas, por fim, dominado pelo desejo, arregalou os olhos e, correndo na direção dos cadáveres, gritou: “Aí tendes, maus gênios, fardai-vos deste belo espetáculo!”

Glauco — Eu também ouvi contar isso.

Sócrates — Esta história mostra que às vezes a cólera luta contra os desejos e, por isso, diferencia-se deles.

Glauco — Sim, é verdade.

Sócrates — Observamos também, em muitas outras ocasiões, que quando um homem é arrastado à força pelos desejos, apesar da razão, se revolta contra o que lhe faz violência e que, nesta batalha entre dois princípios, a cólera coloca-se como alia-

da ao lado da razão. Jamais, eu acredito, a viste associada ao desejo, em ti mesmo ou nos outros, quando a razão decide que determinada ação não deve ir contra a sua decisão.

Glauco — Certamente que não!

Sócrates — Mas quando um homem admite estar errado, não é menos capaz, quanto mais nobre for, de se exaltar, suportando a fome, o frio ou qualquer outro desconforto, contra aquele que, conforme acredita, o faz sofrer justamente? Por outras palavras, não se recusa a descarregar a sua cólera sobre aquele que o trata assim?

Glauco — É a pura verdade.

Sócrates — Quando, porém, se julga vítima de uma injustiça, não é então que se inflama, se irrita, combate do lado que lhe parece justo — mesmo que sofra fome, frio e todas as provações do gênero — e, firme em suas convicções, triunfa, sem se desviar desses sentimentos generosos antes de ter realizado o seu propósito, até que se vingue ou sucumba ou que, à maneira do pastor que acalma seu cão, a razão o acalme e sossegue?

Glauco — Essa comparação é inteiramente exata. Por isso é que decidimos que na nossa cidade os guerreiros ficariam sujeitos aos magistrados como os cães aos seus pastores.

Sócrates — Compreendes à perfeição o que quero dizer; mas te peço que faças ainda outra reflexão.

Glauco — Qual?

Sócrates — E que, ao contrário do que pensávamos há pouco, a cólera nos aparece agora bem diferente. Efetivamente, há pouco pensávamos que ela se ligava a um elemento que gera a concupiscência, ao passo que agora afirmamos que quando uma sedição se ergue na alma, é a cólera que pega em armas

a favor da razão.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — É, porém, diferente da razão ou de uma das suas formas, de modo que não haveria três elementos na alma, mas apenas dois: o racional e o concupiscível? Ou então, assim como três classes compunham a cidade — mercadores, guerreiros e magistrados —, assim também, na alma, o impulso irascível constitui um terceiro elemento, aliado natural da razão, a menos que uma má educação o tenha corrompido?

Glauco — Existe necessariamente um terceiro elemento.

Sócrates — Sim, sem dúvida, se se revela distinto do elemento racional, como se revelou distinto do concupiscente.

Glauco — Isso não é difícil de reconhecer. Com efeito, pode-se observá-lo nas crianças: desde o nascimento estão sujeitas à cólera, mas algumas parece que nunca recebem a razão e a maioria recebe-a tarde.

Sócrates — Tens razão. E isso também se passa com os animais. E o verso de Homero testemunha-o:

Ulisses, batendo no peito, conteve o cora ção...

É evidente que Homero representa aqui dois princípios distintos: um, a razão, que reprime a cólera depois de haver raciocinado sobre o que é melhor ou pior fazer; outro, que se exalta de forma insensata.

Glauco — Muito bem dito.

Sócrates — Chegamos, afinal, através de inúmeros obstáculos penosamente superados, a estabelecer que existem, na cidade e na alma do indivíduo, princípios correspondentes e

iguais em número.

Glauco — Cedo.

Sócrates — Conseqüentemente, já não é necessário que o indivíduo seja sábio do mesmo modo e pelo mesmo princípio que a cidade?

Glauco — Sim, sem dúvida.

Sócrates — E que a cidade seja corajosa pelo mesmo princípio e do mesmo modo que o indivíduo? Enfim, que tudo o que diz respeito à virtude se encontre igualmente numa e noutro?

Glauco — E necessário.

Sócrates — Então, amigo Glauco, afirmaremos que a justiça tem no indivíduo o mesmo caráter que na cidade.

Glauco — Concordo também com isso.

Sócrates — Mas não podemos nos esquecer de que a cidade era justa pelo fato de cada uma das suas três classes se ocupar da sua própria tarefa.

Glauco — Não creio que o tenhamos esquecido.

Sócrates — Lembremo-nos então de que se cada um de nós desempenhar a sua tarefa própria, será também justo e desempenhará a tarefa que lhe é própria.

Glauco — Sim, precisamos nos lembrar disso.

Sócrates — Portanto, não compete à razão mandar, por ser sábia e possuir a responsabilidade de velar pela alma, e à cólera obedecer à razão e defendê-la?

Glauco — Sim, com certeza.

Sócrates — Mas não é, como afirmamos, um misto de música e ginástica que conciliará estas partes, fortificando e alimentando uma delas com belos discursos e com os conhecimentos científicos, acalmando, abrandando a outra pela har-

monia e pelo ritmo?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — E estas duas partes assim educadas, realmente adestradas e instruídas para desempenhar o seu papel, dominarão e conterão o elemento concupiscente, que ocupa o maior espaço na alma e que, por natureza, é insaciável; irão vigiá-lo para evitar que, saciando-se dos prazeres do corpo, se desenvolva, revigore e, em vez de se ocupar da sua tarefa, busque subjugar-los e dominá-los — o que não convém a um elemento da sua espécie — e subverta toda a vida da alma.

Glauco — Com toda a certeza.

Sócrates — E nos defenderão melhor dos inimigos externos, com toda a alma e todo o corpo, a primeira decidindo, o segundo lutando sob as ordens da primeira e executando corajosamente os projetos elaborados por esta.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Denominamos corajoso, pois, um homem levando em consideração o lado irascível de sua alma, quando esta parte salvaguarda, através de sofrimentos e prazeres, as deliberações a respeito do que se deve ou não rejeitar.

Glauco — É verdade.

Sócrates — E por nós denominado sábio levando em consideração essa pequena parte dele mesmo que governa e enuncia estas deliberações, parte que possui também o conhecimento do que é proveitoso a cada um dos três elementos da alma e a todos em conjunto.

Glauco — Estou de acordo.

Sócrates — Mas nós não o denominamos moderado por causa da amizade e harmonia que existe entre o elemento que

manda e os que lhe obedecem, quando estes últimos concordam em que a razão deve governar e não há revolta contra ela?

Glauco — Não há dúvida de que a moderação não é diferente na cidade e no indivíduo.

Sócrates — Portanto, o indivíduo será justo pelo motivo e da maneira que tantas vezes afirmamos.

Glauco — Necessariamente.

Sócrates — Mas será que a justiça se enfraqueceu a ponto de nos parecer diferente do que era na cidade?

Glauco — Não acredito.

Sócrates — Se ainda subsistisse alguma dúvida em nossa alma, poderíamos suprimi-la totalmente comparando a nossa definição da justiça com as noções comuns.

Glauco — Quais?

Sócrates — Suponhamos que precisássemos decidir a respeito da nossa cidade e do homem que, por natureza e educação, é semelhante a ela, será possível acreditar que este homem, tendo recebido um depósito de ouro ou prata, o tenha desviado em proveito próprio? E tu crês que alguém o julgaria mais capaz de semelhante ação do que aqueles que não lhe são semelhantes?

Glauco — Não creio.

Sócrates — Mas esse homem não será igualmente incapaz de cometer sacrilégio, furto e traição, tanto particularmente, em relação aos amigos, como publicamente, em relação à sua cidade?

Glauco — Será incapaz.

Sócrates — E, logicamente, de forma alguma faltará à sua palavra, quer se trate de juramentos, quer de outras promessas.

Glauco — Por certo.

Sócrates — E quanto ao adultério, ao desrespeito aos pais

e à falta de piedade em relação aos deuses, combinam mais com os outros do que com ele?

Glauco — Mais aos outros, naturalmente.

Sócrates — E a causa de tudo isso não reside no fato de que cada elemento de sua alma desempenha a sua tarefa específica, tanto para mandar, quanto para obedecer?

Glauco — Não pode ser outra coisa.

Sócrates — E ainda te perguntas se a justiça é algo diferente do poder que produz homens e cidades assim?

Glauco — Certamente que não.

Sócrates — Aqui está, portanto, perfeitamente realizado o nosso sonho, a respeito do qual declarávamos ter dúvidas, a saber, que seria bastante provável que, logo que iniciássemos a fundação da cidade, nos depararíamos com determinado princípio e modelo da justiça.

Glauco — Assim é, de fato.

Sócrates — Portanto) meu amado Glauco, quando exigíamos que o sapateiro, o carpinteiro ou qualquer outro artesão exercesse bem seu ofício sem intrometer-se em outras atividades, estávamos estabelecendo sem querer uma imagem da justiça.

Glauco — Aparentemente.

Sócrates — Com efeito, a justiça se parece perfeitamente com esta imagem, com a única diferença de que ela não governa os assuntos externos do homem, mas apenas seus assuntos internos, seu ser verdadeiro, não deixando que nenhum dos elementos da alma exerça uma tarefa que não lhe é específica, nem que os outros elementos usurpem mutuamente suas respectivas funções. Ela pretende que o homem coloque em perfeita ordem os seus reais problemas domésticos, que assuma o co-

mando de si mesmo, se discipline e conquiste a sua própria amizade; que institua um acordo perfeito entre os três elementos da sua alma, assim como entre os três tons extremos de uma harmonia — o mais agudo, o mais grave, o médio, e os intermédios, se os houver —, e que, ligando-os uns aos outros, se transforme, de múltiplo que era, em uno, moderado e harmonioso; que somente então se preocupe, se precisar se preocupar, em obter riquezas, em cuidar do corpo, em exercer sua atividade na política ou nos assuntos privados, e que em todas essas ocasiões considere justa e honesta a ação que salvaguarda e contribui para completar a ordem que implantou em si mesmo, e sábia a ciência que governa essa ação; que, ao contrário, considere injusta a ação que destrói essa ordem, e ignorante a opinião que governa esta última ação.

Glauco — Tudo isso é a mais pura verdade, meu caro Sócrates.

Sócrates — Que seja. Agora, se afirmássemos que descobrimos o que é o homem justo, a cidade justa, e em que consiste a justiça em um e na outra, creio que não nos enganaríamos em demasia.

Glauco — Por certo que não.

Sócrates — Vamos, então, afirmá-lo?

Glauco — Sim.

Sócrates — Certo. Resta-nos, julgo eu, analisar a injustiça.

Glauco — Claro que sim.

Sócrates — Pode a injustiça ser outra coisa que não uma sublevação dos três elementos da alma, uma confusão, uma usurpação das suas respectivas tarefas, a revolta de uma parte contra o todo para conquistar uma autoridade à qual não tem

direito, visto que a sua natureza a destina a obedecer àquela que foi gerada para governar? E daí, afirmamos nós, é dessa perturbação e dessa desordem que se origina a injustiça, a intemperança, a covardia, a ignorância, enfim, todos os vícios.

Glauco — Com toda a certeza.

Sócrates — E dado que conhecemos a natureza da injustiça e da justiça, já percebemos com clareza em que consistem a ação injusta e a ação justa.

Glauco — Como assim?

Sócrates — Porque elas não diferem das coisas sãs e das nocivas; o que estas significam para o corpo, elas significam para a alma.

Glauco — Em que sentido?

Sócrates — As coisas sãs engendram a saúde e as nocivas, a enfermidade.

Glauco — Assim é.

Sócrates — Da mesma forma, as ações justas não originam a justiça e as injustas, a injustiça?

Glauco — Sim.

Sócrates — Engendrar a saúde é estabelecer, conforme a natureza, as relações de comando e submissão entre os diferentes elementos do corpo; engendrar a doença é permitir-lhes comandar ou ser comandados um pelo outro ao arrepio da natureza.

Glauco — Isso está claro.

Sócrates — Pela mesma razão, engendrar a justiça não significa estabelecer, conforme a natureza, as relações de comando e submissão entre os diferentes elementos da alma? E engendrar a injustiça não significa permitir-lhes comandar ou ser comandados um pelo outro ao arrepio da natureza?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Conseqüentemente, a virtude significa, julgo eu, saúde, beleza, boa disposição de ânimo; e o vício, ao contrário, signffica doença, feiúra, fraqueza.

Glauco — Assim é.

Sócrates — Mas as boas ações não levam à virtude e as más, ao vício?

Glauco — Necessariamente.

Sócrates — Agora, só nos resta analisar se é conveniente agirmos com justiça, dedicarmo-nos ao que é honesto e justo, sejamos ou não reconhecidos como tais, ou praticarmos a injustiça e sermos injustos, mesmo que não sejamos castigados e o castigo não nos tome melhores.

Glauco — Mas, Sócrates, julgo essa análise ridícula. Se a vida parece insuportável quando acontece a ruína do corpo, mesmo com todos os prazeres da mesa, com toda a riqueza e todo o poder possíveis, com maior razão o é quando o seu princípio é alterado e corrompido, mesmo que se tenha o poder de fazer tudo o que se quer, salvo evitar o vício e a injustiça e praticar a justiça e a virtude. Isto é, se as coisas forem exatamente da maneira como as descrevemos.

Sócrates — Esta análise seria de fato ridícula. No entanto, uma vez que alcançamos um ponto de onde podemos divisar com a maior clareza que é essa a verdade, não devemos desanimar.

Glauco — Não, por Zeus, jamais devemos desanimar!

Sócrates — Aproxima-te, pois, para descobrires sob quantas formas se apresenta o vício. Ao menos, aquelas que, em meu julgamento, merecem a nossa atenção.

Glauco — Estou a seguir-te, mostre-as.

Sócrates — Muito bem! Olhando as coisas do ponto de observação em que nos encontramos, pois foi aqui que a discussão nos trouxe, parece-me que existe uma única forma da virtude e que as formas do vício são numerosas, embora apenas quatro mereçam ser aqui analisadas.

Glauco — Que queres dizer?

Sócrates — Que talvez existam tantas espécies de almas quantas forem as diversas formas de governo.

Glauco — E quantas são?

Sócrates — Cinco espécies de formas de governo e cinco espécies de almas.

Glauco — Indica-as, então.

Sócrates — A forma de governo que nós expusemos é uma delas, apesar de que seja possível designá-la por dois nomes. Pois, se entre os magistrados há um homem que se sobrepõe aos outros, chamamos esta forma de monarquia; se a autoridade é compartilhada por vários homens, chamamos de aristocracia.

Glauco — Exatamente.

Sócrates — Mesmo assim, afirmo que se trata de uma única espécie de constituição. Pois, quer o mando esteja nas mãos de um só homem, quer nas de vários, isto não altera as leis fundamentais da cidade, se estiverem vigorando os princípios de educação e de instrução que nós descrevemos.

Glauco — Totalmente coerente.

LIVRO V

SÓCRATES — Repnto, pois, uma tal forma de governo boa e correta, tanto para a cidade como para o homem, e julgo as outras más e defeituosas, se aquela for correta, quer objetivem a administração das cidades, quer a organização do caráter no indivíduo. Estas formas de governo são representativas de quatro modalidades de vícios.

Glauco — De quais?

Eu ia apresentá-las pela ordem em que acredito que se formam umas das outras, quando Polemarco, que se encontrava sentado atrás de Adimantó, agarrou este último pelo ombro, puxou-o pela túnica e, inclinando-se, falou-lhe em voz baixa algumas palavras das quais só foi possível ouvir o seguinte:

Polemarco — Vamos permitir que ele prossiga?

Adimanto — De jeito nenhum!

Sócrates — A quem vós não quereis permitir que prossiga?

Adimanto — Só pode ser a ti.

Sócrates — E por que motivo?

Adimanto — Porque está a nos parecer que tu perdes o ânimo, ocultando-nos uma parte importante do assunto, para não seres obrigado a estudá-la, e que imaginas poder escapar-nos dizendo levianamente que, a respeito das mulheres e das

crianças, todos julgariam evidente que houvesse comunidade entre os amigos.

Sócrates — Por acaso eu não o disse, e com razão, Adimanto?

Adimanto — Sim, certamente. Mas essa razão, como todo o resto, necessita de explicações. Que caráter terá essa comunidade? Pois há muitas possíveis. E necessário esclarecer qual é aquela a que te queres referir. Faz muito tempo que aguardamos que nos fales acerca da procriação dos filhos — como se processará e como, após o nascimento, eles deverão ser educados — e que expliques sobre a comunidade das mulheres e das crianças a que te referes. Porque estamos convencidos de que a resolução que será tomada a esse respeito acarretará importantes conseqüências. Agora, que passas a examinar outra forma de governo sem nos teres esclarecido satisfatoriamente sobre estas questões, decidimos não te deixar prosseguir antes que tenhas explicado tudo isto, da mesma forma que procedeste com os outros assuntos.

Glauco — Eu também estou de acordo com eles.

Trasímaco — Como vês, Sócrates, é uma decisão unânime.

Sócrates — Que discussão pretendeis levantar novamente a respeito do governo d , como se ainda estivéssemos no início?! Considerava-me satisfeito por havê-la terminado, feliz por vós estardes satisfeitos com o que eu disse há pouco. Ao levantardes essas questões, desconheceis que grande número de discussões incitais! Eu percebi isso e o evitei há instantes, temendo que fosse causar grandes embaraços.

Trasímaco — Crês, então, que estes jovens vieram aqui para derreter ouro¹ e não para discutir assuntos relevantes?

Sócrates — Certamente que para discutirem assuntos re-

levantes, mas de duração limitada.

Glauco — Para homens sensatos, tais discussões podem durar a vida inteira. Mas não te preocupes conosco, nem te canses de responder às nossas indagações, da forma que mais te aprouver, e de nos dizer que gênero de comunidade será estabelecido entre os nossos guardiães no que concerne às crianças e às mulheres, e que educação será ministrada à infância durante o período que vai do nascimento à educação propriamente dita, tarefa esta que a mim parece a mais difícil de todas. Procura mostrar-nos como é necessário agir.

Sócrates — Eis aqui uma questão bastante difícil, meu bom Glauco. Pois este assunto comporta muito mais inverossimilhanças do que aquelas de que já tratamos. O nosso projeto será por todos considerado irrealizável; e, mesmo supondo-se

[1 A expressão refere-se a um provérbio a respeito dos que negligenciavam um dever para se dedicar a alguma ocupação inútil, porém atraente.]

que venha a se realizar tão perfeitamente quanto possível, continuarão a duvidar da sua superioridade. Por isso hesitei em abordá-lo, meu caro amigo, temendo que o que eu dissesse pudesse parecer uma vã aspiração.

Glauco — Não hesites. Ouvir-te-ão pessoas que não são nem tolas nem incrédulas, nem maldosas.

Sócrates — O excelente amigo, falas assim para me tranquilizares?

Glauco — Certamente.

Sócrates — Pois tuas palavras me causam efeito diametralmente oposto! Se eu falasse com conhecimento de causa, o

teu estímulo ser-meia útil; com efeito, abordar assuntos de tão grande importância e que nos preocupam, diante de pessoas sensatas e amigas, só pode ser feito com segurança e confiança quando se conhece a verdade; mas falar quando não se possui tanta confiança, como acontece comigo neste instante, é assustador e perigoso, não porque possa causar o riso em vós, este temor seria infantil, mas porque, se eu me afastar da verdade, arrastarei os amigos na queda, induzindo-vos a erro num caso da mais alta importância. Por isso, inclino-me diante de Adrastéa,¹ Glauco, devido ao que vou dizer. Em minha opinião, aquele que mata alguém acidentalmente comete um crime menor do que aquele que induz alguém a erro a respeito de belas, boas e justas leis. Além do mais, é preferível correr esse risco entre inimigos do que entre amigos!

Glauco — Se viermos a sofrer algum prejuízo por causa da discussão, Sócrates, serás por nós absolvido do crime e do engano de que formos vítimas! Por isso, arma-te de coragem e fala.

Sócrates — Não resta dúvida de que réu absolvido é inocente, nos termos da lei. E então natural que, se assim é em tal caso, também o seja neste.

Glauco — Exatamente por isso, fala.

Sócrates — Precisamos voltar atrás e dizer o que talvez eu devesse ter dito na ocasião apropriada. Contudo, talvez seja conveniente que, depois de havermos determinado com precisão o papel dos homens, determinemos agora o das mulheres, principalmente por ser isto que desejas. Para homens por natureza e educação tais como os desaevidos, não existe, julgo eu, posse e uso legítimos dos filhos e das mulheres senão pelo caminho

em que os orientamos no início. Pois, de certa maneira, procuramos fazer deles os guardiães de um rebanho.

[1 Deusa grega da justiça]

Glauco — Concordo.

Sócrates — Prossigamos então com esta idéia; concedamos-lhes, a respeito da procriação e da educação, regras específicas e, depois, vejamos se o resultado foi satisfatório ou não.

Glauco — Como?

Sócrates — Da seguinte maneira: somos da opinião de que as fêmeas dos cães devem cooperar com os machos na atividade da guarda, da caça e em todo o resto, ou que devem permanecer no canil, incapazes de realizar outra coisa porque dão à luz e alimentam os filhotes, enquanto os machos trabalham e assumem toda a responsabilidade do rebanho?

Glauco — Somos da opinião de que devem fazer tudo em comum, com a ressalva de que, para as tarefas que deles esperamos, consideremos as fêmeas mais fracas e os machos mais fortes.

Sócrates — Mas é possível exigir de um animal os mesmos trabalhos exigidos de outro, se ele não tiver sido alimentado e criado da mesma forma?

Glauco — E impossível, naturalmente.

Sócrates — Logo, se exigimos das mulheres os mesmos serviços que dos homens, precisamos fornecer-lhes o mesmo tipo de educação.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Nós ensinamos música e ginástica aos homens.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Conseqüentemente, deve-se ensinar estas duas artes às mulheres, e também o que concerne à guerra, e exigir-lhes os mesmos desempenhos.

Glauco — Isso é decorrência do que estás dizendo.

Sócrates — É possível, porém, que, no que diz respeito ao uso transmitido, várias dessas coisas pareçam ridículas, se passarmos da palavra à ação.

Glauco — Certamente.

Sócrates — E qual tu julgas mais ridícula? Com certeza, 1 é o fato de as mulheres se exercitarem nuas nos ginásios, junto com os homens, e não apenas as jovens, mas também as velhas, da mesma forma que esses velhos, enrugados e de aspecto pouco agradável, que continuam com seus exercícios de ginástica.

Glauco — Por Zeus! Seria por demais ridículo, ao menos de acordo com os nossos costumes!

Sócrates — No entanto, já que estamos discutindo isso, não devemos temer o riso dos gracejadores, que falam mal de tudo e todos, quando houver uma tal mudança no que concerne aos exercícios do corpo, à música e, principalmente, ao porte das armas e à equitação?

Glauco — Tens razão.

Sócrates — Então, visto que já entramos no assunto, precisamos avançar até as dificuldades que a lei apresenta, após termos pedido aos gracejadores que renunciem ao seu papel e sejam sérios e lhes termos lembrado que não está distante o tempo em que os gregos acreditavam, como ainda acredita a maioria dos bárbaros, que a visão de um homem nu é um espetáculo vergonhoso e ridículo; e que, quando os exercícios de

ginástica foram praticados pela primeira vez pelos aetenses, depois pelos lacedemônios, os cidadãos de então tiveram a oportunidade de zombar de tudo isso. Não crês?

Glauco — Sim, creio.

Sócrates — Mas quando lhes pareceu que era mais conveniente estar nu do que vestido ao praticar todos esses exercícios, o que lhes parecia ridículo na nudez foi eliminado pela razão, que acabava de descobrir onde estava o melhor. E isso provou como é insensato aquele que julga ridícula outra coisa que não seja o mal, que tenta excitar o riso tomando para objeto das suas zombarias outro espetáculo que não seja a loucura e a perversidade ou que busque com seriedade um objetivo de beleza que seja diferente do bem.

Glauco — Nada mais certo.

Sócrates — Mas não precisamos começar por reconhecer a possibilidade ou não do nosso projeto e permitir a quem quiser, homem zombeteiro ou sisudo, que ponha em discussão se, na raça humana, a fêmea é capaz de realizar todos os trabalhos do macho, ou nenhum, ou então alguns e não outros, e perguntar a qual destas classes pertencem as atividades da guerra? Um tão belo início não nos levaria à mais bela das conclusões?

Glauco — Evidentemente que sim.

Sócrates — Queres que sejamos nós a iniciar a discussão, a fim de não sitiar uma fortaleza deserta?

Glauco — Nada nos impede.

Sócrates — Falemos, então, como falariam os nossos adversários: “Ó Sócrates e Glauco, não é necessário que outros vos façam objeções”; efetivamente, vós mesmos admitistes, ao lançardes os alicerces da vossa cidade, que cada um devia de-

dicar-se apenas à única tarefa adequada à sua natureza.

Glauco — Sim, admitimos.

Sócrates — E possível que o homem não seja tão diferente da mulher por natureza?

Glauco — Como não poderia ser tão diferente?

Sócrates — Portanto, é conveniente estipular a cada um uma tarefa diferente, de acordo com a sua natureza.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Então, não estareis agora enganados e não caireis em contradição ao afirmardes que homens e mulheres devem desempenhar as mesmas tarefas, embora tenham naturezas bem diferentes? Poderás, meu grande amigo, responder alguma coisa a isto?

Glauco — Assim de repente, não é fácil; mas terei de te pedir que esclareças também o significado, qualquer que seja, da nossa tese.

Sócrates — Essas dificuldades, Glauco, e muitas outras semelhantes, eu as previ há muito tempo: era por isso que hesitava em abordar a lei a respeito da posse e da educação das mulheres e das crianças.

Glauco — Por Zeus! Não é coisa fácil!

Sócrates — Claro que não. Mas, na verdade, um homem pode cair numa piscina ou no mar, embora nem por isso deixe de nadar.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Nós também devemos nadar e tentar sair incólumes da discussão, fortalecidos pela esperança de que talvez encontremos um golfinho para nos carregar ou algum outro meio de salvação!

Glauco — Assim parece.

Sócrates — Vejamos então se encontramos uma saída. Concordamos em que uma diferença de natureza acarreta uma diferença de funções, e, também, que a natureza da mulher difere da do homem. E, agora, pretendemos que naturezas diferentes devem desempenhar as mesmas funções. Não é disto que nos acusam?

Glauco — Sim, é.

Sócrates — Na verdade, Glauco, a arte da controvérsia tem um maravilhoso poder!

Glauco — Por quê?

Sócrates — Porque muitas pessoas se deixam levar por ela e julgam raciocinar quando questionam. Isto por serem incapazes de analisar o seu tema nos seus diferentes aspectos: tiram-lhe contradições aparentes agarrando-se apenas às palavras e utilizam-se da contestação, e não da dialética.

Glauco — De fato, é como agem muitas pessoas. Será o nosso caso na presente questão?

Sócrates — Exatamente; corremos o risco de, sem o querermos, termos sido levados pela argumentação.

Glauco — Como assim?

Sócrates — Insistimos em dizer que naturezas diferentes não devem ter os mesmos empregos, ao passo que de forma alguma analisamos de que espécie de natureza diferente e de natureza própria se trata, nem sob que relação as diferenciávamos quando atribuímos às naturezas diferentes funções diferentes e às naturezas próprias funções idênticas.

Glauco — Realmente, não analisamos.

Sócrates — Portanto, podemos indagar se a natureza dos

calvos e a dos cabeludos são idênticas e, depois de termos concluído que são opostas, proibir os cabeludos de exercerem o ofício de sapateiro, no caso de os calvos o exercerem, e, reciprocamente, aplicar a mesma proibição aos calvos, se forem os cabeludos a exercê-lo.

Glauco — Isso seria ridículo!

Sócrates — Sim, mas seria ridículo por uma razão diferente: na exposição do nosso princípio, não pensávamos em naturezas absolutamente idênticas ou diferentes; não considerávamos se não essa forma de diferença ou de identidade que se refere aos empregos em si mesmos. Afirmávamos, por exemplo, que o médico e o homem com aptidão para a medicina possuem a mesma natureza, não é verdade?

Glauco — É verdade.

Sócrates — E que um médico e um carpinteiro possuem natureza diferente.

Glauco — Exato.

Sócrates — Logo, se chegarmos à conclusão de que os dois sexos diferem entre si quanto à sua aptidão para determinada função, diremos que se deve atribuir essa função a um ou a outro; porém, se a diferença consistir apenas no fato de ser a fêmea a parir e não o macho, não admitiremos por isso como demonstrado que a mulher difere do homem na relação que nos ocupa e continuaremos a pensar que os guerreiros e as suas mulheres devem exercer as mesmas atividades.

Glauco — E não estaremos equivocados.

Sócrates — Depois disso, pediremos ao nosso opositor que nos ensine qual é a atividade, relativamente ao serviço da cidade, para cujo exercício a natureza da mulher difere da do homem.

Glauco — Concordo com esse pedido.

Sócrates — É possível que nos digam, como tu fizeste há pouco, que não é fácil responder imediatamente de modo satisfatório, mas que, depois de um exame, não é difícil.

Glauco — Sim, é possível.

Sócrates — Então, pretendes que peçamos ao nosso opositor que nos acompanhe, enquanto tentamos provar-lhe que não existe nenhum emprego exclusivo da mulher no que concerne à administração da cidade?

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Então, perguntar-lhe-emos: quando declaras que um homem é habilitado para uma coisa e outro inabilitado, queres dizer que o primeiro a aprende facilmente e o segundo com dificuldade? Que um, depois de um breve estudo, leva as suas descobertas muito além do que aprendeu, enquanto o outro, com muito estudo e aplicação, nem ao menos salva o saber recebido? Que no primeiro, as disposições do corpo favorecem o espírito e no segundo o prejudicam? Existem outros sinais além destes que te permitam distinguir o homem habilitado para seja o que for daquele que não o é?

Glauco — Ninguém afirmará que existem outros.

Sócrates — Tens conhecimento de alguma atividade humana em que os homens não sobrepujem as mulheres? Estenderemos o nosso discurso mencionando a tecelagem, a confeitaria e a cozinha, trabalhos que parecem apropriados às mulheres e em que a inferioridade dos homens é altamente ridícula?

Glauco — Estás certo ao afirmares que em tudo os homens sobrepujam as mulheres. No entanto, muitas mulheres são superiores a muitos homens, em muitas atividades. Porém, em

geral, é como dizes.

Sócrates — Conseqüentemente, meu amigo, não há nenhuma atividade que concerne à administração da cidade que seja própria da mulher enquanto mulher ou do homem enquanto homem; ao contrário, as aptidões naturais estão igualmente distribuídas pelos dois sexos e é próprio da natureza que a mulher, assim como o homem, participe em todas as atividades, ainda que em todas seja mais fraca do que o homem.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Concederemos, então, todas as atividades aos homens e nenhuma às mulheres?

Glauco — Como fazer isso?

Sócrates — Mas existem mulheres que têm uma disposição inata para a medicina ou para a música e outras que não têm.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — E não existem as que possuem uma disposição inata para a ginástica e para a guerra e outras que não apreciam nem a guerra nem a ginástica?

Glauco — Creio que sim.

Sócrates — Muito bem! Não existem mulheres que amam e outras que odeiam a sabedoria? Não existem algumas que são ardorosas e outras sem ardor?

Glauco — Sim, existem.

Sócrates — Logo, existem mulheres que são aptas para a guerra e outras que não são. Ora, não escolhemos homens dessa natureza para tomá-los nossos guerreiros?

Glauco — Sim, escolhemos.

Sócrates — Portanto, a mulher e o homem possuem a mesma natureza no que cotrerne à sua aptidão para proteger a cidade,

sem esquecer que a mulher é mais fraca e o homem mais forte.

Glauco — Assim parece.

Sócrates — Conseqüentemente, temos de escolher mulheres semelhantes aos nossos guerreiros. que viverão com eles e com eles protegerão a cidade, visto que são capazes disso e as suas naturezas são semelhantes.

Glauco — Não há dúvida.

Sócrates — Mas não se devem atribuir as mesmas atividades às mesmas naturezas?

Glauco — Sim.

Sócrates — Percebemos, então, que o caminho percorrido nos reconduz ao ponto de partida e concluimos que não é contrário à natureza sujeitar as mulheres dos nossos guerreiros à música e à ginástica.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Dessa maneira, a lei que estabelecemos não é nem impossível nem um desejo vão, visto que está de acordo com a natureza. Muito pelo contrário, são as normas atualmente estabelecidas que vão de encontro à natureza.

Glauco — E o que parece.

Sócrates — Mas não decidimos analisar se a nossa instituição era possível e desejável?

Glauco — Sim, decidimos.

Sócrates — Ora, concluimos que é possível.

Glauco — Concluimos.

Sócrates — Em seguida, precisamos nos convencer de que é desejável.

Glauco — Evidentemente.

Sócrates — A educação que formará as mulheres para o

exercício da guerra não será diferente da que forma os homens, não é mesmo? Principalmente se seu objetivo for cultivar naturezas idênticas.

Glauco — Não será diferente.

Sócrates — Muito bem! Qual é a tua opinião sobre isto?

Glauco — Sobre o quê?

Sócrates — Admites que um homem pode ser melhor e outro pior ou considera-os todos iguais?

Glauco — De forma alguma os considero iguais.

Sócrates — E, na cidade que fundamos, quais são, na tua opinião, os melhores: os guerreiros que receberam a educação por nós descrita ou os sapateiros que foram instruídos na arte do calçado?

Glauco — A tua pergunta é ridícula!

Sócrates — Mas os guerreiros não formam a elite dos cidadãos?

Glauco — Formam.

Sócrates — E as guerreiras não serão a elite das mulheres?

Glauco — Sim, também.

Sócrates — E existe para uma cidade coisa mais valiosa do que possuir os melhores homens e as melhores mulheres?

Glauco — Não.

Sócrates — Mas isso não será o resultado da música e da ginástica aplicadas da forma que estipulamos?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Isto significa que estabelecemos uma lei não apenas possível, mas também desejável para a cidade.

Glauco — Sim.

Sócrates — Desta forma, as mulheres dos nossos guerreiros

abandonarão as suas roupas, pois a sua virtude as substituirão; participarão da guerra e de todas as atividades relacionadas com a defesa da cidade, sem se ocupar de outra coisa. No serviço, atribuir-lhes-emos apenas a parte mais leve, devido à fraqueza de seus músculos. E a respeito daqueles que zombam das mulheres nuas, quando estiverem treinando para um jetivo superior, não sabem do que zombam nem o que fazem. De fato, devemos sempre afirmar que o útil é belo e que só o nocivo é vergonhoso.

Glauco — Tens toda a razão.

Sócrates — Podemos afirmar que esta disposição da lei a respeito das mulheres é como uma onda a que acabamos de escapar a nado. E não só conseguimos não submergir ao decidirmos que os nossos guerreiros e as nossas guerreiras devem fazer tudo em comum, mas também o nosso discurso demonstra que isso é ao mesmo tempo possível e vantajoso.

Glauco — Realmente, não é pequena a onda a que acabas de escapar!

Sócrates — Não a julgarás grande quando vires a que vem em seguida.

Glauco — Mostra-ma, então.

Sócrates — Penso que a essa lei e às precedentes se segue esta.

Glauco — Qual?

Sócrates — Todas as mulheres dos nossos guerreiros pertencerão a todos: nenhuma delas habitará em particular com nenhum deles. Da mesma maneira, os filhos serão comuns e os pais não conhecerão os seus filhos nem estes os seus pais.

Glauco — Esta é uma coisa bem mais inverossímil que o

resto e que dificilmente será considerada possível e vantajosa!

Sócrates — Não creio que se possa contestar, no que se refere à vantagem, que a comunidade das mulheres e dos filhos seja um bem enorme, se for realizável; mas penso que, a respeito da sua exequibilidade, pode surgir profunda contestação.

Glauco — Um e outro aspecto podem muito bem ser contestados.

Sócrates — Estás querendo dizer que serei obrigado a enfrentar uma série de obstáculos. E eu que esperava evitar um, se tu reconhecesses a vantagem, e ter de discutir apenas a possibilidade!

Glauco — Sim, mas não soubeste mascarar a tua evasiva. Portanto, explica estes dois pontos.

Sócrates — Vejo que não bá como fugir. Concede-me, porém, este favor: deixa que me despeça como esses preguiçosos que costumam se alimentar dos seus próprios pensamentos quando caminham sozinhos. Com efeito, esta espécie de pessoas não espera descobrir por que meios obterão o que desejam: rejeitando esta preocupação, a fim de não se fatigarem a deliberar sobre o possível e o impossível, supõem que possuem o que querem, arranjam o resto como lhes agrada e comprazem-se em enumerar tudo o que farão depois do êxito, tomando assim a sua alma, já sobremaneira preguiçosa, ainda mais preguiçosa. Muito bem! Também eu me rendo à preguiça e pretendo prorrogar para mais tarde a questão de saber como o meu projeto é exequível. Para o momento, julgo-o exequível e vou analisar, se me permites, as atitudes que tomarão os magistrados quando ele for aplicado e provar que nada será mais vantajoso do que a sua aplicação para a cidade e para os guerreiros. E isto o que

tentarei analisar contigo, em primeiro lugar; veremos em seguida a outra questão, se concordares.

Glauco — Claro que concordo. Começa.

Sócrates — Acredito que os magistrados e os seus auxiliares, se forem dignos de seus nomes, quererão, estes, fazer o que lhes for mandado, e aqueles, mandar, conformando-se às leis ou inspirando-se nelas nos casos que deixarmos à sua ponderação. -

Glauco — E natural.

Sócrates — Logo, tu, o seu legislador, da mesma forma que escolheste os homens, escolherás as mulheres, reunindo tanto quanto possível as naturezas semelhantes. Ora, aquelas e aqueles que tiveres escolhido, tendo domicílio comum, tomando em comum as suas refeições e não possuindo nada de seu, estarão sempre juntos; e, encontrando-se misturados nos exercícios do ginásio e em tudo o que concerne ao resto da educação, serão levados por uma necessidade natural a formar uniões. Não julgas isto necessário?

Glauco — Não uma necessidade geométrica, mas amorosa, que é mais forte do que a primeira para convencer e conduzir a massa dos homens.

Sócrates — Tens razão. Mas, Glauco, formar uniões ao acaso ou cometer erros do mesmo género seria uma impiedade numa cidade feliz, e os líderes não a suportariam.

Glauco — Com certeza não seria justo.

Sócrates — E então evidente que, depois disto, celebraremos casamentos tão sagrados quanto pudermos. E os mais sagrados serão os mais vantajosos.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Mas como serão os mais vantajosos, Glauco? Vejo na tua casa cães de caça e um grande número de nobres aves. Por Zeus! Prestaste alguma atenção às suas uniões e à maneira como procriam?

Glauco — Que queres dizer?

Sócrates — Em primeiro lugar, entre esses animais, embora todos sejam de boa raça, não existem aqueles que são ou se tomam superiores aos outros?

Glauco — Existem.

Sócrates — Pretendes ter filhotes de todos ou só te interessa ter dos melhores?

Glauco — Dos melhores.

Sócrates — Dos mais novos, dos mais velhos ou dos que estão na flor da idade?

Glauco — Dos que estão na flor da idade.

Sócrates — E não crês que, se a procriação não se realizasse dessa maneira, a raça dos teus cães e das tuas aves degeneraria muito?

Glauco — É verdade.

Sócrates — Mas qual é a tua opinião sobre os cavalos e os outros animais? O que acontece com eles é diferente?

Glauco — Não. Pois seria absurdo.

Sócrates — Meu caro amigo! De que extraordinária superioridade deverão ser possuidores os nossos líderes, se o mesmo se passar em relação à raça humana!

Glauco — Sem dúvida que se passa o mesmo. Mas por que dizes isso?

Sócrates — Porque eles necessitarão empregar uma grande quantidade de remédios. Ora, um médico medíocre pare-

ce-nos bastar quando a doença não exige remédios e é passível de ceder apenas com um simples regime; ao contrário, quando exige remédios, sabemos que é necessário um médico mais capacitado. -

Glauco — É verdade. Mas aonde pretendes chegar?

Sócrates — A isto: é possível que os nossos governantes se vejam obrigados a empregar largamente a mentira e o engano para o bem dos governados; e já afirmamos que tais práticas eram úteis sob a forma de remédios.

Glauco — E afirmamos uma coisa correta.

Sócrates — E essa coisa será muito mais correta no que concerne aos casamentos e à procriação dos filhos.

Glauco — Como assim?

Sócrates — De acordo com os nossos princípios, é necessário tornar as relações muito freqüentes entre os homens e as mulheres de elite, e, ao contrário, bastante raras entre os indivíduos inferiores de um e outro sexo; além do mais, é necessário educar os filhos dos primeiros, e não os dos segundos, se quisermos que o rebanho atinja a mais elevada perfeição: e todas estas medidas deverão manter-se secretas, salvo para os magistrados, a fim de que, tanto quanto possível, a discórdia não se insinue entre os guerreiros.

Glauco — Muito bem.

Sócrates — Assim, proporcionaremos festividades onde reuniremos noivos e noivas, com acompanhamento de sacrifícios e hinos, que os nossos poetas comporão em honra dos casamentos celebrados. A respeito do número de casamentos, deixaremos aos magistrados a incumbência de fixá-lo, de forma que mantenham o mesmo número de homens — tendo em conta

as perdas causadas pela guerra, as doenças e outros acidentes — e que a nossa cidade, na medida do possível, não aumente nem diminua-1

Glauco — Está certo.

Sócrates — Organizaremos uma engenhosa modalidade de sorteio, para que os indivíduos medíocres que forem recusados acusem, a cada união, a sorte, e não os magistrados.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — A respeito dos jovens que se tiverem distinguido na guerra ou em outra atividade, conceder-lhes-emos, além de outros privilégios e recompensas, uma maior liberdade de se unirem às mulheres, a fim de que a maioria das crianças possam ser geradas por eles.

Glauco — Tens razão.

Sócrates — As crianças, à medida que forem nascendo, serão entregues a pessoas encarregadas de cuidar delas, homens, mulheres ou homens e mulheres juntos, pois as responsabilidades são comuns aos dois sexos.

Glauco — Estou de acordo.

Sócrates — Estes encarregados levarão os filhos dos indivíduos de elite a um lar comum, onde serão confiados a amas que residem à parte, num bairro da cidade. Para os filhos dos indivíduos inferiores e mesmo os dos outros que tenham alguma deformidade, serão levados a paradeiro desconhecido e secreto.

Glauco — É um meio seguro de preservar a pureza da raça dos guerreiros.

Sócrates — Cuidarão também da alimentação das crianças, levarão as mães ao lar comum, na época em que os seus seios estiverem repletos de leite, e utilizarão todos os meios possíveis

para que nenhuma delas reconheça a sua prole. Se as mães não chegarem para a amamentação, procurarão outras mulheres para esse ofício. Em todos os casos, cuidarão para que elas só amamentem durante um certo período de tempo e encarregarão das vigílias e de todo o trabalho difícil as amas e as governantas.

Glauco — Tomas a maternidade muito fácil às mulheres dos guerreiros.

Sócrates — E conveniente que o seja. Mas continuemos na exposição do nosso projeto. Afirmamos que a procriação dos filhos deveria fazer-se na flor da idade.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Mas não achas que a duração média da flor da idade é de vinte anos para as mulheres e trinta para os homens?

Glauco — Como estipulas esse tempo para cada sexo?

Sócrates — A mulher parirá para a cidade dos vinte aos quarenta anos; o homem gerará para a cidade até os cinquenta e cinco anos.

Glauco — Realmente, tanto para um como para outro, é o período de maior vigor do corpo e do espírito.

Sócrates — Assim, se um cidadão, mais velho ou mais novo, se inuscuir na obra comum de procriação, nós o declaramos culpado de impiedade e injustiça, pois fornece ao Estado um filho cujo nascimento secreto não foi colocado sob a proteção das preces e sacrifícios que as sacerdotisas, os sacerdotes e toda a cidade oferecerão para cada casamento, a fim de que de homens bons nasçam filhos melhores, e de homens úteis, filhos ainda mais úteis; um tal nascimento, ao contrário, será considerado fruto das trevas e da libertinagem.

Glauco — Está certo.

Sócrates — A mesma lei será aplicada àquele que, ainda na idade da formação, tocar numa mulher também nessa idade, sem que o magistrado os tenha unido. Declararemos que um homem assim introduz na cidade um bastardo cujo nascimento não foi nem autorizado, nem santificado.

Glauco — Muito bem.

Sócrates — Porém, quando para um e outro sexo houver passado a idade da procriação, deixaremos os homens livres de se ligarem a quem quiserem, exceção feita às filhas, às mães, às netas e às avós. Igual liberdade terão as mulheres em relação aos homens, exceto com seus avós, com seus pais, com seus filhos e com seus netos. Conceder-lhes-emos esta liberdade após haver-lhes recomendado que tomem todas as precauções possíveis para que nenhum filho fruto dessas uniões veja a luz do dia, e, se houver algum que abra caminho à força para a vida, que os enjeitem, pois a cidade não se encarregará de alimentá-lo.

Glauco — As tuas palavras são ponderadas, mas como reconhecerão os seus pais, as suas filhas e os outros parentes a que acabas de te referir?

Sócrates — Não os reconhecerão. Mas todos os filhos que nascerem do sétimo ao décimo mês, a partir do dia em que um guerreiro contrair matrimónio, serão chamados por ele, os do sexo masculino, de filhos, os do sexo feminino, de filhas, e eles o chamarão de pai; chamará netos aos filhos destes; e eles chamarão de avó a ele e aos seus companheiros de casamento, e chamarão de avós às suas companheiras. Por fim, todos os que tiverem nascido no tempo em que os seus pais e as suas mães forneciam filhos à cidade tratar-se-ão de irmãos e irmãs, de

maneira a evitar que, como já dissemos, contraiam uniões entre si. Contudo, a lei permitirá que irmãos e irmãs se unam se tal casamento for acertado pelo sorteio e, além disso, aprovado pela sacerdotisa.

Glauco — Muito bem.

Sócrates — Será assim, Glauco, a comunidade das mulheres e dos filhos entre os guerreiros da tua cidade. Que esta comunidade se harmonize com o resto da constituição e seja altamente desejável, eis o que o nosso discurso deve agora demonstrar, não é assim?

Glauco — E, por Zeus!

Sócrates — Ora, como ponto de partida do nosso acordo, não devemos perguntar a nós mesmos qual é, na organização de uma cidade, o maior bem, aquele que o legislador deve visar ao elaborar as suas leis, e qual é também o maior mal? Em seguida, não se deve examinar se a comunidade que acabamos de descrever nos orienta para esse grande bem e nos afasta desse grande mal?

Glauco — Concordo plenamente.

Sócrates — Mas há maior mal para uma cidade do que aquele que a divide e a torna múltipla em vez de una? Há maior bem do que aquele que a une e toma una?

Glauco — Não.

Sócrates — Muito bem! A união de prazer e dor não é um bem na cidade, quando, na medida do possível, todos os cidadãos se alegram ou sofrem igualmente com os mesmos acontecimentos, felizes ou infelizes?

Glauco — Com toda a certeza.

Sócrates — E não é o egoísmo destes sentimentos que a

divide, quando alguns se afligem e os outros se alegram, por ocasião dos mesmos acontecimentos públicos ou particulares?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — E isso não é devido ao fato de os cidadãos não serem unânimes em pronunciar estas frases: isto me diz respeito, isto não me diz respeito, isto não tem nada a ver comigo?

Glauco — Sem sombra de dúvida.

Sócrates — Por conseguinte, a cidade onde a maioria dos cidadãos diz, no que concerne às mesmas coisas: isto me diz respeito, isto não me diz respeito, esta cidade está extremamente organizada?

Glauco — Com certeza que sim.

Sócrates — E ela não se comporta como um único homem? Eu explico: quando um dos nossos dedos recebe um ferimento, a comunidade do corpo e da alma, que forma uma única organização, experimenta uma sensação; totalmente e ao mesmo tempo sofre com uma das suas partes: por isso dizemos que o homem tem dores no dedo. Acontece a mesma coisa com qualquer outra parte do homem, quer se trate do mal-estar causado pela dor, quer do bem-estar que provoca o prazer;

Glauco — De fato, acontece a mesma coisa. E a imagem perfeita que buscavas do Estado bem governado.

Sócrates — Então, se a um cidadão acontecer um bem ou um mal qualquer, será principalmente uma cidade assim que experimentará como sendo seus os sentimentos que ele experimentar e ela, como um todo, compartilhará a sua alegria ou a sua tristeza.

Glauco — E assim que deve ser numa cidade bem administrada e com boas leis.

Sócrates — Agora, voltemos à nossa cidade e analisemos se as conclusões a que chegamos se aplicam especificamente a ela ou se se aplicam, de preferência, a outra cidade qualquer.

Glauco — Certo. E assim que devemos fazer.

Sócrates — Nas outras cidades não existem magistrados e povo como na nossa?

Glauco — Existem.

Sócrates — E todos se tratam por cidadãos?

Glauco — Claro que sim.

Sócrates — Nas outras cidades, além de cidadãos, que nome em especial dá o povo àqueles que o governam?

Glauco — A maioria os chama de senhores e, nos governos democráticos, arcontes.

Sócrates — E na nossa cidade? Que outros nomes, além de cidadãos, dará o povo aos líderes?

Glauco — Os de conservadores e de defensores da pátria.

Sócrates — Por seu lado, como estes últimos considerarão o povo?

Glauco — Como a quem lhes proporciona os salários e o sustento.

Sócrates — Mas, nas outras cidades, como os líderes tratam o povo?

Glauco — Como escravos.

Sócrates — E como se tratam entre si aqueles que governam?

Glauco — Como colegas na autoridade.

Sócrates — E na nossa cidade?

Glauco — Como guardiães do mesmo povo.

Sócrates — Diz-me se, nas outras cidades, os líderes tratam como amigo um de seus colegas e como estranho um outro.

Glauco — Muitos agem dessa forma.

Sócrates — Logo, pensam e dizem que se preocupam com os interesses do amigo e não com os do estranho.

Glauco — É verdade.

Sócrates — E entre os teus guerreiros? Existe algum que possa pensar ou dizer de um dos seus colegas que lhe é estranho?

Glauco — De forma alguma, pois cada um verá nos outros um irmão ou uma irmã, um filho ou uma filha ou qualquer outro parente na linha ascendente ou descendente.

Sócrates — Excelente. Agora, responde a isto: legislarás apenas para que eles troquem entre si nomes de parentesco ou para que todos os seus atos estejam de acordo com esses nomes, para que expressem aos seus pais todos os deveres de respeito, solicitude e obediência que a lei prescreve em relação aos pais — sob pena de incorrer no ódio dos deuses e dos homens, se agirem de modo diferente? Com efeito, agir de modo diferente é cometer uma impiedade e uma injustiça. São estas máximas ou outras que todos os teus cidadãos ensinarão às crianças, falando-lhes dos seus pais, que lhes mostrarão, e dos outros parentes?

Glauco — Serão essas. Seria ridículo que proferissem esses nomes de parentesco sem cumprir os deveres que eles implicam.

Sócrates — Assim, em nossa cidade, mais do que em todas as outras, os cidadãos proferirão em uníssono, quando acontecer algum bem ou mal a um deles, as nossas frases de há pouco: os meus negócios vão bem ou os meus negócios vão mal.

Glauco — Nada mais verdadeiro.

Sócrates — Mas não afirmamos que, em decorrência desta convicção e desta maneira de falar, haveria entre eles uma iden-

tidade de alegrias e de tristezas?

Glauco — Sim, e o afirmamos com acerto.

Sócrates — Os nossos cidadãos estarão unidos naquilo que considerarão o seu próprio interesse e, assim unidos, experimentarão alegrias e tristezas em perfeita comunhão.

Glauco — Isso mesmo.

Sócrates — A que atribuir efeitos tão admiráveis senão à constituição da nossa, e, especialmente, à comunidade das mulheres e dos filhos estabelecida entre os guerreiros?

Glauco — Não há dúvida de que esse será o principal motivo.

Sócrates — Mas nós concluímos que essa comunhão de interesses representava o maior bem para a cidade, quando comparávamos uma cidade sabiamente organizada ao corpo, na forma como este se comporta em relação a uma de suas partes, no que concerne ao prazer e à dor.

Glauco — E concluímos acertadamente.

Sócrates — Portanto, está provado que a causa do maior bem que pode acontecer na cidade é a comunidade das crianças e das mulheres dos guerreiros.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Convém acrescentar que estamos de acordo com o que estabelecemos anteriormente. Com efeito, dissemos que os nossos guerreiros não deviam possuir nem casas, nem terras, nem qualquer outra propriedade, mas que deviam receber seu sustento dos outros cidadãos, vivendo vida comum, se quiserem ser guerreiros autênticos.

Glauco — Muito bem.

Sócrates — Então, não tenho razão para afirmar que as

nossas disposições anteriores, juntamente com as que acabamos de tomar, farão deles guerreiros ainda mais autênticos e os impedirão de dividir a cidade, o que aconteceria se cada um não chamasse de suas as mesmas coisas, mas a coisas diferentes? Se, morando separadamente, levassem para as suas respectivas casas tudo aquilo de que pudessem garantir a posse exclusiva? E se, tendo mulher e filhos diferentes, imaginassem alegrias e tristezas pessoais — ao passo que, com uma crença idêntica a respeito do que lhes pertence, terão todos o mesmo objetivo e experimentarão, tanto quanto possível, as mesmas alegrias e as mesmas tristezas?

Glauco — E inegável.

Sócrates — Pois bem! Não desaparecerão processos e acusações em uma cidade onde cada um só terá de seu o próprio corpo e onde todo o resto será comum? Não decorre daqui que os nossos cidadãos estarão ao abrigo das discórdias causadas pela posse de riquezas, filhos e parentes?

Glauco — E obrigatório que estejam livres de todos esses males.

Sócrates — Além disso, nenhuma ação violenta será intentada entre eles, pois nós lhes diremos que é nobre e justo que iguais se defendam mutuamente e os convenceremos a velar pela sua segurança pessoal.

Glauco — Está certo.

Sócrates — Esta lei possui ainda esta vantagem: quando um cidadão se irritar com outro, se acalmar a sua cólera desta maneira, será menos propenso, em seguida, a agravar a contenda.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — E daremos ao mais velho autoridade sobre os mais novos, com o direito de punir.

Glauco — Evidentemente.

Sócrates — E os jovens não tentarão, sem autorização dos magistrados, usar de violência para com os mais velhos, nem feri-los; também não os ofenderão de qualquer outra maneira. pois dois guardas serão suficientes para os impedir: o medo e o respeito; o respeito, mostrando-lhes um pai na pessoa que querem ferir, o medo, fazendo-lhes compreender que os outros irão em socorro da vítima, estes como filhos, aqueles como irmãos ou pais.

Glauco — Não pode ser diferente.

Sócrates — Portanto, graças às nossas leis, os guerreiros desfrutarão entre si de uma paz perfeita.

Glauco — De uma grande paz, sem dúvida.

Sócrates — Porém, se viverem em concórdia, não é de temer que a discórdia se interponha entre eles e os outros cidadãos ou que divida estes últimos?

Glauco — Certamente que não.

Sócrates — Não vale a pena analisar os males menores de que estarão isentos: pobres, não terão necessidade de lisonjear os ricos; não conhecerão as dificuldades e os aborrecimentos de criar filhos, de juntar fortuna, e os que decorrem da obrigação de precisarem sustentar escravos; não necessitarão pedir emprestado, nem renegar as dívidas, nem conseguir dinheiro por todos os meios para o darem às mulheres e servidores, confiando-lhes o cuidado da casa; enfim, meu amigo, ignorarão todos os males que se suportam nestes casos, males evidentes.. sem nobreza e indignos de serem citados.

Glauco — De fato, evidentes até mesmo para um cego.

Sócrates — Ficarão livres de todas essas misérias e levarão

uma vida mais feliz que a vida bem-aventurada dos campeões olímpicos.

Glauco — Como?

Sócrates — Os campeões olímpicos só desfrutam uma pequena parte da felicidade reservada aos nossos guerreiros. A vitória destes é mais bela e a sorte que o Estado lhes assegura, mais perfeita. A sua vitória é a salvação de toda a cidade e, como laurel, recebem, eles e os seus filhos, o alimento e tudo o que é necessário à existência; enquanto viverem, a cidade confere-lhes privilégios e, depois da morte, terão uma sepultura digna deles.

Glauco — São belíssimas recompensas.

Sócrates — Lembras-te de que alguém nos censurou há pouco por desprezarmos a felicidade dos nossos guerreiros, os quais, podendo possuir todos os bens dos outros cidadãos, não possuíam nada de seu? Respondemos, penso eu, que voltáramos a analisar essa censura, se surgisse a oportunidade; que, de momento, pretendíamos formar guerreiros autênticos, tomar a cidade tão feliz quanto possível e não proporcionar a felicidade a apenas uma das classes que a compoem.

Glauco — Lembro-me disso.

Sócrates — Agora, que a vida dos guerreiros nos parece mais agradável e melhor do que a dos campeões olímpicos, poderemos considerá-la, sob qualquer aspecto, comparável à vida dos sapateiros, dos outros artesãos ou dos agricultores?

Glauco — Creio que não.

Sócrates — Convém repetir aqui o que então dizia: se o guerreiro buscar uma felicidade que faça dele algo diferente de um guerreiro; se uma condição modesta porém estável, e que

é, julgamos nós, a melhor, não lhe bastar; se uma opinião louca e infantil o levar, por dispor do poder, a apoderar-se de tudo na cidade, saberá quanta verdadeira sabedoria demonstrou Hesíodo ao dizer que a metade é mais que o todo.

Glauco — Se quiser crer em mim, manter-se-á na sua condição.

Sócrates — Então aprovas que haja comunidade entre mulheres e homens, tal como a propusemos, no que concerne à educação, aos filhos e à proteção dos outros cidadãos? Admites que as mulheres, quer fiquem na cidade, quer partam para a guerra, devem entrar de guarda com os homens, caçar com eles, como fazem as fêmeas dos cães, e unir-se tão completamente quanto possível a todos os seus trabalhos; que assim agirão de acordo e não contrariamente à natureza das relações entre fêmea e macho, na medida em que são feitos para viverem em comum?

Glauco — Admito.

Sócrates — Só falta analisar se é possível estabelecer na raça humana a comunidade que existe nas outras raças e como é isso possível.

Glauco — Adiantaste-te, pois eu ia falar-te disso.

Sócrates —. A respeito da guerra, penso que é bem evidente como a farão.

Glauco — Como?

Sócrates — E claro que a farão em comum e se farão acompanhar dos filhos robustos, para que estes, como os filhos dos artesãos, vejam o que necessitarão fazer quando atingirem a idade adulta; além disso, a fim de que possam fornecer ajuda

e serviço em tudo o que se refere à guerra e prestar assistência aos pais e às mães. Não notaste o que se faz nos ofícios e, por exemplo, quanto tempo os filhos de oleiros passam a ajudar e a ver trabalhar os seus pais, antes de se pôr à obra?

Glauco — E claro que notei.

Sócrates — Os artesãos devem ter mais cuidado que os guerreiros na formação dos seus filhos pela experiência e tendo em vista o que convém fazer?

Glauco — Seria ridículo!

Sócrates — Por outro lado, todo animal luta mais corajosamente na presença da sua prole.

Glauco — Sim, mas existe o risco, Sócrates, de que, sofrendo um desses reveses que são freqüentes na guerra, pereçam eles e os seus filhos, e o resto da cidade não possa recuperar-se de semelhante perda.

Sócrates — Tens razão. Mas achas que o nosso primeiro dever seja jamais expô-los ao perigo?

Glauco — De jeito nenhum.

Sócrates — Muito bem! Se precisam enfrentar o perigo, não é no caso em que o sucesso possa torná-los melhores?

Glauco — Sim, evidentemente.

Sócrates — Crês que importa pouco que crianças destinadas a tomar-se guerreiros vejam ou não vejam o espetáculo da guerra e que o resultado não valha o risco?

Glauco — Não. Ao contrário, isso interessa no aspecto que referiste.

Sócrates — Agiremos então de forma que as crianças sejam espectadoras dos combates, velando pela sua segurança, e tudo dará certo, não é assim?

Glauco — Sim.

Sócrates — Em primeiro lugar, os seus pais não ignorarão quais são as expedições perigosas e quais não são.

Glauco — Logicamente.

Sócrates — Por conseguinte, farão com que os filhos participem das primeiras, mas evitarão que participem das segundas.

Glauco — Correto.

Sócrates — E não lhes darão por líderes os cidadãos mais medíocres, mas aqueles que a experiência e a idade tomam capazes de orientar e governar crianças.

Glauco — Sim, é o que convém.

Sócrates — Contudo, muitas vezes acontecem acidentes imprevistos.

Glauco — Naturalmente.

Sócrates — Considerando tais eventualidades, meu amigo, é necessário dar desde muito cedo asas às crianças, para que possam, se for preciso, salvar-se voando.

Glauco — Que queres dizer?

Sócrates — Que é necessário ensiná-las a cavalgar o mais cedo possível e, bem treinadas, fazê-las participar do combate como espectadoras, não montadas em cavalos fogosos, mas em cavalos ligeiros no galope e dóceis ao freio. Desta forma, verão perfeitamente o que terão de fazer um dia e, se o perigo se tomar grande, salvar-se-ão com toda a segurança.

Glauco — Julgo que tens razão.

Sócrates — E o que dizer a respeito da guerra? Como irão se comportar os teus soldados entre si mesmos e em relação ao inimigo? Achas que a minha opinião sobre isto está certa ou não?

Glauco — Explica-te.

Sócrates — O soldado que abandonar o seu posto, depuser as armas ou cometer qualquer ação semelhante por covardia não deve ser relegado para a classe dos artesãos ou dos lavradores?

Glauco — Evidentemente.

Sócrates — E aquele que for aprisionado pelo inimigo não o deixaremos como presente aos que o tiverem aprisionado, para que façam da sua presa o que quiserem?

Glauco — Assim será.

Sócrates — E aquele que se distinguir pela sua excelente conduta, não convém que no campo de batalha os jovens e as crianças que acompanharam a experiência o coroem, cada um por sua vez? Não tens esta opinião?

Glauco — Sim, tenho.

Sócrates — E que lhe apertem a mão?

Glauco — Também sou dessa opinião.

Sócrates — Mas creio que isto tu não aprovaras.

Glauco — O quê?

Sócrates — Que cada um deles o beije e seja por ele beijado.

Glauco — Aprovo isso mais do que qualquer outra coisa.

E acrescento ainda que, enquanto durar a expedição, não será permitido a nenhum daqueles que ele quiser beijar recusar-se, a fim de que o guerreiro que ama alguém, homem ou mulher, lute mais ardentemente por alcançar o prêmio da sua coragem.

Sócrates — Concordo. Aliás, já dissemos que reservaríamos aos cidadãos de elite uniões mais numerosas que aos outros e que, a respeito dos casamentos, a escolha cairia mais frequentemente sobre eles do que sobre os outros, a fim de que a sua raça se multiplique tanto quanto possível.

Glauco — Com efeito, dissemos.

Sócrates — De acordo com Homero, também é justo honrar jovens que se destacam por favores desta natureza. Com efeito, Homero relata que, tendo-se Ajax distinguido num combate, o honraram servindo-lhe o lombo inteiro de um boi, querendo dizer com isto que tal recompensa convinha perfeitamente a um guerreiro jovem e valoroso, sendo, ao mesmo tempo, para ele uma distinção e uma maneira de aumentar as suas forças.

Glauco — Muito bem.

Sócrates — Neste ponto, então, seguiremos a autoridade de Homero: nos sacrifícios e em todas as solenidades semelhantes, honraremos os bravos, conforme o seu mérito, não só por meio de hinos e das distinções de que acabamos de citar, mas também com lugares de honra à mesa, carnes e taças cheias.

Glauco — Estou de pleno acordo.

Sócrates — A respeito dos guerreiros mortos em combate, não diremos daquele que tiver tido um fim glorioso que pertence à raça de ouro?

Glauco — Com toda a certeza que diremos.

Sócrates — Não creremos também, com disse Hesíodo, que, depois da morte, os homens desta raça se tornam gênios puros e bons, que habitam sobre a Terra, que preservam do mal e guajdam os mortais?

Glauco — Sim, creremos.

Sócrates — Consultaremos o deus' a respeito da sepultura que se deve dar a esses homens maravilhosos e divinos e das honrarias que lhes são devidas, e depois realizaremos as exéquias da maneira que nos for indicado.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — E os seus túmulos serão objeto do nosso culto e da nossa veneração. Prestaremos as mesmas honras aos que morreram de velhice, ou de qualquer outra forma, em quem tivermos reconhecido, durante a vida, um mérito extraordinário.

Glauco — Muito justo.

Sócrates — E de que maneira se comportarão os nossos soldados em relação ao inimigo?

Glauco — Em que sentido?

Sócrates — Em primeiro lugar, no que concerne à escravidão. Julgas justo que cidades gregas escravizem gregos ou devem proibi-lo às outras, dentro do possível, e que os gregos se acostumem a poupar a raça grega, com medo de cair na servidão dos bárbaros?

Glauco — O importante é que os gregos se sirvam disso com ponderação.

Sócrates — É importante, então, que não possuam escravos gregos e aconselhem os outros gregos a seguir o seu exemplo.

Glauco — Perfeitamente. Assim, dirigirão melhor as suas forças contra os bárbaros e evitarão de as dirigir contra si próprios.

Sócrates — Quer dizer que tirar dos mortos outros despojos além das armas, depois da vitória, será comportar-se com moderação? Isso não proporciona aos covardes o pretexto, a fim de não participarem dos combates mais acirrados, de realizarem uma tarefa necessária ficando debruçados sobre os cadáveres? A prática de rapinas deste tipo já não causou a ruína de muitos exércitos?

Glauco — É verdade.

Sócrates — Não há baixeza e cobiça em despojar um cadáver? Não é indício de um espírito covarde e mesquinho tratar

como inimigo o corpo de um inimigo, quando este está morto e desapareceu, deixando somente o instrumento de que se servia para combater? Julgas que o comportamento dos que agem assim difere do das cadelas, que mordem a pedra que lhes atiram e não fazem nenhum mal a quem a atirou?

[1 Referência a Apolo]

Glauco — Não difere em nada.

Sócrates — Portanto, é necessário deixar de despojar os cadáveres e evitar que o inimigo os leve.

Glauco — Sim, por Zeus, é necessário!

Sócrates — Também não levaremos aos templos, para que sejam consagradas aos deuses, as armas dos vencidos, principalmente as dos gregos, por pouco ciosos que sejamos da condescendência dos nossos compatriotas. Antes recearemos macular os templos levando para aí os despojos dos nossos parentes, a não ser que o deus o exija.

Glauco — Muito bem.

Sócrates — Analisemos agora a destruição do território grego e o incêndio das moradias. Como se comportarão os teus soldados em relação ao inimigo?

Glauco — Gostaria de ouvir a tua opinião a esse respeito.

Sócrates — Muito bem! Penso que não se deve nem destruir nem incendiar, mas apropriar-se apenas da colheita do ano. Queres saber por que motivo?

Glauco—Quero.

Sócrates — Guerra e discórdia são dois nomes diferentes, designam duas coisas realmente diferentes e aplicam-se às di-

visões que se verificam em dois objetos. Eu afirmo que o primeiro desses objetos é o que pertence à família ou está ligado a ela e o segundo, o que pertence a outrem ou é estranho à família. Assim, o nome de discórdia aplica-se à inimizade entre parentes e o de guerra, à inimizade entre estranhos.

Glauco — O que dizes está corretíssimo.

Sócrates — Vê se o que digo agora o está também: afirmo que os gregos pertencem a uma mesma família e são parentes entre si e que os bárbaros pertencem a uma família diferente e estranha.

Glauco — Está certo.

Sócrates — Portanto, quando os gregos lutam contra os bárbaros e os bárbaros contra os gregos, diremos que se guerreiam, que são inimigos naturais, e denominaremos guerra a sua inimizade; mas, se acontece algo parecido entre gregos, diremos que são amigos naturais, mas que num determinado momento a Grécia está doente, em estado de sedição, e denominaremos discórdia essa inimizade.

Glauco — Estou totalmente de acordo.

Sócrates — Considera o que acontece quando uma dessas perturbações, que se convencionou denominar sedições, se produz e divide uma cidade: se os cidadãos de cada facção devastam os campos e queimam as casas dos cidadãos da facção contrária, diz-se que a sedição é infausta e que nem uns nem outros amam a sua pátria, pois, se a amassem, não ousariam destruir assim a sua fornecedora de alimentos e a sua mãe; ao contrário, considera-se admissível que os vencedores levem somente as colheitas dos vencidos, na esperança de que se reconciliarão um dia com eles e não continuarão fazendo-lhes a guerra.

Glauco — Essa esperança demonstra um grau de civilização mais elevado do que a idéia contrária.

Sócrates — Muito bem! Não é um Estado grego que queres fundar?

Glauco — Sim, deve ser grego.

Sócrates — Como consequência, os seus cidadãos serão bons e civilizados?

Glauco — No mais alto grau.

Sócrates — Eles amarão os gregos? Defenderão a Grécia como a sua pátria? Assistirão a solenidades religiosas comuns?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Então, considerarão os seus contenciosos com os gregos uma discórdia entre parentes e não lhes darão o nome de guerra.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — E nesses contenciosos comportar-se-ão como devendo reconciliar-se um dia com os seus adversários.

Glauco — Com toda a certeza.

Sócrates — Chamá-los-ão brandamente à razão e não lhes infligirão, como castigo, a escravatura e a destruição, sendo amigos que corrigem, e não inimigos.

Glauco — Concordo.

Sócrates — Sendo gregos, não devastarão a Grécia e não queimarão as moradias; não considerarão adversários todos os habitantes de uma cidade, homens, mulheres e crianças, mas apenas o pequeno numero daqueles que são responsáveis pelo contencioso; por conseguinte, e dado que a maioria dos cidadãos são seus amigos, recusar-se-ão a devastar-lhes as terras e a destruir-lhes os lares; finalmente, só prolongarão o contencioso até

o momento em que os culpados tiverem sido obrigados, pelos inocentes que sofrem, a receber o castigo merecido.

Glauco — Concordo contigo que os nossos cidadãos devem comportar-se dessa maneira em relação aos seus adversários e tratar os bárbaros como os Gregos se tratam agora entre si.

Sócrates — Façamos então também uma lei que proíba os guerreiros de devastarem as terras e incendiarem as casas.

Glauco — Correto, e com certeza dará bons resultados, como as anteriores. Porém, parece-me, amigo Sócrates, que se te deixarmos continuar, nunca mais te lembrarás do assunto que puseste de parte para entrares em todas essas considerações, isto é, se semelhante governo é possível e como é possível. Que, se ele for instituído numa cidade, proporcionará todos esses bens, eu concordo contigo, e citarei inclusive outras vantagens que tu omites: os cidadãos lutarão tanto mais valorosamente contra o inimigo na medida em que jamais desertarão uns aos outros, conhecendo-se como irmãos, pais e filhos e chamando-se por esses nomes. E, se as suas mulheres combaterem com eles, seja nas mesmas fileiras, seja colocadas na retaguarda, para assustarem o inimigo e prestarem auxílio em caso de necessidade, sei que então serão invencíveis. Vejo também os bens de que desfrutarão e que tu não mencionaste. Porém, dado que estou de acordo contigo em que terão todas essas vantagens e muitas outras, se esse governo for instituído, deixa de me falar dele. Procuremos antes convencer-nos de que uma tal cidade é possível, de que maneira é possível, e deixemos de lado todas as outras questões.

Sócrates — Que impetuosa investida fazes contra o meu discurso, sem me dar tempo para respirar! Talvez não saibas

que, no instante em que acabo, a muito custo, de escapar a duas ondas, tu ergues outra, a mais alta e a mais terrível das três. Quando a tiveres visto e ouvido, com certeza irás me desculpar por ter, não sem razão, hesitado e receado enunciar e tentar analisar uma proposta tão paradoxal.

Glauco — Quanto mais fales dessa maneira, menos te dispensaremos de dizeres como pode ser realizado semelhante governo. Portanto, explica-o sem mais delongas.

Sócrates — Em primeiro lugar, precisamos nos lembrar que foi a busca da natureza da justiça e da injustiça que nos conduziu até aqui.

Glauco — Sem dúvida, mas que interesse tem isso?

Sócrates — Nenhum. Simplesmente, se descobrirmos o que é a justiça, conduiremos que o homem justo em nada deve se diferenciar dela, mas ser-lhe idêntico. Ou nos contentaremos em vê-lo aproximar-se da justiça o máximo possível e participar dela em grau mais elevado que os outros?

Glauco — Contentar-nos-emos com isso.

Sócrates — Era com a finalidade de termos modelos que investigávamos o que é a justiça em si mesma e o que seria o homem inteiramente justo, se de fato existisse; por essa mesma razão, procurávamos a natureza da injustiça e do homem absolutamente injusto: queríamos, erguendo as vistas para um e outro, ver a felicidade e a infelicidade reservadas a cada um deles, a fim de sermos obrigados a concluir, naquilo que nos diz respeito, que aquele que se lhes assemelhar mais terá uma sorte mais semelhante à delas; mas o nosso objetivo não era demonstrar a possibilidade de existência destes modelos.

Glauco — Tens razão.

Sócrates — Crês que a habilidade de um pintor fica diminuída se, após ter pintado o mais belo modelo de homem e dado à sua obra todas as características adequadas, for incapaz de provar a existência de semelhante homem?

Glauco — Não, por Zeus, não creio.

Sócrates — Mas que fizemos nós até agora senão traçar o modelo de uma boa cidade?

Glauco — Nada mais.

Sócrates — Julgas, então, que o que dissemos seria menos bem dito se fôssemos incapazes de provar que se pode edificar uma cidade com base nesse modelo?

Glauco — Certamente que não.

Sócrates — Logo, a verdade é esta. Contudo, se quiseses que eu tente demonstrar, para te dar prazer, de que maneira e em que condições semelhante cidade é realizável no mais alto grau, faz-me novamente, para esta demonstração, a mesma concessão de há pouco.

Glauco — Qual?

Sócrates — E possível executar uma coisa tal como se descreve? Ou é próprio da natureza das coisas que a execução tenha menos influência sobre a verdade que o discurso, embora alguns não acreditem nisso? Tu concordas ou não?

Glauco — Concordo.

Sócrates — Então, não me obrigues a mostrar-te plenamente realizado o plano que traçamos no nosso discurso. Se estivermos em condições de descobrir como, de uma maneira muito próxima da que descrevemos, uma cidade pode ser organizada, confessa que descobriremos que as tuas prescrições são realizáveis. Não ficarás contente com este resultado? Por

mim, ficarei.

Glauco — E eu também.

Sócrates — Agora precisamos descobrir e mostrar qual é o vício interior que impede as cidades atuais de serem organizadas conforme dizemos e qual é a menor mudança possível que as conduzirá à nossa forma de governo: de preferência, uma só, ou então duas, ou então as menos numerosas e as menos importantes possível.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Nós julgamos conseguir provar que, com uma única mudança, as cidades atuais seriam completamente transformadas; é certo que esta mudança é importante e difícil, mas é possível.

Glauco — Qual é?

Sócrates — Eis-me chegado ao que nós comparávamos à onda mais alta: mas preciso dizê-lo, mesmo que isso, como uma onda viva, me cubra de ridículo e vergonha. Presta atenção no que vou dizer.

Glauco — Fala.

Sócrates — Enquanto os filósofos não forem reis nas cidades, ou aqueles que hoje denominamos reis e soberanos não forem verdadeira e seriamente filósofos, enquanto o poder político e a filosofia não convergirem num mesmo indivíduo, enquanto os muitos caracteres que atualmente perseguem um ou outro destes objetivos de modo exclusivo não forem impedidos de agir assim, não terão fim, meu caro Glauco, os males das cidades, nem, conforme julgo, os do gênero humano, e jamais a cidade que nós descrevemos será edificada. Eis o que eu hesitava há muito em dizer, prevendo quanto estas palavras cho-

cariam o senso comum. De fato, é difícil conceber que não haja felicidade possível de outra maneira, para o Estado e para os cidadãos.

Glauco — Depois de semelhante discurso, deves esperar, Sócrates, ver muitas pessoas tirar, por assim dizer, as roupas e, nuas, apanhar a primeira arma que estiver à mão, investir contra ti com todas as suas forças. Se não repelires essas pessoas com as armas da razão e ~e não conseguires fugir-lhes, saberás à tua custa o que significa zombar.

Sócrates — Não és tu a causa disso?

Glauco — Tive motivo para agir como fiz. No entanto, não irei trair-te, mas ajudar-te-ei o mais que puder. Posso mostrar-me conciliador e encorajar-te; talvez até responda com mais acerto do que qualquer outro às tuas perguntas. Certo de tal ajuda, tenta demonstrar aos incrédulos que as coisas são como dizes.

Sócrates — Tentarei, dado que me ofereces tão vigorosa aliança. Por isso, toma-se necessário, se quisermos escapar a esses assaltantes, distinguir quais são os filósofos aos quais nos referimos quando ousamos dizer que é necessário confiar-lhes o governo, para que, feita esta distinção, estejam preparados para defender-nos, mostrando que a uns convém por natureza consagrar-se à filosofia e governar na cidade e aos outros não se consagrarem à filosofia e obedecerem ao líder.

Glauco — Está na hora de fazer essa distinção.

Sócrates — Então, segue-me e vejamos se, de uma ou outra maneira, podemos explicar-nos a este respeito.

Glauco — Vai adiante.

Sócrates — Muito bem! Lembras-te que, quando se afirma que alguém ama uma coisa, se se fala com rigor, não se entende

por isso que esse alguém ama uma parte dessa coisa e não outra, mas sim a totalidade?

Glauco — Não me lembro muito bem disso.

Sócrates — A outro, meu caro Glauco, poderia se perdoar se falasse assim. Mas tu, entendido como és em matéria de amor, não deves esquecer que todos os que estão na flor da idade impressionam e estimulam com sua presença um coração apaixonado e sensível, que os julga a todos dignos de seu afeto e da sua ternura. Não é assim que vós fazeis em relação aos moços formosos? Considerais belo o nariz achatado de um deles, julgais real o nariz aquilino de outro e o nariz médio de um terceiro, perfeitamente propordonado; para vós, aqueles que possuem a pele morena têm um ar viril e os que a possuem branca são filhos dos deuses. E a expressão 'cor de mel', achas que foi criada por alguém que não fosse um amante que lisonjeava assim a palidez com uma palavra terna, não lhe discernindo nada de desagradável no insto da juventude? Resumindo, agarntis todos os pretextos, empregais todas as expressões para não repelir nenhum daqueles que resplandecem na sua juventude.

Glauco — Se queres dizer, tomando-me como exemplo, que os apaixonados agem assim, concordo, no interesse da discussão.

Sócrates — Não vês que as pessoas amantes do vinho agem da mesma maneira e que jamais lhes faltam pretextos para considerarem bom qualquer tipo de vinho?

Glauco — Sim, vejo-o perfeitamente.

Sócrates — Também vês, creio eu, que os ambiciosos, quando não podem obter o alto comando, comandam um terço da tribo e, quando não são honrados por pessoas de uma classe

superior, contentam-se em sê-lo por pessoas de uma classe inferior, porque são ávidos de distinções, quaisquer que sejam.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Agora, responde-me: se dissermos de alguém que deseja uma coisa, afirmaremos com isso que a deseja na sua totalidade ou que só deseja dela isto e não aquilo?

Glauco — Que a deseja na sua totalidade.

Sócrates — Diremos, então, que o filósofo deseja a sabedoria, não nesta ou naquela das suas partes, mas no seu conjunto.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Não afirmaremos a respeito daquele que se mostra rebelde às ciências, principalmente se é jovem e ainda não distingue o que é útil do que não é, que é amigo do saber e filósofo; da mesma forma que não afirmaremos, de um homem que se mostra complicado a respeito da alimentação, que tem fome ou que deseja determinado alimento, mas que não tem apetite.

Glauco — Sim, e teremos razão.

Sócrates — Mas aquele que deseja saborear toda a ciência, que se entrega alegremente ao estudo e nele se revela insaciável, a esse chamaremos, com razão, de filósofo, não é assim?

Glauco — Nesse caso, terás muitos e estranhos filósofos, pois julgo sê-los todos os que apreciam os espetáculos, por causa do prazer que sentem em aprender; mas os mais bizarros a catalogar nessa classe são as pessoas ávidas em ouvir que, com certeza, não assistiriam a uma discussão como a nossa, mas que, como se tivessem alugado os ouvidos para escutarem todos os coros, correm às festas dionisiacas, não faltam nem às das cidades nem às dos campos. Denominaremos filósofos todos esses homens, tanto aos que demonstram entusiasmo em apren-

der semelhantes coisas, como os que estudam as artes inferiores?

Sócrates — Logicamente que não. Essas pessoas apenas aparentam ser filósofos.

Glauco — Quais são, então, na tua opinião, os verdadeiros filósofos?

Sócrates — Os que amam o espetáculo da verdade.

Glauco — Talvez tenhas razão. Mas que entendes por isso?

Sócrates — Não seria fácil de explicar a outra pessoa, mas creio que concordarás comigo nisto.

Glauco — Em quê?

Sócrates — Visto que o belo é o contrário do feio, trata-se de duas coisas distintas.

Glauco — Claro.

Sócrates — E, visto que são duas coisas distintas, cada uma delas é uma?

Glauco — Sim, é.

Sócrates — Acontece a mesma coisa com o justo e o injusto, o bom e o mau e todas as outras formas: cada uma delas, tomada em si mesma, é uma; porém, dado que entram em comunidade com ações, corpos e entre si mesmas, revestem mil formas que parecem multiplicá-las.

Glauco — Tens razão.

Sócrates — E neste sentido que eu diferencio, de um lado, os que amam os espetáculos, as artes e são homens práticos; e, de outro, aqueles a quem nos referimos no nosso discurso, os únicos a quem com razão podemos denominar filósofo.

Glauco — Em que sentido?

Sócrates — Os primeiros, cuja curiosidade situa-se toda nos olhos e nos ouvidos, amam as belas vozes, as cores e as

figuras bonitas e todas as obras em que entre alguma coisa de semelhante, mas a sua inteligência é incapaz de enxergar e apreciar a natureza do próprio belo.

Glauco — E assim mesmo.

Sócrates — Mas não são raros aqueles que são capazes de se elevar até a essência do próprio belo?

Glauco — Bastante raros.

Sócrates — Aquele que conhece as coisas belas, mas não conhece a beleza em sua essência e não é capaz de seguir aos que poderiam levá-lo a esse conhecimento, parece-te que vive sonhando ou acordado? Vê bem: sonhar não é, quer se esteja dormindo, quer acordado, tomar a aparência de uma coisa pela própria coisa?

Glauco — Sem dúvida que sonhar é isso.

Sócrates — Contudo, aquele que acredita que o belo existe em si mesmo, que pode admirá-lo na sua essência e nos objetos que nele participam, que nunca toma as coisas belas pelo belo nem o belo pelas coisas belas, parece-te que este vive acordado ou sonhando?

Glauco — Acordado, sem dúvida.

Sócrates — Então, não afirmaríamos com razão que o seu pensamento é igual a conhecimento, visto que sabe, ao passo que o do outro é igual a opinião, visto que julga sobre aparências?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Porém, se este último, que, conforme nós achamos, julga pelas aparências e, por isso, não conhece, se exaltasse conosco e contestasse a veracidade da nossa afirmação, não teríamos nada a dizer-lhe para acalmá-lo e convencê-lo serenamente, ocultando-lhe ao mesmo tempo que está doente?

Glauco — Seria necessário acalmá-lo.

Sócrates — Muito bem! Vê o que diríamos a ele. Ou, antes, querias que o interrogássemos, garantindo-lhe que de modo nenhum cobicemos os conhecimentos que possa ter, e que, ao contrário, gostaríamos de nos convenceremos de que ele sabe alguma coisa? “Mas”, perguntar-lhe-íamos, “diz-me: aquele que sabe, sabe alguma coisa ou nada?” Glauco, responde tu por ele.

Glauco — Responderei que sabe alguma coisa.

Sócrates — Que é ou que não é?

Glauco — Que é. Com efeito, como saber o que não é?

Sócrates — Nesse caso, sem nos alongarmos muito em nossa análise, sabemos sem sombra de dúvida o seguinte: o que é em todos os modos, de todos os modos pode ser conhecido e o que não é de modo nenhum, de nenhum modo pode ser conhecido.

Glauco — Sim, sabemos sem sombra de dúvida.

Sócrates — Mas, se existisse uma coisa que fosse e não fosse ao mesmo tempo, não ocuparia o meio entre o que é de todos os modos e o que não é de modo nenhum?

Glauco — Sim, ocuparia esse meio.

Sócrates — Logo, se o conhecimento incide sobre o ser e, necessariamente, a ignorância sobre o não-ser, faz-se necessário descobrir, para o que ocupa o meio entre o ser e o não-ser, um intermediário entre a ciência e a ignorância, supondo-se que exista algo do gênero.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Mas algo do gênero é a opinião?

Glauco — Com certeza!

Sócrates — E uma faculdade distinta da ciência ou idêntica

a ela?

Glauco — E uma faculdade distinta.

Sócrates — Então, a opinião e a ciência possuem objetivos diferentes.

Glauco — Assim e.

Sócrates — E a ciência, incidindo por natureza sobre o ser, tem por objetivo saber que ele é o ser. Julgo que deva explicar uma coisa.

Glauco — Qual?

Sócrates — Afirmo que as faculdades são uma espécie de seres que nos habilitam a realizar as operações que nos são próprias. Por exemplo: a visão e a audição são faculdades. Compreendes o que entendo por este nome genérico?

Glauco — Compreendo.

Sócrates — Ouve, então, qual é meu conceito de faculdades. Não vejo nelas nem cor, nem forma, nem nenhum desses atributos que possuem muitas outras coisas e que as tomam diferentes umas das outras. Não considero em cada faculdade senão o seu objetivo e os efeitos que produz. Por este motivo, dei a todas o nome de faculdades e considero idênticas as que possuem o mesmo objetivo e produzem os mesmos efeitos, diferentes daquelas cujo objetivo e cujos efeitos são diferentes. Mas tu, como fazes?

Glauco — Da mesma forma.

Sócrates — Então, continuemos, meu grande amigo. Situas a ciência no número das faculdades ou em outra categoria?

Glauco — Situo-a no número das faculdades. Considero-a até a mais elevada de todas.

Sócrates — E a opinião? Tu a situas também entre as

faculdades?

Glauco — Sim, porque a opinião é a faculdade que nos permite julgar pela aparência.

Sócrates — Mas ainda há pouco dizias que a ciência e opinião são duas coisas diferentes.

Glauco — Sem dúvida. E como poderia um homem sensato confundir o que é infalível com aquilo que não o é?

Sócrates — Então, está claro que distinguimos a opinião da ciência.

Glauco — Sim.

Sócrates — Portanto, cada uma tem, por natureza, um objetivo diferente.

Glauco — Necessariamente.

Sócrates — O objetivo da ciência não é conhecer o que é, exatamente tal como é.

Glauco — Sim.

Sócrates — E o propósito da opinião não é julgar pelas aparências.

Glauco — Sim.

Sócrates — Mas a opinião conhece aquilo que a ciência conhece? Uma mesma coisa pode ser ao mesmo tempo objetivo da ciência e da opinião, ou isso é impossível?

Glauco — É impossível. Com efeito, se faculdades diferentes possuem por natureza objetivos diferentes, se, por outro lado, ciência e opinião são duas faculdades diferentes, disto deduzo que o objetivo da ciência não pode ser o mesmo da opinião.

Sócrates — Logo, se o objetivo da ciência é o ser, o da opinião será algo diferente do ser?

Glauco — Algo diferente.

Sócrates — Mas a opinião pode incidir sobre o não-ser? Ou é impossível saber por ela o que não é? Raciocina: aquele que opina, opina sobre alguma coisa ou é possível opinar e não opinar sobre nada?

Glauco — E impossível.

Sócrates — Portanto, aquele que opina, opina sobre determinada coisa?

Glauco — Sim.

Sócrates — E o não ser alguma coisa? Não é, antes, uma negação da coisa?

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Por isso temos, necessariamente, de relacionar o ser à ciência e o não-ser, à ignorância.

Glauco — E com razão.

Sócrates — Em vista disso, o objetivo da opinião não é nem o ser nem o não-ser.

Glauco — Coneto.

Sócrates — Conseqüentemente, a opinião não é nem ciência nem ignorância.

Glauco — Parece-me que não.

Sócrates — Logo, está para além de uma e de outra, ultrapassando a ciência em clareza e a ignorância em obscuridade?

Glauco — Não.

Sócrates — Então, julgas a opinião menos clara que a ciência e menos obscura que a ignorância?

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Tu a colocas entre uma e outra?

Glauco — Sim, coloco.

Sócrates — Logo, a opinião é algo intermediário entre a

ciência e a ignorância?

Glauco — Exatamente.

Sócrates — Mas nós não afirmamos anteriormente que, se descobríssemos uma coisa que fosse e não fosse ao mesmo tempo, essa coisa ocuparia o meio entre o ser absoluto e o nada absoluto e não seria o objetivo nem da ciência nem da ignorância, mas do que pareceria intermediário entre uma e outra?

Glauco — Afirmamos com razão.

Sócrates — Parece-me agora que é esse intermédio que estamos denominando opinião.

Glauco — Assim parece.

Sócrates — Penso que devemos descobrir que coisa é essa que participa ao mesmo tempo do ser e do não-ser e que não é exatamente nem um nem outro. Se a descobrirmos, nós a chamaremos de objetivo da opinião, consignando os extremos aos extremos e os intermediários aos intermediários, não é assim?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Então, que me responda esse bom homem que não crê na beleza em si mesma, na idéia do belo eternamente imutável, mas reconhece apenas a multidão das coisas belas, esse apreciador de espetáculos que não suporta que se afirme

que o belo é uno, assim como o justo e as outras realidades semelhantes. “Entre esse grande número de coisas belas, exce-

- lente homem”, dir-lhe-emos, “há uma que possa parecer feia? Ou, entre as justas, injusta? Ou, entre as sagradas, profana?”

Glauco — Sim, dirá ele, pois é obrigatório que as mesmas
'4 coisas, observadas de pontos de vista diferentes, pareçam belas

e feias, justas e injustas, e assim por diante.

Sócrates — E as quantidades duplas podem parecer não ser metades de outras?¹

Glauco — De forma alguma.

Sócrates — Afirmo o mesmo a respeito das coisas que se dizem grandes ou pequenas, pesadas ou leves. Cada uma destas qualificações convém-lhes mais que a qualificação oposta?

Glauco — Não, participam sempre de uma e de outra.

Sócrates — Por acaso, essas muitas coisas são mais do que se diz que são?

Glauco — Isto parece com essas adivinhações que se fazem nos banquetes e com o enigma das crianças a respeito do eunuco que ataca o morcego,² onde se diz, de forma obscura, com que o atacou e onde estava pendurado. Essas numerosas coisas de

[1 *Qualquer quantidade tanto pode ser considerada o dobro de outra como metade de uma terceira.*]

[2 *O enigma é este: 'Um homem que não é um homem, vendo e não vendo um pássaro que não é um pássaro, pendurado numa árvore que não é uma árvore, ataca-o e não o ataca, com uma pedra que não é uma pedra.' Isto significa: um eunuco zarolho afira num morcego suspenso de um sabugueiro uma pedra-pomes e não o aceda.*]

que falas possuem um caráter ambíguo e nenhuma delas pode ser concebida como sendo ou não sendo ou conjuntamente uma e outra ou nem uma nem outra.

Sócrates — Que fazer, então, e onde situá-las melhor do que entre o ser e o não-ser? Não parecerão mais obscuras que

o não-ser sob o aspecto do mínimo de existência, nem mais claras que o ser sob o do máximo de existência?

Glauco — Por certo que não.

Sócrates — Parece, pois, haveremos descoberto que as múltiplas fórmulas da multidão respeitantes ao belo e às outras coisas semelhantes giram, por assim dizer, entre o nada e a existência absoluta.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Mas estabelecemos previamente que, se descobríssemos tal coisa, seria preciso dizer que ela é o objetivo da opinião, e não o objetivo do conhecimento, e que está situada num espaço intermediário que é apreendido por uma faculdade intermediária.

Glauco — Sim, estabelecemos.

Sócrates — Afirmaremos, pois, que as pessoas que enxergam muitas coisas belas, mas não apreendem o próprio belo e não podem seguir aquele que gostaria de guiá-las nessa contemplação, que enxergam muitas coisas justas sem verem a própria justiça, e assim por diante, essas pessoas, diremos nós, opinam sobre tudo, mas não sabem nada a respeito das coisas sobre as quais opinam.

Glauco — Necessariamente.

Sócrates — Mas que diremos daquelas pessoas que enxergam as coisas em si mesmas, na sua essência imutável? Que elas possuem conhecimentos, e não opiniões, não é verdade?

Glauco — Necessariamente, também.

Sócrates — Não diremos, da mesma forma, que amam as coisas que são o objeto da ciência, ao passo que os outros sentem isso apenas por aquelas que são o objeto da opinião? Não te

recordas do que dizíamos a respeito destes últimos que amam e admiram as belas vozes, as cores belas e as outras coisas semelhantes, mas não admitem que o belo em si mesmo seja uma realidade?

Glauco — Recordo-me.

Sócrates — Seremos injustos com eles se os denominarmos amantes da opinião em vez de amantes da filosofia? Ficarão muito irritados conosco se os tratarmos assim?

Glauco — Não, se acreditarem em mim, pois não é lícito irritar-se com a verdade.

Sócrates — Então, denominaremos filósofos apenas aqueles que em tudo se prendem à realidade?

Glauco — Sem sombra de dúvida.

LIVRO VI

SÓCRATES — Assim, Glauco, com certa dificuldade e ao término de uma longa discussão, diferenciamos os filósofos daqueles que o não são.

Glauco — Talvez não conseguíssemos fazê-lo numa breve discussão.

Sócrates — Talvez. E acredito até que teríamos chegado a um mais alto grau de evidência se tivéssemos podido discorrer apenas a respeito deste ponto e não existissem muitas outras questões a tratar, para vermos em que difere a vida do homem justo da do homem injusto.

Glauco — De que iremos tratar depois disso?

Sócrates — O que vem logo a seguir? Como estabelecemos que são filósofos aqueles que podem chegar ao conhecimento do imutável ao passo que os que não podem, mas erram na multiplicidade dos objetos variáveis, não são filósofos, cumprenos ver a quem escolheríamos para governar o Estado.

Glauco — Qual a medida mais sábia que devemos tomar?

Sócrates — Devemos escolher para magistrados aqueles que nos parecerem capazes de zelar pelas leis e as instituições da cidade.

Glauco — Está cedo.

Sócrates — Crês que se deve colocar a questão de saber se é a um cego ou a um homem perspicaz que podemos confiar a guarda de um objeto qualquer?

Glauco — Lógico que não.

Sócrates — Mas, na tua opinião, em que diferem dos cegos os que não possuem o conhecimento da essência de cada coisa, que não têm na sua alma nenhum modelo luminoso nem podem, à maneira dos pintores, vislumbrar o verdadeiro absoluto e, depois de o terem contemplado com a máxima atenção, reportar-se a ele para estabelecer neste mundo as leis do belo, do justo e do bom, se for necessário estabelecê-las, ou velar pela sua salvaguarda, se já existirem?

Glauco — Não diferem muito dos cegos!

Sócrates — Então, tomaremos magistrados preferivelmente os que, conhecendo a essência de cada coisa, não são inferiores aos outros nem em experiência nem em nenhuma espécie de mérito?

Glauco — Seria absurdo não escolhê-los, se, quanto ao resto, em nada são inferiores aos outros.

Sócrates — E conveniente dizer agora de que forma poderão aliar a experiência à especulação?

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Como dissemos no início desta conversa, é necessário começar por conhecer bem o caráter que lhes é próprio; e eu julgo que, se chegarmos a um acordo satisfatório, concordaremos também que podem aliar a experiência à especulação e que é a eles, e não a outros, que deve pertencer o governo da cidade.

Glauco — Como assim?

Sócrates — Em primeiro lugar, admitamos, no que con-

cerne ao caráter filosófico, que eles amam sempre a ciência, porque esta pode dar-lhes a conhecer essa essência eterna que não está sujeita às vicissitudes da geração e da corrupção.

Glauco — Sim, admitamo-lo.

Sócrates — E que amam a ciência na totalidade, não renunciando a nenhuma de suas partes, pequena ou grande, exaltada ou desprezada, da mesma forma que os ambiciosos e os amantes a que nos referimos há pouco.

Glauco — Tens razão.

Sócrates — Considera agora se não é necessário que homens que devem ser como acabamos de dizer possuam, além disso, uma outra qualidade.

Glauco — Qual?

Sócrates — A sinceridade, unia tendência natural para não admitirem voluntariamente a mentira, mas odiá-la e amar a verdade.

Glauco — É importante.

Sócrates — Não apenas é importante, meu amigo, mas é forçoso que aquele que ama alguém ame tudo o que se assemelha e liga ao objeto do seu amor.

Glauco — Tens razão.

Sócrates — Ora, poderias encontrar alguma coisa que se ligue mais estreitamente à ciência do que a verdade?

Glauco — É impossível.

Sócrates — Pode acontecer que o mesmo espírito seja ao mesmo tempo amigo da ciência e da mentira?

Glauco — De modo nenhum.

Sócrates — Logo, quem ama de fato a ciência deve, desde a juventude, desejar tão vivamente quanto possível apreender toda a verdade.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Mas nós sabemos que, quando os desejos se dirigem obsessivamente para um único objeto, tornam-se mais fracos em relação ao resto, como um curso de água desviado para esse único caminho.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — E quando os desejos de um homem se orientam para as ciências e tudo o que lhes concerne, penso que solicitam os prazeres que a alma experimenta em si mesma e menosprezam os do corpo, ao menos quando se trata de um autêntico filósofo e que não se limita a fingir que o é.

Glauco — E necessário que assim seja.

Sócrates — Um homem assim é moderado e de maneira nenhuma amigo das riquezas; com efeito, compete a outros atender às razões pelas quais se busca a fortuna e seu corolário de excessivos consumos.

Glauco — Com certeza.

Sócrates — Precisamos considerar também outro aspecto, se quiseses distinguir o caráter filosófico daquele que não o é.

Glauco — Qual aspecto?

Sócrates — Cuida para que não exista nenhuma baixeza de sentimentos: a estreiteza de espírito é talvez o que repugna mais a uma alma que deve tender incessantemente a abranger, no conjunto e na totalidade, as coisas divinas e humanas.

Glauco — Nada mais verdadeiro.

Sócrates — Mas tu crês que uma alma assim nobre e sublime, a quem é dado contemplar todos os tempos e todos os seres, considere a vida humana algo grandioso?

Glauco — E impossível.

Sócrates — Por isso, não julgará que a morte deve ser temida.

Glauco — De maneira nenhuma.

Sócrates — Então, ao que parece, uma alma covarde e inferior não terá nenhuma relação com a verdadeira filosofia.

Glauco — Não, na minha opinião.

Sócrates — Muito bem! Um homem regrado, desprovido de avidez, baixeza, arrogância e covardia, pode ser, de alguma maneira, insociável e injusto?

Glauco — De maneira nenhuma.

Sócrates — Dessa forma, quando quiseres distinguir a alma filosófica daquela que não o é, observarás, a partir dos primeiros anos, se ela se mostra justa e branda ou feroz e intratável.

Glauco — Perfeitamente.

Sócrates — Também não desprezarás o seguinte, creio eu.

Glauco — O quê?

Sócrates — Se ela tem facilidade ou dificuldade em aprender. Com efeito, podes esperar que alguém tenha amor ao que faz com muito esforço e pouco sucesso?

Glauco — Não, nunca.

Sócrates — Muito bem! Se ele for incapaz de reter o que aprende, se esquecer tudo, é possível que possa adquirir ciência?

Glauco — Não.

Sócrates — Esforçando-se inutilmente, não crês que irá odiar-se e odiar essa modalidade de estudos?

Glauco — Como poderia ser diferente?

Sócrates — Por isso, jamais admitiremos uma alma esquecida entre as almas com tendência à filosofia, tendo em vista que queremos que estas sejam dotadas de boa memória.

Glauco — Certamente.

Sócrates — Mas, diremos nós, a falta de gosto e decência causa, inevitavelmente, a falta de moderação.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Ora, julgas que a verdade está ligada à moderação ou à falta desta?

Glauco — A moderação.

Sócrates — Então, além dos outros dons, busquemos no filósofo um espírito repleto de moderação e graça, cujas tendências inatas guiarão facilmente para a essência de cada ser.

Glauco — Muito bem.

Sócrates — Mas não aês que as qualidades que acabamos de enumerar se apóiam em si mesmas e são todas necessárias a uma alma que deve participar, plena e perfeitamente, no conhecimento do ser?

Glauco — São necessárias no mais alto grau.

Sócrates — Podes então censurar unia profissão que jamais será exercida a contento se quem a exerce não for, por natureza, dotado de memória, facilidade em aprender, grandeza de alma e boa vontade? E também se não for amigo da verdade, da justiça, da coragem e da moderação?

Glauco — Não. O próprio Momo' não veria nisso nada a censurar.

Sócrates — Muito bem! Não é a homens assim, amadurecidos pela educação e a idade, que confiarás o governo da cidade?

Adimanto usou então da palavra para dizer:

— Sócrates, ninguém seria capaz de opor-se aos teus argumentos. Mas vê o que acontece, via de regra, às pessoas que conversam contigo. Imaginam que, por não terem experiência na arte de interrogar e responder, deixaram-se desorientar pou-

co a pouco em cada questão, e esses pequenos desvios, acumulando-se, surgem no final da discussão sob a forma de um grande erro, totalmente contrário ao que se tinha decidido inicialmente. Da mesma forma que no gamão, em que os jogadores inábeis acabam sendo bloqueados pelos hábeis a ponto de não saberem que peça avançar, o teu interlocutor fica bloqueado e não sabe o que dizer, nesta espécie de gamão que é jogado, não com peões, mas com argumentos; e, contudo, nem por isso está convencido de que a verdade está nos teus argumentos. Falo isto tendo em conta a discussão presente: com efeito, poderíamos agora dizer-te que não temos nada a opor a cada um dos teus argumentos, mas se percebe perfeitamente que aqueles que se consagram à filosofia e que, depois de a terem estudado na juventude, para se instruírem, não a abandonam, antes ficam presos a ela, se tomam, em grande número, personagens ex-

[1 Deus do riso, do sarcasmo e das zombarias.]

travagantes, para não dizer perversas, ao passo que os que parecem os melhores, embora viciados por esse estudo que tu exaltas, são inúteis às cidades.

Então, tendo-o escutado, perguntei-lhe:

— Julgas que os que defendem tais idéias não dizem a verdade?

Adimanto — Não sei, mas desejaria conhecer a tua opinião a esse respeito.

Sócrates — Saibas, então, que creio que dizem a verdade.

Adimanto — Nesse caso, como pretender que não haverá fim para os males que affigem as cidades enquanto estas não

forem governadas por esses filósofos que, a bem da verdade, reconhecemos que lhes são inúteis?

Sócrates — Suscitas uma questão à qual só posso responder por uma imagem.

Adimanto — Mas não é costume teu expressar-te por imagens!

Sócrates — Troças de mim depois de me teres comprometido numa questão tão difícil de resolver. Agora ouve a minha comparação, para perceberes ainda melhor como estou ligado a este processo. O tratamento que os Estados dispensam aos homens mais sábios é tão duro que não há ninguém no mundo que sofra outro semelhante e que, para criar uma imagem, aquele que pretende defendê-los é obrigado a reunir os caracteres de múltiplos objetos, à maneira dos pintores que representam animais metade bodes e metade veados e outras misturas do mesmo tipo. Agora imagina que algo semelhante a isto se passa a bordo de um ou de vários navios. O comandante, em compleição e força física, sobrepuja toda a tripulação, mas é um pouco surdo, um pouco míope e possui, em termos de navegação, conhecimentos tão curtos como a sua vista. Os marinheiros disputam o leme entre si; cada um julga que tem direito a ele, apesar de não conhecer a arte e nem poder dizer com que mestre nem quando a aprendeu. Além disso, não a consideram uma arte passível de ser aprendida e, se alguém ousa dizer o contrário, estão prontos a fazê-lo em pedaços. Atormentam o comandante com os seus pedidos e se valem de todos os meios para que ele lhes confie o leme; e se, porventura, não conseguem convencelo e outros o conseguem, matam estes ou os lançam ao mar. Em seguida, apoderam-se do comandante, quer adormecendo-o com mandrágora, quer embriagando-o, quer de qual-

quer outra forma; senhores do navio, apropriam-se então de tudo a que nele existe e, bebendo e festejando, navegam como podem navegar tais indivíduos; além disso, louvam e chamam de bom marinheiro, de ótimo piloto, de mestre na arte náutica, aquele que os ajuda a assumir o comando, usando de persuasão ou de violência em relação ao comandante, e reputam inútil quem quer que não os ajude. Por outro lado, no que concerne ao verdadeiro piloto, nem sequer suspeitam de que deve estudar o tempo, as estações do ano, o céu, os astros, os ventos, se quiser de fato tornar-se capaz de dirigir um navio. Quanto à maneira de comandar, com ou sem a aquiescência desta ou daquela facção da tripulação, não pensam que seja possível aprender isso, pelo estudo ou pela prática, e, ao mesmo tempo, a arte da pilotagem. Não acreditam que nos navios onde acontecem semelhantes cenas o verdadeiro piloto será tratado pelos marinheiros de indivíduo inútil, interessada apenas em observar as estrelas?

Adimanto — Sim.

Sócrates — Tu não necessitas, penso eu, ver esta comparação explicada para reconheceres a imagem do tratamento que é dispensado aos verdadeiros filósofos nas cidades: espero que compreendas a minha idéia.

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — Apresenta então esta comparação aos que se admiram de que os filósofos não sejam honrados nas cidades e procura convencê-los de que seria mais surpreendente se o fossem.

Adimanto — Farei isso.

Sócrates — Acrescenta que não estavas enganado ao afirmar que os filósofos mais sábios são inúteis à maioria da sociedade, mas faz notar que essa inutilidade é devida aos que

não empregam os sábios, e não aos próprios sábios. Com efeito, não é natural que o piloto peça aos marinheiros que se deixem governar por ele nem que os sábios vão bater às portas dos ricos. O autor desta zombaria mentiu. A verdade é que, rica ou pobre, a doente precisa ir bater à porta do médico e que aquele que tem necessidade de um chefe precisa ir bater à porta do homem que é capaz de comandar: não compete ao líder, se realmente pode ser útil, pedir aos governados que se submetam à sua autoridade. Assim, comparando os políticos que governam atualmente aos marinheiros de que falávamos há pouco e os que são considerados por eles inúteis e tagarelas perdidos nas nuvens aos pilotos — É verdade, não te enganarás.

Adimanto — Muita bem.

Sócrates — Condui-se que é difícil uma profissão ser estimada por aqueles que perseguem fins completamente apostas. Porém, a mais grave e séria acusação que fere a filosofia vem-lhe daqueles que se dizem filósofos sem o ser. Estes é que estão presentes nas mentes dos inimigos da filosofia, quando dizem, como tu dizias, que a maioria dos filósofos é formada de gente perversa e que os mais sábios são inúteis, opinião que, como tu, reconheci ser verdadeira, não é verdade?

Adimanto — É verdade.

Sócrates — Mas não acabamos de descobrir o motivo da inutilidade das melhores entre os filósofos?

Adimanto — Assim é.

Sócrates — A partir da perversidade da maioria, pretendes que procuremos a causa necessária e nos esforcemos por demonstrar, se o conseguirmos, que esse motivo não é a filosofia?

Adimanto — Certamente.

Sócrates — Muito bem! Lembra-te da descrição feita para nós há pouco da caráter que é preciso ter recebida da natureza para se tomar um homem nobre e bom. Em primeira lugar, este caráter era guiado, se bem te recordas, pela verdade, que devia seguir em tudo e por toda parte, sob pena, usando de impostura, de não participar de maneira nenhuma da verdadeira filosofia.

Adimanto — Sim, foi o que afirmaste.

Sócrates — Pois não é esta idéia, exposta desta maneira, aposta à opinião que reina atualmente?

Adimanto — Sim, e.

Sócrates — Mas não estaremos certos em responder, para nos defendermos, que o verdadeira amigo da ciência não se detém na multidão de aspectos das coisas transitórias, das quais somente pode ter um conhecimento incerto e precária, mas vai além e busca, com vigor e aplicação, penetrar a essência de cada coisa com o elemento da sua alma a que compete fazê-lo; em seguida, tendo-se ligada e unido, por uma espécie de liameu, à realidade autêntica e tendo engendrado a inteligência e a vetrlade, atinge o conhecimento do ser e a verdadeira vida, encontra aí a seu alimenta e a calma para libertar-se enfim das dores do parto, das quais por nenhum auto meia se poderia livrar?

Adimanto — Esta seria uma resposta bastante razoável.

Sócrates — Muita bem! Um homem assim estará propensa a amar a mentira ou, ao contrária, a odiá-la?

Adimanto — A odiá-la.

Sócrates — E, certamente, quando a verdade serve de guia, não diremos, julga eu, que o caro dos vícios a acompanha.

Adimanto — Como poderíamos dizê-lo?

Sócrates — Ao contrário, a verdade acompanha a pureza e a justiça, que por sua vez é seguida pela moderação.

Adimanto — Tens razão.

Sócrates — E precisa agora enumerar novamente as outras virtudes que compõem a temperamento filosófico? Coma te recordas, vimos desfilar a coragem, a grandeza de alma, a facilidade em aprender e a memória. Objetaste-nos então que qualquer homem seria abrigada a concordar com o que dizíamos, mas que, deixando de lado os discursos e contemplando as personagens em questão, diria que vê perfeitamente que uns são inúteis e a maioria é de uma perversidade total. Em busca da causa desta acusação, chegamos ao exame do motivo por que a maior parte dos filósofos são perversos e foi isso que nos obrigou a retomar uma vez mais a definição da temperamento dos verdadeiros filósofos.

Adimanto — Foi isso mesmo.

Sócrates — Precisamos considerar agora as degradações desse temperamento: coma se perde no maior número, como só escapa à corrupção em alguns, aqueles a quem denominamos não perversos, mas inúteis; consideraremos em seguida aquele que afeta imitá-la e atribui a si mesma uma função: quais são os temperamentos que, usurpando uma profissão de que são indignos e as ultrapassa, chegam a mil desvios e associam à filosofia essa deplorável reputação que assinalas.

Adimanto — Mas que degradações são essas de que falas?

Sócrates — Tentarei descrevê-las. Todas as pessoas concordarão conosco, espero, que esses temperamentos, reunindo todas as qualidades que exigimos do verdadeiro filósofo, aparecem raramente e em pequena número; não pensas assim?

Adimanto — Certamente.

Sócrates — Para essas raras naturezas, analisa agora como são numerosas e fortes as causas da degradação.

Adimanto — Quais são elas?

Sócrates — O mais estranho de entender é que não há nenhuma das qualidades que admiramos no filósofo que não possa corromper a alma que a possui e desviá-la do caminho da filosofia. Refiro-me à fortaleza, à moderação e às outras virtudes que enumeramos.

Adimanto — E, de fato, muito estranho de entender.

Sócrates — Além disso, tudo aquilo que chamamos de bens perverte a alma e afasta-a da filosofia: beleza, riqueza, poderosas alianças na cidade e todas as outras vantagens deste tipo. Compreendes, sem dúvida, o que quero dizer.

Adimanto — Sim, mas gostaria de uma explicação mais precisa.

Sócrates — Fixa bem este princípio geral, e tudo o que acabo de dizer não te parecerá estranho, mas sim bastante claro.

Adimanto — Que princípio?

Sócrates — Toda semente ou todo rebento, quer se trate de plantas, quer de animais, que não encontra alimento, clima e local apropriados, exige tanto mais cuidados quanto mais vigoroso for, pois o mal é mais nocivo ao que é bom do que ao que não o é.

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — É então verdadeiro afirmar que uma natureza excelente, sujeita a um regime contrário, torna-se pior do que uma natureza medíocre.

Adimanto — Sim.

Sócrates — Podemos também afirmar, Adimanto, que as almas mais bem-dotadas, influenciadas por uma má educação, se tornam más no mais alto grau. Ou julgas que os grandes crimes e a pior perversidade pravêm de uma medíocre e não de uma excelente natureza? E poderá uma alma vulgar realizar grandes coisas, seja para o bem, seja para o mal?

Adimanto — Não. Penso igual a ti.

Sócrates — Se a propensão que atribuímos ao filósofo recebe a educação apropriada, obrigatoriamente, ao desenvolver-se, alcança todas as virtudes. Porém, se foi semeado, cresceu e procurou o alimento num solo que não era apropriado, forçosamente manifesta todos os vícios, a não ser que um deus o proteja. Crês também, como o vulgo ingênuo, que existem alguns jovens corrompidos pelos sofistas e alguns sofistas que os corrompem, a ponto de o fato ser digno de menção? Não te parece, ao contrário, que aqueles que os acusam são eles mesmos os maiores sofistas e sabem perfeitamente instruir e modelar à sua maneira jovens e velhos, homens e mulheres?

Adimanto — Quando e como o fazem?

Sócrates — Quando, sentados em filas apertadas nas assembléias políticas, nos tribunais, nos teatros, nos acampamentos e em toda parte onde haja reunião de pessoas, criticam ou aprovam determinadas ações ou palavras, em ambos os casos com grande alarido e de forma exagerada, gritando e aplaudindo ao mesmo tempo. No meio de semelhantes cenas, não sentirá o jovem faltar-lhe o ânimo? Que educação especial poderá resistir? Não será submersa por tantas críticas e elogios e arrastada ao sabor da corrente? Não se pronunciará o jovem como a multidão a respeito do belo e do feio? Não se associará

às mesmas coisas que ela? Não se tomará semelhante a ela?

Adimanto — Obrigatoriamente, Sócrates.

Sócrates — E ainda não falamos da maior prova por que terá de passar.

Adimanto — Qual?

Sócrates — A que esses educadores e solistas infligem, de fato, quando não podem convencer pelo discurso. Não sabes que castigam aquele que não se deixa convencer, cobrindo-o de vergonha, condenando-o a uma multa ou à pena de morte?

Adimanto — Sei-o muito bem.

Sócrates — Então, que outro sofista, que ensino especial e contrário a esse poderiam prevalecer?

Adimanto — Acredito que nenhum.

Sócrates — Nenhum, sem dúvida. E tentar tal seria uma grande loucura. Não existe, jamais existiu, nunca existirá caráter fornada na virtude contra as lições administradas pela multidão: refiro-me ao caráter humano, meu querido amigo, dado que, como diz o provérbio, a divino é uma exceção. De fato, se em semelhantes governos existe um que seja salva e se torne o que deve ser, podes afirmar sem medo de errar que deve isto a uma proteção divina.

Adimanto — Minha opinião é a mesma.

Sócrates — Portanto, também podes concordar comigo nisto.

Adimanto — Em quê?

Sócrates — Todos esses doutores mercenárias, que a povo denomina sofistas e considera seus rivais, não ensinam idéias distintas daquelas que a próprio povo professa nas suas assembleias, e é a isto que chamam sabedoria. Da mesma forma de alguém que, após ter observada os movimentos instintivos e

os apetites de um animal grande e forte, por onde convém aproximar-se dele e tocá-lo; quando e por que motiva se irrita ou amansa, que gritos costuma soltar em cada ocasião e que tom de voz o amansa ou enfurece, depois de ter aprendido tudo isto por intermédio de uma longa experiência, criasse uma arte e, havendo-a sistematizado numa espécie de ciência, passasse a ensiná-la, embora não soubesse realmente o que, nesses hábitos e apetites, é belo ou feio, bom ou mau, justo ou injusto; conformando-se na emprego destes termos aos instintos do grande animal; chamando bom ao que o agrada e mau ao que o importuna, sem poder legitimar de outra forma estes qualificativos; denominando justa e belo o necessário, porque não viu e não é capaz de mostrar aos outros quanto a natureza do necessário difere, na realidade, da do bom. Um homem assim não te pareceria um estranho educador?

Adimanto — Com toda a certeza!

Sócrates — Muito bem! Que diferença existe entre este homem e aquele que reduz sabedoria ao conhecimento dos sentimentos e das gostos de uma multidão composta de indivíduos de toda a espécie, quer se trate de pintura, música ou política? E evidente que se alguém, numa assembléia, apresenta um poema, uma obra de arte ou um projeto de utilidade pública e se apóia na sua autoridade, é para ele uma necessidade extrema sujeitar-se ao que ela aprovar. Ora, já ouviste alguém, numa assembléia, demonstrar que essas obras são realmente belas, a não ser por motivos ridículos?

Adimanto — Jamais, e nem espero ouvir.

Sócrates — Depois de termos compreendido tudo isto, diz-me: é possível que a turba admita e conceba que o belo em si

mesmo existe, uno e distinto da multidão das coisas belas e que a essência das coisas é simples, uma e indivisível?

Adimanto — De forma alguma.

Sócrates — Por conseguinte, é impossível que o povo seja filósofo.

Adimanto — Impossível.

Sócrates — E impossível, também, que esses sofistas que se misturam com o povo, vendidos a ele, deixem de lisanjear-lhe o gosto.

Adimanto — E clara.

Sócrates — Desse modo, que possibilidade de salvação vêes para um homem com pendores filosóficos, que lhe permita perseverar na sua profissão e atingir o seu objetivo? Lembra-te que concordamos que a facilidade em aprender, a memória, a coragem e a grandeza de alma pertencem ao pendor filosófico.

Adimanto — É verdade.

Sócrates — Logo, não será ele o primeiro em tudo a partir da infância, especialmente se as qualidades do corpo corresponderem às da alma?

Adimanto — Sim, com certeza.

Sócrates — Ora, quando ele chegar à maturidade, os parentes e os seus concidadãos tentarão colocar seus talentos a serviço dos seus interesses.

Adimanto — Nada pode impedi-lo.

Sócrates — Será cumulado de deferências e homenagens, captando e lisanjeando de antemão o seu poder futuro.

Adimanto — E o que costuma acontecer.

Sócrates — Que esperas, então, que ele faça em tais circunstâncias, principalmente se nasceu numa grande cidade, se

é rico, nobre, agradável e de boa aparência? Não se encherá de demasiada esperança, imaginando que é capaz de governar os gregos e os bárbaros? Nesse casa, não se exaltará, enchendo-se de arrogância e de orgulho vão e insensato?

Adimanto — Com certeza.

Sócrates — E se alguém, aproximando-se mansamente, lhe fizesse ouvir a linguagem da verdade, explicando que ele precisa da razão, mas que só pode adquiri-la submetendo-se a ela, crês que, no meio de tantas más influências, ele consentiria em escutar?

Adixnanta — Muito longe disso.

Sócrates — Contudo, se por causa das suas boas disposições naturais e da afinidade da linguagem da verdade com o seu caráter, ele a escutasse, se deixasse levar para a ffilosofia, que farão então os outras, convencidos de que perderão o seu apoio e amizade? Palavras, ações, não utilizarão todos os meios, não apenas com ele, a fim de que não se deixe convencer, mas também com aquele que procura convencê-la, para que não tenha sucesso, quer preparando-lhe armadilhas, quer levando-a publicamente aos tribunais?

Adimanto — E bem possível.

Sócrates — Muita bem! E possível ainda que esse jovem se tome filósofo?

Adimanto — Não.

Sócrates — Percebes assim que eu tinha razão quando afinnei que os elementos que compõem a temperamento ffilosófico de uma pessoa, ao serem deteriorados por uma má educação, fazem essa pessoa afastar-se da sua vocação, tanto quanto as riquezas.

Adimanto — Reconheço que tinha razão.

Sócrates — Assim é, meu grande amigo, em toda a sua

exte~ão, a corrupção que perverte as melhores naturezas, aliás bem raras, como observamos. É de homens assim que saem não apenas os que causam os maiores males às cidades e aos cidadãos, mas também os que lhes proporcionam o maior bem quando seguem o caminho certo; mas um temperamento medíaae nunca faz nada de grande a favor ou em detrimento de alguém, mero cidadão ou cidade.

Adimanto — Nada mais verdadeira.

Sócrates — Portanto, esses homens, nascidos para a prática da filosofia, tendo-se afastado dela e tendo-a deixado só e infecunda, para levarem uma vida contrária à sua natureza e à verdade, permitem que outros, indignos, se introduzam junto dessa órfã abandonada pelos próprios filhos, a desonrem e lhe granjeiem as aíticas com que dizes que a sobrecarregam os seus detratores: a saber, que, daqueles que têm trato com ela, alguns não valem nada e a maioria merece os maiores castigos.

Adimanto — Efetivamente, é o que se diz.

Sócrates — E não sem razão. Com efeito, venda o lugar vazio, mas repleta de belos nomes e belos títulos, homens sem valor, à maneira dos evadidos da prisão que se refugiam nos templos, trocam alegremente a sua profissão pela ffilosofia, embora sejam muito competentes em seu humilde ofício. Também em relação às outras artes, a filosofia, mesma no estado em que se encontra, conserva uma eminente dignidade que a leva a ser procurada por uma multidão de pessoas de natureza inferior a quem a trabalho servil deformou a carpo, ao mesmo tempo que lhes consumiu e degradou a alma. E poderia ser de outra maneira?

Adimanto — Clara que não.

Sócrates — Quando as vês, não pensas num ferreiro calva

e baixo que, havendo economizado um pequena capital e abandonado as suas ferramentas, cone ao banha, lava-se, veste um traje novo, e, elegante como um noivo, vai casar-se com a filha do seu patrão, que a pobreza e o isolamento reduziram a semelhante extremo?

Adimanto — Exatamente.

Sócrates — Ora, que prole poderá nascer de semelhante conluio, senão filhos bastardas e fracas?

Adimanto — Obrigatoriamente.

Sócrates — Por semelhantes motivos, que idéias e opiniões podem advir do trato dessas almas vulgares e incultas com a filosofia? Com certeza, nada além de frivolidades, opiniões sem fundamentas, sem sentida, sem consistência, enfim, apenas sofismas.

Adimanto — Com certeza, apenas isso.

Sócrates — Por conseguinte, Adimanto, é por demais baixo a número dos que podem lidar dignamente com a filosofia: talvez alguns nobres espíritos aprimorados par uma boa educação, isoladas do mundo, que, afastados de quaisquer influências corruptoras, permanecem fiéis à sua natureza e vocação; ou alguma grande alma, nascida numa pequena cidade, que despreze os cargos públicos; talvez ainda algum raro e feliz caráter que abandone, para se entregar à filosofia, outra profissão que considere inferior. Outras, enfim, parecem contidos pelo mesmo freio que mantém preso à filosofia a nosso amigo Teages. Embora tudo conspire para afastá-lo da filosofia, as enfermidades que o incapacitam para a vida política o obrigam a filosofar. Quanta a mim, não convém que eu fale do meu demônio familiar e pressaga que me adverte interiormente, pois é duvidosa que se possa encontrar outro exemplo no passado.

Mas, entre este pequeno grupo, aqueles que se tomaram filósofos e provaram as delícias proporcionadas pela posse da sabedoria, convencidas da insensatez do restante dos homens, aqueles que sabem que não possuem aliados com quem possam cantar para ir em socorro da justiça sem se perder, mas que, ao contrário, como um homem caído no meio de animais ferozes, recusando-se a participar das injustiças dos outros e incapaz de resistir sozinho a esses seres selvagens, pereceriam antes de ter servido a pátria e os amigos, inúteis a si mesmos e aos outros. Levados por essas reflexões, ficam inativos e ocupam-se dos seus negócios; semelhante ao viajante que, durante uma tempestade, enquanto a vento ergue turbilhões de pó e chuva, fica feliz se encontra um muro atrás do qual possa se abrigar, os filósofos, constatando que a injustiça reina impune por toda parte, sentem-se felizes em poder conservar-se em seu retiro isentos de injustiças e de ações ímpias e passar seus dias serenos e tranquilos e com a consolação de uma bela esperança.

Adimanto — Na verdade, não sairão deste mundo sem ter realizado grandes obras.

Sócrates — Sim, mas não terão cumprido o seu mais elevado destino, por não ter-lhes cabido um governo adequado à sua vocação. Com efeito, num governo adequado, os filósofos teriam desfrutado de mútuo prestígio e se teriam tornado úteis ao Estado e aos cidadãos. Pensa que já discorreremos suficientemente a respeito da causa e da injustiça das acusações dirigidas à filosofia, a menos que tenhas mais alguma coisa a dizer.

Adimanto — Não, não tenho nada a acrescentar. Porém, entre todos os governos, qual é, na tua opinião, o que convém à filosofia?

Sócrates — Nenhum. Queixo-me exatamente por não descobrir nenhuma constituição política que convenha ao temperamento filosófico, por isso o vemos alterar-se e corromper-se. Igual a uma semente exótica que, lançada ao solo fora da seu país de origem, degenera e sofre a influência do solo em que caiu, também o caráter filosófico perde a virtude e transforma-se num caráter muito diferente. Mas, se encontrasse um governo cuja excelência correspondesse à sua, ver-se-ia então que contém algo de divino dentro de si mesmo, em contraste com todos os outros caracteres e profissões tudo é exclusivamente humana. Agora, evidentemente, perguntar-meás que governo é esse.

Adimanto — Enganas-te, pois não é o que vou te perguntar. O que pretendo saber é se o Estado que tens em mente é aquele cujos fundamentos estabelecemos ou se te referes a outro.

Sócrates — E esse mesmo, com uma diferença. Na verdade, já dissemos que era preciso que fosse conservada na nossa república o mesmo espírito que nos havia inspirado na elaboração das leis.

Adimanto — Sim, dissemos.

Sócrates — Mas não esclarecemos suficientemente esse ponto, com receio da objeção que tu fizeste, de que a demonstração seria longa e difícil, tanto mais que a que nos falta explicar não é nada fácil.

Adimanto — De que se trata?

Sócrates — De como o Estado deve agir para que a filosofia não pereça. Acontece que qualquer empreendimento realmente grande não se realiza sem riscos e, como se sabe, as coisas belas são difíceis.

Adimanto — Seja como for, acaba a tua explanação escla-

recendo esse ponto.

Sócrates — Se eu não tiver sucesso, não será por má vontade, mas porque serei impedido pela impotência. Elevo—te a juiz do meu zelo. Em primeiro lugar, observa com que audácia e desprezo do perigo afirmo que o Estado deve adotar, a respeito desta profissão, uma conduta aposta à sua conduta atual.

Adimanto — Cama?

Sócrates — Hoje, as que se consagram à filosofia são jovens há pouco egressos da infância; no intervalo que os separa do tempo em que se entregarão à economia e ao comércio, abordam a sua parte mais difícil, isto é, a dialética. Em seguida, abandonam este gênero de estudos: e são estes que se consideram filósofos autênticos. Por conseguinte, julgam fazer muito em assistirem a debates filosóficos, quando são convidadas, considerando que se trata apenas de um passatempo. A velhice aproxima-se? Com exceção de um pequeno número, o seu ardor amortece e se extingue mais que o Sol de Herácito,¹ visto que não volta a acender-se.

[¹ De acordo com Heráclito, visto que tudo se renova, a cada tarde o Sol se extingue e se reacende a cada manhã.]

Adimanto — E o que é necessária fazer?

Sócrates — Exatamente o contrário: proporcionar aos adolescentes e às crianças uma educação e uma cultura adequadas à sua juventude; cercar de todos os cuidados o seu corpo na época em que ele cresce e se forma, a fim de prepará-lo para servir a filosofia; em seguida, quando chega a idade em que a alma entra na maturidade, reforçar os exercícios que lhe são

próprias; e, quando as forças declinam e passou o tempo das atribuições políticas e militares, dar baixa no acampamento sagrado, isentos de toda e qualquer ocupação importante, àqueles que pretendem levar neste mundo uma vida feliz, e, depois de sua morte, coroar no outro mundo a vida que tiverem vivido com um destino digna dela.

Adimanto — Falas com inteligência, Sócrates. Acredita, porém, que as teus ouvintes usarão ainda mais de inteligência ao te resistir, pois de forma alguma estão convencidos, a começar por Trasímaco.

Sócrates — Não queiras me indispor com Trasímaca, que somos amigos de há pouco e nunca fomos inimigas. Não pouparei esforços para convencer a ele e aos demais presentes. Pelo menos, o que irei dizer-lhes servirá para alguma coisa naquela outra vida, quando, retomando uma nova profissão, participarem em debates semelhantes.

Adimanto — Estás te referindo a um tempo muito próximo!

Sócrates — E que não é nada em comparação à eternidade. Contudo, que as pessoas, em sua maioria, não se deixem convencer por esses discursos nada tem de surpreendente, porquanto nunca viram acontecer o que dizemos; ao contrário, ouviram apenas frases de uma simetria rebuscada, em vez de conversas espontaneamente motivadas como as nossas. Mas o que jamais viram foi um homem tão perfeitamente identificado com a virtude, nos atos e nas palavras. Não te parece?

Adimanto — Não, nunca.

Sócrates — E também assistiram pouco, meu bem-aventurado amigo, a belos e livres debates, onde se busca a verdade com paixão e por todos os meios, com o único propósito de

conhecê-la; debates esses desprovidos de vãos enfeites e inúteis sutilezas, em que nada se diz por espírito de contestação, nem pelo simples prazer da eloquência, como acontece nos tribunais e nas conversações particulares.

Adimanto — Por certo que não.

Sócrates — São estas as reflexões que davam preocupação e me faziam hesitar em falar. Não obstante, premido pela verdade, declarei que não se devia esperar conhecer cidade, governo, nem homem algum perfeitos, a não ser que estes poucos filósofos, acusadas não de perversos, porém de inúteis, fossem obrigados por uma feliz necessidade a se encarregarem do governo do Estado, ou que, por uma inspiração divina, os soberanas e seus filhas fossem tomadas de um sincera amor pela verdadeira filosofia. Afirmo que não existe motivo algum para pretender que uma ou outra destas coisas, au ambas, seja absurda. Aliás, seria ridículo estarmos aqui a nos divertir em formular desejos vãos, não te parece?

Adimanto — Sim.

Sócrates — Se nunca aconteceu, nos séculos passados, que um filósofo fosse obrigado a se encarregar do governo de um Estado, au se nos dias de hoje isso se dá em alguma remota região de bárbaros, ou se realmente algum dia vier a acontecer, poderemos então afirmar que existiu, existe ou existirá uma república semelhante à nossa, quando a Musa filosófica se tomar senhora de uma cidade. Porque, na verdade, nós não propomos coisas impossíveis, embora reconheçamos que a sua execução é bastante difícil.

Adimanto — Concorda contigo.

Sócrates — Mas a multidão não é dessa opinião, dirás.

Adimanto — Talvez.

Sócrates — Não acuses em demasia a multidão. Ela mudará de opinião se, em lugar de a provocares, a aconselhares e, refutando as acusações contra o amor e a ciência, lhe indicares aqueles a quem denominas filósofos e lhe definires, como fazemos, a sua natureza e profissão, para que não pense que lhe falas a respeito dos filósofos tais como ela os concebe. Quando a multidão puder enxergar as coisas assim, não crês que mudará de opinião e responderá de modo diferente? Ou pernas que é natural irritar-se contra quem não se irrita e odiar quem não odeia, quando se é, por natureza, desprovido de inveja e ódio? Quanta a mim, antecipando-me à tua objeção, afirmo que um caráter tão intratável só se encontra em algumas pessoas, e não na multidão.

Adimanto — Estou de acordo.

Sócrates — Concordas também que, pelas preconceitos da maioria a respeito da filosofia, os responsáveis são esses estrangeiros que se introduzem nela como indesejáveis libertinos numa orgia e que, injuriando-se, tratando-se com malevolência e fazendo incidir sempre as suas discussões sobre questões pessoais, portam-se da maneira menos adequada à filosofia?

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — Logo, Adimanto, aquele cujo pensamento se entrega realmente à contemplação da essência das coisas não julga agradável contemplar a conduta dos homens, declarar-lhes guerra e encher-se de ódio e animosidade; com a visão dominada por objetos fixos e imutáveis, que não comportam nem suportam mútuos preconceitos, mas estão todas sujeitos à lei da ardem e da razão, esforça-se por imitá-los e, tanto quanto possível, tomar-se semelhante a eles. Ou crês que é possível não imitar aquilo de

que a todo o momento nos aproximamos com admiração?

Adimanto — Não é possível.

Sócrates — Portanto, estando o filósofo em cantata com o que é sagrado e sujeito à ordem, ele mesmo toma-se ordenado e sagrado, dentro do limite permitida pela natureza humana, a que não evita que, com frequência, a multidão o julgue de forma injusta.

Adimanto — Com certeza.

Sócrates — Quer dizer que, se uma necessidade o obrigasse a tentar introduzir nos costumes públicos e privados o que ele considera mais elevado, em vez de se limitar a modelar o seu próprio caráter, julgas que seria um mau mestre da moderação, da justiça e de todas as outras virtudes civis?

Adimanto — De jeito nenhum.

Sócrates — E se o povo conseguir compreender que dizemos a verdade a respeito dos filósofos, continuará sendo hostil com eles e a desconfiar de nós quando lhe afirmarmos que uma cidade só será feliz na medida em que seu plano for traçada por esses artistas que se baseiam em modelos divinos?

Adimanto — Não será hostil se conseguir compreender. Mas de que maneira, porém, os filósofos poderão traçar esse plano?

Sócrates — Começando por considerar o Estado e os caracteres humanos de seus cidadãos um pano que, em primeiro lugar, tentarão limpar com escrúpulo, o que não é nada fácil. Mas tu já sabes que, nisso, eles diferem dos outros, e que não quererão ocupar-se de um Estado ou de um indivíduo para lhe dar apenas leis, senão quando o tiverem recebido imaculada ou tomado imaculado eles próprios.

Adimanto — E com razão.

Sócrates — E tenda conseguida isso, não irão esboçar a nova constituição?

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — Creio que, em seguida, para aperfeiçoar esse esboço, erguerão freqüentemente os olhos, por um lado, para a essência da justiça, da beleza, da moderação e das virtudes desta natureza e, por outro, para a cópia humana que dela fazem; e, por intermédio da combinação e da miscelânea de constituições apropriadas, esfarçar-se-ão por atingir a imagem da verdadeira humanidade, inspirando-se no modelo a que Homero, quando o encontra entre os homens, chama de divino e semelhante aos deuses.

Adimanto — Muita bem.

Sócrates — E apagarão, penso eu, e pintarão de nova, até conseguirem caracteres humanos tão caros à divindade quanto a podem ser tais caracteres.

Adimanto — Certamente, será um quadro estupendo!

Sócrates — Muito bem! Teremos convencido aqueles que tu apresentavas como dispostos a cair sobre nós com todas as suas forças de que um tal pintor de constituições é o homem que lhes gabávamos há instantes e que excitava o seu mau humor porque lhe queríamos confiar o governo das cidades? Será que se acalmarão ao ouvir-nas?

Adimanto — Sim, se forem ponderadas

Sócrates — Que mais teriam a objetar-nos? Que as filósofos não são amantes do ser e da verdade?

Adimanto — Seria absurda.

Sócrates — Que o seu temperamento, tal como o descrevemos, nada tem a ver com o que existe de melhor?

Adimanto — Também não.

Sócrates — O que, então? Que esse temperamento, depa-
rando-se com instituições adequadas, não é mais apropriado
que qualquer outra a tomar-se perfeitamente bom e sábio?

Adimanto — Por certo que não.

Sócrates — Assustar-se-ão ao nos ouvirem declarar que
os males do Estado e dos cidadãos somente serão extintas quan-
do os filósofos detiverem o poder e que o governo que imagi-
namos será realizado de fato?

Adimanto — Talvez.

Sócrates — Queres que os declaremos a todas apaziguadas
e persuadidos, a fim de que a vergonha, na falta de outro motivo,
os obrigue a concordar?

Adimanto — Sim, quero.

Sócrates — Então, consideremo-los persuadidos neste pan-
to. Agora, quem nos contestará que é possível encontrar filhos
de reis nascidos filósofos?

Adimanto — Ninguém.

Sócrates quem pode afirmar que, nascidos com tais
disposições, é obrigatório que se corrompam? Que lhes seja di-
fícil evitá-la, nós próprios o admitimos; mas que, ao longo do
tempo, nem um só se salve, existe alguém que possa sustentá-lo?

Adimanto — Com certeza que não.

Sócrates — Mas basta que um se salve e encontre uma
cidade dócil às suas opiniões para realizar todas as coisas que
hoje são consideradas impossíveis.

Adimanto — De fato, um só basta.

Sócrates — Na verdade, tendo esse magistrado estabele-
cido as leis e as instituições que descrevemos, não é impossível

que os cidadãos aceitem sujeitar-se a elas.

Adimanto — De maneira nenhuma.

Sócrates — Mas não é espantoso e impossível que aquilo que nós aprovamos seja também aprovado por outros?

Adimanto — Não acredito.

Sócrates — E, como demonstramos suficientemente, julgo eu, que o nosso projeto é o melhor, se for realizável?

Adimanto — Suficientemente, com efeito.

Sócrates — Parece, pois, que somos levados a concluir, no que concerne ao nosso plano de legislação, que, por um lado, é excelente, se puder ser realizado e, por outra, a sua realização é difícil, mas não impossível.

Adimanto — De fato, somos levados a isso.

Sócrates — Muito bem! Já que chegamos, não sem dificuldade, a este resultado, precisamos tratar do que se segue, isto é, de que maneira, por que estudos e exercícios, formaremos os homens capazes de guardar e manter a constituição e em que idade devemos consagrá-los a isso.

Adimanto — Sim, precisamos tratar dessa questão.

Sócrates — Em vão usei toda a minha habilidade, quando pretendi passar em silêncio a difícil questão da posse das mulheres, da procriação dos filhos e da eleição dos magistrados, sabendo quanto a verdade completa é malvista e difícil de aplicar; agora, com efeito, não me vejo menos obrigado a falar disso. É certo que esgotamos a questão das mulheres e dos filhos; mas, no que concerne aos magistrados, é preciso rever o problema desde o início. Dissemos, como deves te lembrar, que eles deviam fazer ressaltar o seu amor à pátria quando submetidas à prova do prazer e da dor, e jamais renunciar à sua

convicção patriótica no meio dos trabalhos, dos perigos e das outras vicissitudes; que era precisa excluir quem se mostrasse fraco e escolher para magistrado e cumulá-lo de distinções e honras, durante a vida e depois da morte, quem saísse de todas essas provas tão pura como o ouro do fogo. E isto a que eu disse em termos indiretos e dissimulados, receando provocar a discussão em que estamos empe~dos agora.

Adimanto — É verdade, lembro-me perfeitamente.

Sócrates — Eu vacilei, meu amigo, em dizer o que diga agora. Mas a decisão está tomada e afirmo que os melhores magistrados do Estado devem ser os filósofos.

Adimanto — Que seja.

Sócrates — Repara como é pequeno o número deles. Com efeito, as qualidades que, em nossa opinião, devem compor o seu temperamento raramente se encontram reunidas no mesmo indivíduo; quase sempre essas qualidades estão esparsas entre muitas pessoas.

Adimanto — Que queres dizer?

Sócrates — Os que são dotados de facilidade em aprender, de memória, de inteligência, de sagacidade e de todas as outras qualidades semelhantes, não possuem o hábito, como sabes, de aliar naturalmente a isso a generosidade e a grandeza de alma que lhes possibilite viver na ordem com calma e constância. Ao contrário, tais homens deixam-se arrastar pela própria vivacidade e não apresentam nada de estável.

Adimanto — Tens razão.

Sócrates — Contudo, os homens de caráter firme e sólido, com quem sempre podemos contar, e que na guerra se mantêm impassíveis diante do perigo, em geral não são aptos para as

ciências: embrutecidos, são lentos a compreender, e adormecem quando têm de se entregar a um trabalho intelectual.

Adimanto — E isso mesma.

Sócrates — Dissemos que os magistrados devem possuir todas aquelas qualidades, sem o que não podem aspirar nem a uma educação superior nem às honras nem ao poder.

Adimanto — Dissemos isso com razão.

Sócrates — Muito bem! Admites que isso seja raro?

Adimanto — Sim, admito.

Sócrates — Então, além da prova dos trabalhos e perigos, à qual é necessário sujeitá-los, vou acrescentar que é preciso exercitá-los num grande número de ciências, para verificar se a sua natureza está apta a suportar os mais altos estudos ou se fraquejam, como outros fazem nos exercícios de ginástica.

Adimanto — Quais são esses altos estudos a que te referes?

Sócrates — Talvez te lembres de que, após termos distinguido três partes na alma, utilizamos essa distinção para explicar a natureza da justiça, da moderação, da coragem e da sabedoria.

Adimanto — Se eu não me lembrasse, não seria merecedor de ouvir o resto.

Sócrates — Lembras-te também da que dissemos antes?

Adimanto — Sobre o quê?

Sócrates — Dissemos que para chegar ao conhecimento mais perfeito destas virtudes existia um caminho mais longo e que elas se revelariam claramente a quem o percorresse; mas que também era possível ligar a demonstração ao que fora dito anteriormente. Vós admitistes que isso bastava e, desse modo, a demonstração que foi feita careceu, a meu ver, de exatidão. Se estais satisfeitos, compete a vós dizê-lo.

Adimanto — Porém, tenho a impressão de que nos respondeste com exatidão, a que é também a opinião das outros.

Sócrates — Mas, meu amigo, em semelhantes questões, toda a exatidão que se afaste, o mínimo que for, da realidade não é uma exatidão total, pois nada que é imperfeito é exatidão total de nada. Na entanto, há às vezes quem imagine que isso basta e que não há necessidade de aprofundar mais as investigações.

Adimanto — De fato, é a idéia que a preguiça inspira a muitas pessoas.

Sócrates — Mas, se existe alguém que deva defender-se de tê-la, este alguém é precisamente a guardião da Estado e das leis.

Adimanto — Assim parece.

Sócrates — E necessário, então, meu amigo, que ele siga o caminho mais longo e que trabalhe tanto em instruir-se como em exercitar o corpo; caso contrário, como dissemos, nunca chegará ao termo dessa ciência sublime na qual lhe compete, mais que a qualquer outro, instruir-se com perfeição.

Adimanto — Portanto, aquilo de que falamos não é o que há de mais sublime, pois existe algo mais elevado que a justiça e as virtudes que enumeramos?

Sócrates — Sim, algo mais elevado. E acrescento que não é suficiente contemplar, coma fazemos agora, um mero esboço dessas mesmas virtudes: não podemos eximir-nos de procurar a quadro mais perfeita. Efetivamente, não seria ridículo lançar mão de todos os meios para chegar, em questões de somenos importância, ao mais alto grau de precisão e clareza e não considerar dignas da maior aplicação as questões mais elevadas?

Adimanto — Seria. Mas crês que te deixaremos continuar

sem te perguntarmos que ciência é essa que denominas a mais elevada e qual é a seu objeto?

Sócrates — Não creio, mas interroga-me. Na verdade, ouviste-me falar várias vezes dessa ciência; agora, porém, ou te esqueceste ou pensas em me causar novos embaraços. E inclina-me para esta última opinião, pois me ouviste muitas vezes afirmar que a idéia do bem é o mais alto dos conhecimentos, aquela de que a justiça e as outras virtudes tiram a sua utilidade e as suas vantagens. Não ignoras, agora, que é isto o que vou dizer, acrescentando que não conhecemos suficientemente esta idéia. Ora, se não a conhecemos, embora conheçamos o melhor possível todo o resto, sabes que estes conhecimentos não nos valerão de nada sem ela, da mesma forma que a passe de um objeto sem a do bem. Com efeito, julgas vantajoso possuir muitas coisas, se não forem boas, ou conhecer tudo, com exceção do bem, e não conhecer nada de belo nem de bom?

Adimanto — Não, por Zeus, não acho.

Sócrates — E também sabes que, na opinião de muitos, a bem consiste no deleite, enquanto os mais requintados pensam que consiste na inteligência.

Adimanto — Sim, eu sei.

Sócrates — E também não ignoras, meu amigo, que aqueles que assim pensam não conseguem explicar de que inteligência se trata, mas são forçados a confessar, por último, que é da inteligência do bem.

Adimanto — Sim, e isso é muito divertido.

Sócrates — É de fato divertido que, ao mesmo tempo que censuram a nossa ignorância a respeito do bem, falam-nos dele como se o conhecêssemos. Dizem-nos que é a inteligência do

bem, como se devêssemos compreendê-los logo que pronunciam a palavra bem.

Adimanto — Exatamente.

Sócrates — Mas, por acaso, estão menos equivocados os que identificam o bem com o prazer? O seu erro é menor do que o dos outros? E não são obrigados a admitir que há prazeres maus?

Adimanto — Por certo.

Sócrates — Acontece-lhes, no entanto, penso eu, admitir que as mesmas coisas são boas e más. Não é assim?

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — Logo, é evidente que a questão comporta numerosas e profundas dificuldades.

Adimanto — Não há como negá-la.

Sócrates — Muito bem! Não é evidente que, em sua maioria, as pessoas se contentam com a simples aparência do justo e do belo e que, ao contrário, ninguém se satisfaz com o que parece bom, procurando a que de fato a é, e cada um, neste campo, despreza a aparência?

Adimanto — Com certeza.

Sócrates — Ora, esse bem que todas as almas buscam atingir, de cuja existência suspeitam, embora com incerteza, sem conseguir defini-lo e acreditar nele com a fé sólida que têm em outras coisas, o que torna essas outras coisas inúteis, esse bem tão grande e precioso deverá ficar coberto de trevas para as eminentes cidadãos a quem confiaremos tudo?

Adimanto — Sem dúvida que não.

Sócrates — Julgo, então, que as coisas justas e belas terão um guardião e defensor de pouco valor, se este ignorar em que é que elas são boas. Afirmo até que ninguém as conhecerá bem

sem antes conhecer o bem.

Adimanto — Tua afirmação é correta.

Sócrates — Muito bem! Teremos, portanto, um governo perfeitamente organizado, se tiver por líder um magistrado que detenha esse conhecimento?

Adimanto — Sim, teremos. Mas tu, Sócrates, pensas que o bem seja a ciência, o prazer ou qualquer outra coisa?

Sócrates — Finalmente! Eu tinha certeza de que, nesse assunto, não te contentarias com a opinião dos outros!

Adimanto — E que não acho justo, Sócrates, que exponhas as opiniões dos outros e não as tuas, depois de haver tratado há tanta tempo dessas questões.

Sócrates — Como assim? Então, achas justo que um homem fale do que ignora, coma se o soubesse?

Adimanto — Não como se o soubesse, mas expando sua opinião a respeito.

Sócrates — Muito bem! Não percebeste coma são ridículas as opiniões que não se baseiam na ciência? As melhores são cegas. Vês alguma diferença entre cegos que seguem pelo caminho certa e aqueles que possuem uma opinião verdadeira a respeito de alguma coisa, mas sem ter a compreensão dessa mesma coisa?

Adimanto — Nenhuma.

Sócrates — Preferes então observar coisas feias e disformes, em lugar de ouvir a exposição de coisas brilhantes e belas?

Adimanto — Par Zeus, Sócrates, não pare como se tivesses chegado ao fim. Ficaremos satisfeitos se nas explicares a natureza do bem como o fizeste com a natureza da justiça, da temperança e das demais virtudes.

Sócrates — Eu também ficaria plenamente satisfeito, mas temo ser incapaz disso; e, se tiver coragem para o tentar, receio que a minha incompetência provoque zombarias. Mas, meus caros amigos, não nos ocupemos agora com o que possa ser bem em si mesmo, pois me parece algo muito elevado para que o nosso esforço nos conduza, neste momento, até a concepção que tenho dele. Contudo, se vós desejares, consinto em falar-vos do que me parece ser o filho, o fruto do bem e do que mais se lhe assemelha.

Adimanto — Fala-nos do filho. Pagarás a tua dívida em outra ocasião, falando-nos do pai.

Sócrates — Gostaria que eu pudesse pagar e vós receberdes a dívida dessa explicação e que não tivéssemos de nos contentar com os juros! Recebei pois, este filho, este fruto do bem em si mesmo. Mas cuidai para que eu não vos engane involuntariamente, dando-vos um valor errado do jura.

Adimanto — Tomaremos o máxima cuidado possível. Agora, fala.

Sócrates — Antes, é necessário que nos ponhamos de acordo e que eu vos recorde o que foi dito há pouco e em vários outros encontros entre nós.

Adimanto — O que é?

Sócrates — Declaramos que existem numerosas coisas belas, numerosas coisas boas, muitas coisas de outras espécies cuja existência afirmamos e distinguimos na linguagem.

Adimanto — De fato, declaramos.

Sócrates — Declaramos também que existe a belo em si, o bom em si e, igualmente, em relação a todas as coisas que agora mesmo indicamos como sendo múltiplas, declaramos que

a cada uma delas também corresponde a sua idéia, que denominamos essência da coisa.

Adimanto — Exata.

Sócrates — E afirmamos que umas são percebidas pela vista, e não pelo pensamento, mas que as idéias são concebidas e não vistas.

Adimanto — Perfeitamente.

Sócrates — Ora, qual é a sentido que nos permite perceber as coisas visíveis?

Adimanto — A visaa.

Sócrates — Então, apreendemos as sons pela audição e, pelos outros sentidos, todas as coisas sensíveis, não é verdade?

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — Porém, já raciocinaste que o artífice das nossos sentidos teve de se esforçar bem mais para modelar a faculdade de ver e ser visto da que as outras?

Adimanto — Nunca pensei nisso.

Sócrates — Considera o seguinte: o ouvido e a voz precisam de algum elemento de espécie diferente, o primeiro para ouvir e a segunda para ser ouvida, de modo que, se esse terceiro elemento vier a faltar, o primeiro não ouça e a segunda não seja ouvida?

Adimanto — De modo algum.

Sócrates — Eu penso que as outras faculdades não precisam de nada semelhante. Ou podes citar-me alguma?

Adimanto — Não.

Sócrates — Mas não sabes que a faculdade de ver e ser visto precisa disso?

Adimanto — Como assim?

Sócrates — A visão pode estar situada nos olhos, e estes podem ser usados para enxergar; a cor, da mesma maneira, pode estar nos objetos. Contudo, se a isso não for acrescentado um terceiro elemento, a vista nada vê e as cores não serão percebidas.

Adimanto — De que elemento estás falando?

Sócrates — Aquele que denominas luz.

Adimanto — Tens razão.

Sócrates — Logo, o sentido da visão e a faculdade de ser visto estão unidos por um laço incomparavelmente mais precioso do que aquele que estabelece as outras uniões, desde que a luz não seja uma coisa desprezível.

Adimanto — De maneira nenhuma ela é desprezível.

Sócrates — Qual é, então, na tua opinião, de todos os deuses do céu, aquele que pode realizar essa união, aquele cuja luz faz com que os nossos olhos vejam da melhor maneira possível, e que os abjetos visíveis sejam vistos?

Adimanto — O mesmo que tu e todas as pessoas reconhecem como senhor: o Sol.

Sócrates — Então, não está a vista, pela sua natureza, nesta relação com esse deus?

Adimanto — Que relação?

Sócrates — Nem a vista é o Sol, nem o é o olho, onde a vista se forma.

Adimanto — Evidente que não.

Sócrates — Porém, de todos os órgãos dos sentidos, o olho é, no meu entender, o que mais se assemelha ao Sol.

Adimanto — Sim, sem dúvida.

Sócrates — Muito bem! E o poder que o olho possui não lhe vem do Sol, como uma emanção deste?

Adimanto — Certamente.

Sócrates — Não é também verdade que o Sol, que não é a vista, mas seu princípio, é percebido por ela?

Adimanto — Sim, e.

Sócrates — Pois é o Sol que eu chamo de filho do bem, que o bem engendrou à sua própria semelhança. Aquilo que o bem é, no campo da inteligência em relação ao pensamento e aos seus objetos, o Sol o é no campo da visível, em relação à vista e aos seus objetos.

Adimanto — Como assim? Explica-me isso.

Sócrates — Tu sabes, logicamente, que os olhos, quando contemplam objetos cujas cores não são iluminadas pela luz do dia, mas pela claridade dos astros noturnos, perdem a acuidade e parecem quase cegos, como se não fossem providos de visão clara.

Adimanto — Sei-o muito bem.

Sócrates — Mas, quando se voltam para objetos que o Sol ilumina, enxergam distintamente e mostram que são providos de visão clara.

Adimanto — Sem dúvida.

Sócrates — Admite, portanto, que se dá o mesmo a respeito da alma. Quando ela fixa o olhar naquilo que a verdade e o ser iluminam, compreende-o, conhece-o e mostra que é dotada de inteligência; mas, quando olha para aquilo que está obscurecido, para o que nasce e morre, a sua vista fica embaçada, passa a ter apenas opiniões, indo sem cessar de uma a outra e parece desprovida de inteligência.

Adimanto — Realmente, parece desprovida dela.

Sócrates — Confessa, então, que o que derrama a luz da verdade sobre os objetos do conhecimento e proporciona ao

indivíduo o poder de conhecer é a idéia do bem. Podes concebê-la como objeto de conhecimento por ela ser o princípio da ciência e da verdade, mas, por mais belas que sejam estas duas coisas, a ciência e a verdade, não te equivocarás se pensares que a idéia do bem é distinta delas e as ultrapassa em beleza. Como no mundo visível se considera, e com razão, que a luz e a visão são semelhantes ao Sol, mas se acredita, erroneamente, que são o Sol da mesma forma no mundo inteligível é correta pensar que a cidade e a verdade são, uma e outra, semelhantes ao bem, mas é errado julgar que uma ou outra seja o bem; a natureza do bem deve ser considerada muito mais preciosa.

Adimanto — No teu modo de ver, a sua beleza é extraordinária, sempre que produz a ciência e a verdade, e é ainda mais belo do que elas. Por certo que não o identificas com o prazer.

Sócrates — Deus me livre de tal coisa! Mas considera a imagem da bem da maneira que vou dizer.

Adimanto — Como?

Sócrates — Creio que admitirás que o Sol fornece às coisas visíveis não apenas a capacidade de serem vistas, mas também a criação, o crescimento e a nutrição, apesar de ele mesmo não ser criação.

Adimanto — Efetivamente, não o é.

Sócrates — Admite também que as coisas cognoscíveis não recebem da bem apenas a sua inteligibilidade, mas também retiram dele a sua existência e a sua essência, apesar de o bem não ser a essência, mas estar muita acima desta em dignidade e poder.

Nesse momento, Glauco exclamou com vivacidade:

— Por Apoio! Que maravilhosa superioridade!

Sócrates — A culpa é também tua! Por que me forçar a

dizer o que penso acerca desse assunto?

Glauco — Termina a tua comparação com o Sol, se por acaso tens algo mais a dizer.

Sócrates — Com certeza, ainda me falta muito a dizer!

Glauco — Então, não omitas nada.

Sócrates — Penso que, sem querer, omitirei muitas coisas. Contudo, tomarei o cuidado de tudo dizer neste momento.

Glauco — Está bem.

Sócrates — Considera, então, que existem dois reis, reinando um sobre o campo do cognoscível e o outro, do visível: não diga do céu, com receio de que penses que brinco com as palavras. Mas consegues imaginar estes dois gêneros, o visível e o cognoscível?

Glauco — Consigo.

Sócrates — Agora, pega uma linha cortada em dois segmentos desiguais, representando um o gênero visível, o outro o cognoscível, e corta de novo cada segmento respeitando a mesma proporção; terás então, classificando as divisões obtidas conforme o seu grau relativo de clareza ou de obscuridade, no mundo visível, um primeiro segmento, o das imagens. Denomino imagens primeiramente às sombras, depois aos reflexos que se vêem nas águas ou na superfície dos corpos opacos, polidos e brilhantes, e a todas as representações semelhantes. Compreendes?

Glauco — Lógico que sim.

Sócrates — Considera agora que o segundo segmento corresponde aos objetos que essas imagens representam, ou seja, os animais que nos cercam, as plantas e todas as obras de arte.

Glauco — Estou considerando.

Sócrates — Concordas também em dizer que, no que con-

cerne à verdade e ao seu contrário, a divisão foi feita de tal modo que a imagem está para o objeto que reproduz como a opinião está para a ciência?

Glauco — Concordo plenamente.

Sócrates — Vê agora como deve ser dividido o mundo cognoscível.

Glauco — Como?

Sócrates — Na primeira parte desse segmento, a alma, utilizando as imagens dos objetos que no segmento precedente eram os originais, é obrigada a estabelecer suas análises partindo de hipóteses, seguindo um caminho que a leva, não a um princípio, mas a uma conclusão. No segundo segmento, a alma parte da hipótese para chegar ao princípio absoluto, sem lançar mão das imagens, como no caso anterior, e desenvolve a sua análise servindo-se unicamente das idéias.

Glauco — Não compreendo muita bem o que dizes.

Sócrates — Sem dúvida, compreenderás mais facilmente depois de ouvires o que vou dizer. Sabes, penso eu, que aqueles que se dedicam à geometria, à aritmética ou às outras ciências do mesmo gênero pressupõem o par e o ímpar, as figuras, três espécies de ângulos e outras coisas da mesma família para cada pesquisa diferente; que, tendo pressuposto estas coisas como se as conhecessem, não se dignam justificá-las nem a si próprios nem aos outros, considerando que elas são evidentes para todos; que, finalmente, a partir daí, deduzem o que se segue e acabam por alcançar, de forma consequente, a demonstração que tinham em vista.

Glauco — Sei isso perfeitamente.

Sócrates — Então, sabes também que eles utilizam figuras

visíveis e raciocinam sobre elas pensando não nessas mesmas figuras, mas nos originais que elas reproduzem. Os seus raciocínios baseiam-se no quadrado em si mesmo e na diagonal em si mesma, e não naquela diagonal que traçam; o mesmo vale para todas as outras figuras. Todas essas figuras que modelam ou desenham, que produzem sombras e os seus reflexos nas águas, eles as utilizam como tantas outras imagens, para tentar ver esses objetos em si mesmas, que, de outro modo, só podem ser percebidos pelo pensamento.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Eu afirmava que os objetos desse gênero pertencem à classe do cognoscível, mas que, para conseguir conhecê-los, a alma é obrigada a recorrer a hipóteses, servindo-se destas como de imagens dos mesmos objetos que produzem sombras no segmento inferior, e que, em relação a essas sombras, são tidas e considerados como claros e distintos.

Glauco — Compreendo que o que dizes se refere à geometria e às ciências da mesma natureza.

Sócrates — Percebes agora que entendo por segunda divisão do mundo cognoscível aquela que a razão alcança pelo poder da dialética, considerando suas hipóteses não princípios, mas simples hipóteses, isto é, pontos de apoio e trampolins para se elevar até o princípio universal que já não admite hipóteses. Atingido esse princípio, ela se apegua a todas as consequências que decorrem dele, até chegar à última conclusão, sem recorrer a nenhum dado sensível, mas somente às idéias, pelas quais procede e às quais chega.

Glauco — Compreendo-te em parte, mas não satisfatoriamente, porque tratas de um tema muito difícil. Queres estabe-

lecer que a conhecimento do ser e do inteligível, que é adquirido pela ciência da dialética, é mais claro que aquele que é adquirido pela que denominamos ciências, as quais possuem hipóteses como princípios. E certo que aqueles que se consagram às ciências são obrigados a utilizar o raciocínio, e não os sentidos. No entanto, visto que nas suas investigações não apontam para um princípio, mas partem de hipóteses, julgas que eles não têm a inteligência dos objetos estudadas, mesmo que a tivessem com um princípio. Parece-me que denominas conhecimento discursivo, e não inteligência, a geometria e outras ciências do mesmo gênero, considerando esse conhecimento intermediário entre a opinião e a inteligência.

Sócrates — Compreendeste-me bastante bem. Aplica agora a estas quatro seções estas quatro operações da alma: a inteligência à seção mais elevada, o conhecimento discursivo à segunda, a fé à terceira, a imaginação à última; e dispõe-nas por ordem de clareza, partindo do princípio de que, quanto mais seus objetos participam da verdade, mais eles são claros.

Glauco — Compreendo. Concorda contigo e adoto a ordem que tu sugeres.

LIVRO VII

SÓCRATES — Agora imagina a maneira como segue o estado da nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoço acorrentadas, de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, poisas correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construída um pequeno muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas.

Glauco — Estou vendo.

Sócrates — Imagina agora, ao longo desse pequeno muro, homens que transportam objetos de toda espécie, que o transportam: estatuetas de homens e animais, de pedra, madeira e toda espécie de matéria; naturalmente, entre esses transportadores, uns falam e outros seguem em silêncio.

Glauco — Um quadro estranho e estranhas prisioneiros.

Sócrates — Assemelham-se a nós. E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos e dos seus companheiros, mais da que as sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica defronte?

Glauco — Como, se são obrigados a ficar de cabeça imóvel durante toda a vida?

Sócrates — E com as coisas que desfilam? Não se passa o mesmo?

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Portanto, se pudessem se comunicar uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que veriam?

Glauco — E bem possível.

Sócrates — E se a parede do fundo da prisão provocasse eco, sempre que um dos transportadores falasse, não julgariam ouvir a sombra que passasse diante deles?

Glauco — Sim, por Zeus!

Sócrates — Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados.

Glauco — Assim terá de ser.

Sócrates — Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curadas da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir os objetos de que antes via as sombras. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado

para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçada e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que as objetos que lhe mostram agora?

Glauco — Muito mais verdadeiras.

Sócrates — E se a forcarem a fixar a luz, os seus olhos não ficarão magoados? Não desviará ele a vista para voltar às coisas que pode fitar e não acreditará que estas são realmente mais distintas do que as que se lhe mostram?

Glauco — Com toda a certeza.

Sócrates — E se o arrancarem à força da sua caverna, o obrigarem a subir a encosta rude e escarpada e não o largarem antes de o terem arrastado até a luz do Sol, não sofrerá vivamente e não se queixará de tais violências? E, quando tiver chegado à luz, poderá, com os olhos ofuscados pelo seu brilho, distinguir uma só das coisas que ora denominamos verdadeiras?

Glauco — Não o conseguirá, pelo menos de Início.

Sócrates — Terá, creio eu, necessidade de se habituar a ver os objetos da região superior. Começará por distinguir mais facilmente as sombras; em seguida, as imagens dos homens e dos outros objetos que se refletem nas águas; por último, os próprios objetos. Depois disso, poderá, enfrentando a claridade dos astros e da Lua, contemplar mais facilmente, durante a noite, os corpos celestes e o próprio céu da que, durante o dia, o Sol e a sua luz.

Glauco — Sem dúvida.

Sócrates — Por fim, suponho eu, será o Sol, e não as suas imagens refletidas nas águas ou em qualquer outra coisa, mas o próprio Sol, no seu verdadeiro lugar, que poderá ver e con-

templar tal como e.

Glauco — Necessariamente.

Sócrates — Depois disso, poderá concluir, a respeito do Sol, que é ele que faz as estações e os anos, que governa tudo no mundo visível e que, de certa maneira, é a causa de tudo o que ele via com os seus companheiros, na caverna.

Glauco — E evidente que chegará a essa conclusão.

Sócrates — Ora, lembrando-se da sua primeira morada, da sabedoria que aí se professa e daqueles que aí foram seus companheiros de cativo, não achas que se alegrará com a mudança e lamentará os que lá ficaram?

Glauco — Sim, com certeza, Sócrates.

Sócrates — E se então distribuíssem honras e louvares, se tivessem recompensas para aquele que se apercebesse, com o olhar mais vivo, da passagem das sombras, que melhor se recordasse das que costumavam chegar em primeiro ou em último lugar, ou virem juntas, e que por isso era o mais hábil em adivinhar a sua aparição, e que provocasse a inveja daqueles que, entre os prisioneiros, são venerados e poderosos? Ou então, como o herói de Homero, não preferirá mil vezes ser um simples criado de charrua, a serviço de um pobre lavrador, e sofrer tudo no mundo, a voltar às antigas ilusões e viver como vivia?

Glauco — Sou da tua opinião. Preferirá sofrer tudo a ter de viver dessa maneira.

Sócrates — Imagina ainda que esse homem volta à caverna e vai sentar-se no seu antigo lugar: não ficará com os olhos cegos pelas trevas ao se afastar bruscamente da luz do Sol?

Glauco — Por certo que sim.

Sócrates — E se tiver de entrar de nova em competição

com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que os seus olhos se tenham recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se a alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo?

Glauco — Sem nenhuma dúvida.

Sócrates — Agora, meu caro Glauco, é preciso aplicar, ponto por ponto, esta imagem ao que dissemos atrás e comparar o mundo que nos cerca com a vida da prisão na caverna, e a luz da fogo que a ilumina com a força do Sol. Quanto à subida à região superior e à contemplação dos seus objetos, se a considerares como a ascensão da alma para a mansão inteligível, não te enganarás quanto à minha idéia, visto que também tu desejas conhecê-la. Só Deus sabe se ela é verdadeira. Quanto a mim, a minha opinião é esta: no mundo inteligível, a idéia do bem é a última a ser apreendida, e com dificuldade, mas não se pode apreendê-la sem concluir que ela é a causa de tudo o que de reto e belo existe em todas as coisas; no mundo visível, ela engendrou a luz e o soberana da luz; no mundo inteligível, é ela que é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e é preciso vê-la para se comportar com sabedoria na vida particular e na vida pública.

Glauco — Concordo com a tua opinião, até onde posso compreendê-la.

Sócrates — Pois bem! Compartilha-a também neste ponto e não te admires se aqueles que se elevaram a tais alturas de-